

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: Economia e Política Social

ECONOMIA DA FELICIDADE E POLITICA SOCIAL: CONTRIBUTOS DA CIÊNCIA COMPORTAMENTAL PARA ORIENTAÇÃO DA ACÇÃO PÚBLICA COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO HUMANO

CLÁUDIA FERNANDES NIZA

Orientação: Professor Doutor José Pereirinha

Júri:

Presidente: Professor Doutor José Pereirinha (Professor Catedrático do
Instituto Superior de Economia e Gestão)

Vogais: Professor Doutor Francisco Nunes (Professor Auxiliar do Instituto
Superior de Economia e Gestão)

Professora Doutora Maria Clara Papão Franjoso Murteira (Professora
Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)

Setembro 2007

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. POLÍTICA SOCIAL	4
1.1 Objecto da Política Social	4
1.1.1 Intenções e objectivos	4
1.1.2 Organização institucional	6
1.1.3 Resultados	6
1.2 Estado-Providência	7
1.2.1 Origem histórica e desenvolvimento temporal	7
1.2.2 Filosofia de base e formas de intervenção	10
1.2.3 Regimes de Welfare e casos paradigmáticos	14
1.3 Crescimento e crise	18
1.4 Perspectivas teóricas em Política Social	20
1.4.1 Qualidade de vida	20
1.4.2 Teoria das capacidades	21
1.4.3 Teoria das necessidades	22
1.4.4 Qualidade social	23
Conclusão do Capítulo Um	24
2. ECONOMIA DA FELICIDADE	25
2.1 Felicidade nos clássicos	25
2.2 Renascimento da felicidade na Economia	30
2.2.1 Primeiros sinais	31
2.2.2 Expansão e consolidação	34
2.3 Estado da Arte	38
2.3.1 Rendimento e consumo	38
2.3.2 Variáveis socio-demográficas, macroeconómicas e políticas	46
2.3.3 Conceitos de felicidade e formas de quantificação	50
Conclusão do Capítulo Dois	54
3. EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE FELICIDADE	55
3.1 Conceito de felicidade	55
3.2 Felicidade como avaliação subjectiva	57
3.3 Questões fundamentais sobre felicidade	67
Conclusão do Capítulo Três	70
4. FELICIDADE COMO PARADIGMA DE ACTUAÇÃO NA POLÍTICA SOCIAL	71
4.1 Níveis médios de felicidade e variáveis associadas	71
4.2 Relação com regimes de Welfare	77
4.3 Avaliação da intervenção da Política Social	83
4.3.1 Paradigma de intervenção	83
4.3.2 Análise empírica das perspectivas teóricas na Política Social	91
5. CONCLUSÃO GERAL	98
5.1 Implicações da evidência empírica	98
5.2 Áreas e formas de intervenção	102
5.3 Paternalismo assimétrico	104
5.4 Limitações e direcções futuras	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

For the Founders, happiness was the obvious word to use because it was obvious to them that the pursuit of happiness is at the center of man's existence, and that to permit man to pursue happiness is the central justification of government – the Object of Government

In Pursuit of Happiness and Good Government
Charles Murray

A justiça é a felicidade em acordo com a virtude

Uma Teoria da Justiça
John Rawls

- Todos queremos ser felizes?

Mal disse estas palavras, fez-se ouvir uma só voz de unanimidade.

- Parece-vos – perguntei – ser feliz quem não tem o que quer?

Todos responderam negativamente.

- Será então feliz quem tem o que quer?

A nossa mãe disse então:

- Se quer coisas boas e as tem, é feliz. Se, por outro lado, quer coisas más, ainda que as tenha é infeliz.

- Mãe, alcançaste por completo o próprio refúgio da Filosofia – disse eu sorrindo de satisfação com a resposta.

Diálogo sobre a Felicidade
Santo Agostinho

Now that we have spoken of the virtues, the forms of friendship and the varieties of pleasure, what remains is to discuss in outline the nature of happiness, since this is what we state the end of human affairs to be.

If some activities are necessary and desirable for the sake of something else, while others are so in themselves, evidently happiness must be placed among those desirable in themselves, not among those desirable for the sake of something else, for happiness does not lack anything but is self-sufficient.

The Nicomachean Ethics
Aristotle

Ao João, por me ter mostrado o caminho
Ao meu orientador, por me ter deixado segui-lo

INTRODUÇÃO

Existem filósofos da ciência que afirmam que o saber é único – diferentes são as formas de olhar para ele (disciplinas). Outros afirmam que existem vários saberes (disciplinas) e que a ciência é a compilação destas abordagens fragmentadas. No nosso ponto de vista, não deve conceber-se a análise dos problemas sociais unicamente como uma ocasião para aplicar conhecimentos teóricos, mas também como um meio de produzir novas perspectivas, instituindo as dificuldades a resolver como verdadeiros problemas teóricos. As investigações sobre problemas sociais verdadeiramente relevantes permitem, na sua maioria, a articulação de diferentes teorias, transformando a complexidade em complementaridade e propondo um nível de análise diferente.

O presente trabalho tem como principal assunto a felicidade humana.

A renovada atenção actual sobre este assunto pode erradamente catalogar a felicidade como uma nova moda na Economia, quando foi precisamente a constatação de que todos procuram a felicidade que revelou a Adam Smith o caminho de uma disciplina incipiente: “ Não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (Smith, 1776, citado por César das Neves, 2003, p. 32). Ele identificou o móbil de toda a actividade humana quando percebeu que todas as pessoas, em todos os momentos, são motivadas pela satisfação do seu interesse próprio – **a mais intuitiva e intrínseca forma de procura da felicidade**. Aristóteles já se questionava sobre felicidade numa sociedade ideal há mais de dois mil anos, falando Ética e Ciência Política. No século XVIII, Adam Smith reitera esta questão e lança a Economia. A ligação com a Política Social é directa. Por um lado, a Economia é uma disciplina basilar na análise das políticas sociais.

Por outro lado, a Política Social é uma disciplina de intervenção e quando se fala de felicidade, para além de compreender e explicar, o mais importante é intervir.

Desta forma, assumimos como propósito fundamental do nosso trabalho a aplicação do conhecimento sobre a felicidade à Política Social, proveniente dos contributos da Economia (da felicidade) e Psicologia (disciplina dedicada ao estudo das emoções, cognições e motivações humanas). As nossas principais questões de investigação são: “Pode a felicidade dos indivíduos ser estimulada pela Política Social? Existirão condições para o aumento da felicidade ser um objectivo da Política Social como a redução da pobreza? Fará sentido a felicidade ser o critério de avaliação das políticas sociais? A Política Social parece concordar com a redução do sofrimento mas como se posiciona relativamente ao aumento da satisfação com a vida? É importante salientar que a resposta a estas questões não caem no vácuo da ciência pura e não são apenas do exclusivo interesse de uma disciplina. As respostas implícitas que uma sociedade ou órgãos governativos dão a estas questões correspondem aos seus pressupostos de base sobre quais as prioridades de acção, que assuntos são prioritários e quais devem ser esquecidos ou que nem chegam a ser lembrados. Sobre este assunto, Radcliff (2001) concretiza: *“a principal concern of theorists is the search for evidence that politics matters in the lives of ordinary people. Much has been learned about how politics affects public policies, but less attention has been devoted to identifying the socio-political factors that determine the final variable of interest – the general level of subjective quality of life or happiness”*(p. 939).

Este trabalho insere-se na nova perspectiva *Evidence-based Policy* (Solesbury, 2002) ou movimento que assume a investigação ou evidência empírica como um aspecto indispensável no desenvolvimento e avaliação da política pública: *“fundamental changes currently under way in the welfare state are in part the result of a fundamental shift in policy-makers’ beliefs concerning human motivation and behaviour. However, (if) neither the old nor the new set of assumptions*

are based on evidence, the new policies are as likely to fail as the old ones. What is needed are robust policies that are not dependent on any simple view of human behaviour” (Le Grand, 1997, p. 149). A defesa desta abordagem não significa que a produção de políticas, por ser fundamentada em dados empíricos, esteja isenta do direcionamento de valores (Faludi & Waterhout, 2006). O que significa é que, depois de uma orientação filosófica ser estabelecida, a investigação deve orientar qual a melhor forma para a atingir. Embora possa não ser directa a relação entre investigação e políticas públicas (é necessária a etapa fundamental de traduzir em acções práticas os resultados empíricos), um olhar para a produção científica sobre o tema de interesse guia o pensamento e sustenta, de forma legitimada, propostas de intervenção.

No nosso caso em particular, depois de assumida a felicidade como meta última atingir com toda a actividade humana (filosofia), pretendemos reunir as evidências empíricas disponíveis para nos guiar na tarefa de apontar o caminho à Política Social (investigação).

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, onde os três primeiros são objecto de uma conclusão individual. Estes três primeiros capítulos são revisões de literatura, que pretendem enquadrar, de uma forma sistematizada, o conhecimento existente sobre os temas a abordar. Começamos pela Política Social (Cap. 1), como disciplina básica a analisar. Seguidamente passamos ao âmbito da Economia da Felicidade (Cap. 2), seus conceitos, teorias e resultados. Por último, aprofunda-se o conceito de felicidade e a variedade de abordagens que rodeiam este tema (Cap. 3), como preparação para a análise crítica subsequente.

O quarto capítulo assume-se como a reflexão primordial deste trabalho, onde os dados apresentados nos capítulos 2 e 3 são conjugados para examinar a actuação da Política Social, apresentada no primeiro capítulo.

O último capítulo (Conclusão) apresenta uma síntese das perspectivas abordadas e resultados empíricos que indicam o caminho a seguir e colocam novas questões.

1. POLÍTICA SOCIAL

De uma forma genérica, podemos definir a Política Social como o conjunto das políticas públicas com finalidades sociais ou actuações dirigidas à promoção do bem-estar (Rosner, 2003). Mais particularmente, pode ser caracterizada pelo conjunto de acções interrelacionadas entre si, tomadas por um actor ou conjunto de actores políticos, respeitante à escolha de objectivos e meios de actuação com a finalidade de garantir e promover o bem-estar social (Spiker, 1995).

1.1 Objecto da Política Social

Na análise da Política Social é possível distinguir três pontos de referência: 1.1.1) as intenções e objectivos que estão subjacentes à sua intervenção, 1.1.2) a organização administrativa e financeira que sustenta a intervenção e 1.1.3) os resultados das políticas, particularmente em termos de quem sai beneficiado e quem sai prejudicado (Baldock, Manning & Vickerstaff, 2003).

1.1.1 Intenções e objectivos

As intenções e objectivos são procurados nos alicerces da definição de Política Social, ancorada na ideia de promoção do bem-estar social. Este conceito, de base normativa¹ (Costa Santos, 1993), está relacionado com a percepção colectiva de satisfação de necessidades, garantia de direitos sociais e eliminação de factores que estão na origem da não satisfação de necessidades. Estes grandes objectivos são postos em prática de várias formas, nomeadamente através da redistribuição, gestão de riscos sociais e promoção da inclusão social (Rosner, 2003).

¹ A referência à natureza normativa do bem-estar social reside no facto de ser orientado por princípios filosóficos determinados por intervenientes exteriores aos indivíduos alvo da intervenção.

No que concerne a redistribuição, uma medida é considerada redistributiva se as pessoas que recebem bens ou serviços pela actuação de uma política não foram os mesmos que pagaram por eles (Spiker, 1995). A redistribuição, de carácter deliberado, pode ter dois propósitos: por um lado, retirar aos mais ricos para provir os mais pobres, criando uma maior igualdade na distribuição do rendimento na sociedade (a função Robin Hood é a mais comum embora em rigor também exista redistribuição tirando aos pobres e dando aos ricos). Esta forma de intervenção é legitimada por princípios ético-morais de igualdade e justiça que justificam esta redistribuição vertical; por outro lado, existe uma forma de intervenção baseada em justificações de mercado. A alocação de recursos sem regulação é considerada ineficiente, e é considerado que sem uma redistribuição planeada, os indivíduos podem não adquirir as competências necessárias para corresponder às necessidades da Economia (e.g., nível educacional) ou poupar para prevenir uma falta de rendimento futuro (e.g., velhice). Este tipo de redistribuição é designado como horizontal ou de ciclo de vida, porque actua no valor de rendimento disponível dos indivíduos em diferentes alturas ou situações da sua vida.

Quanto à gestão dos riscos, está associada à protecção fornecida aos indivíduos em situações de vulnerabilidade, quer ao nível de riscos naturais (e.g., infância, doença), quer ao nível de riscos sociais (e.g., desemprego). Os indivíduos nestas situações são considerados com necessidades em falta, e a intervenção é feita no sentido de repor um sentimento de bem-estar (satisfação da necessidade). Com a crescente complexidade das sociedades industrializadas, o próprio conceito de necessidade tende a ser actualizado (e.g., necessidade de viver num ambiente ecológico). No entanto, as principais áreas de actuação da Política Social são a educação, saúde, habitação, segurança social e serviços de acção social (Baldock et al, 2003). Esta actuação tem um efeito que se traduz em alterações de tipo redistributivo, não apenas de recursos mas também de estatuto de poder entre indivíduos e grupos sociais.

Por último, o conceito de inclusão social, pretendendo diminuir ou extinguir o seu oposto, exclusão social, foi conceptualizado de acordo com a ideia de que, à medida que a Economia se desenvolve e complexifica, alguns indivíduos são excluídos da possibilidade de poder participar na vida económica e social pela falta de competências ou conhecimentos. A Política Social tem como objectivo (re) qualificar estas pessoas ou grupos de pessoas, fornecendo-lhes ferramentas de inclusão (e.g., dinheiro, educação).

1.1.2 Organização institucional

Para concretizar os objectivos da Política Social, é necessário a organização e sistematização da intervenção, muitas vezes sob a forma de institucionalização dos serviços. O papel do Estado (através das políticas sociais) pode ser diferenciado em 1) produção e organização das actividades, 2) regulação sem provisão e 3) regulação e financiamento (provisão). Estas diferentes formas de intervenção caracterizam posicionamentos distintos do Estado em relação aos restantes actores da vida social: família, mercado e terceiro sector (Spiker, 1995). O Estado pode ter um papel mais determinante, produzindo, financiando ou simplesmente regulando. O conceito de Welfare Mix caracteriza a responsabilidade partilhada entre os vários actores, com diferentes graus de intervenção de cada um.

1.1.3 Resultados

Podemos considerar que a avaliação da Política Social se define pela monitorização do combate às grandes áreas de intervenção. Nesse sentido, a Política Social tem revelado uma eficácia significativa, estando associada a uma diminuição de pobreza e aumento da qualidade da habitação, educação e saúde. No entanto, é difícil clarificar o papel causal da intervenção propositada do impacto colateral do desenvolvimento económico. Por outro lado, a incidência da

Política Social na questão da desigualdade tem se revelado resistente às intervenções feitas (Ladaique, 2005). No entanto, esta actuação tem impactos diferentes de acordo com o tipo de políticas sociais desenvolvidas².

Até agora, temos abordado o campo da Política Social em termos singulares. No entanto, configurações de políticas sociais (com objectivos, instituições e resultados esperados) produzem um tipo de realidade social que foi designado de Estado-Providência. Este conceito, de natureza integrativa, caracteriza uma relação que o Estado, através das políticas sociais, desenvolve com os seus cidadãos. Sociedades em que parte substancial da produção de serviços sociais é paga e provida por organismos públicos são designadas de Estado-Providência.

1.2 Estado-Providência

1.2.1 Origem histórica e desenvolvimento temporal

A pré-história do Estado-Providência moderno encontra-se no *Poor Law Period* (ou período centrado nas leis sobre e para os pobres), durante os séculos XVI e XVIII na Europa (Flora & Alber, 1995). O alívio dos pobres era caracterizado por medidas de ajuda dentro de um quadro de coibição, onde questões sobre os direitos dos indivíduos ainda não se colocavam. No entanto, as leis para os pobres já incluíam algum grau de reciprocidade das responsabilidades sociais, mas o cumprimento destas responsabilidades para os indivíduos estava baseado no castigo directo. A reciprocidade desta altura referia-se sobretudo à relação entre os indivíduos e as suas comunidades locais, já que a execução das leis nacionais estava fragmentada e entregue ao poder local.

É comum identificar-se a transição para o moderno Estado-Providência com as inovações em segurança social (*social insurance*) durante o crescimento do liberalismo nas últimas duas

² Retomaremos esta questão de forma mais profunda no capítulo quatro, numa análise crítica dos objectivos e resultados da Política Social

décadas do século XIX. Em 1878, uma campanha governamental foi iniciada para destruir o crescente movimento da democracia social. O Imperador Alemão William, na sua Mensagem Social de 1881, lançava as bases de uma legislação inovadora na segurança social, apoiado no trabalho de Bismark que, no entanto, não produziu a lealdade esperada da classe trabalhadora. Seria apenas em 1919 que os alemães estabeleciam os direitos sociais na Constituição de Weimar (Flora & Heidenheimer, 1995).

Seriam necessários mais trinta anos até o termo *Welfare State* ser introduzido no discurso público. Enquanto Churchill oleava a máquina de guerra, em 1941, um clérigo, o Arcebispo Temple, cunhava o termo por contraste ao poder do *warfare* da 2ª Guerra Mundial. Inicialmente lançado para sustentar a moral e a disciplina durante o tempo de guerra, este conceito acabou por se tornar mais associado a benefícios sociais que os governos democráticos esperavam oferecer depois da guerra. No Reino Unido, Churchill assistido por Beveridge, preparava o Plano Nacional de Segurança Social do Governo Liberal. Foi apenas depois da publicação deste relatório em 1942 que o termo adquiriu o significado atribuído correntemente. O tempo era de reconstrução depois da guerra e era necessário reunir os escombros. Beveridge tinha como objectivo promover a solidariedade social e aproximar as instituições e os indivíduos numa parceria com o Estado e dar resposta aos cinco gigantes que assolavam a população: *want, disease, ignorance, squalor e idleness* (Baldock et al, 2003).

O desenvolvimento do conceito de *Welfare State* beneficiou das contribuições de Marshall e Titmuss, ambos ligados à London School of Economics and Political Science, da qual Beveridge tinha sido director no período entre guerras. Com base no seu modelo tripartido de direitos dos indivíduos (civis, políticos e sociais), Marshall afirmava que o século XX era a época de consolidação dos direitos sociais ou direitos de cidadania (partilha de direitos e deveres comunais com o Estado). Para Marshall, a guerra tinha criado um sentido de solidariedade nacional que

sustinha a criação de novas instituições. As reformas sociais seriam realizadas em tempo de retoma económica, em que a regulação pública do consumo e mercados seria aceite e toda a sociedade estaria receptiva à distribuição justa do rendimento disponível.

Esta nova forma de relação do poder instituído com os indivíduos distinguia-se do período das leis dos pobres porque 1) tinha instituições diferenciadas para cada tipo de situação que requisitava uma manutenção de rendimento, 2) estava focado nos homens, como chefe de família e principal ganha-pão, e não mais nas mulheres e crianças e 3) compelia os potenciais beneficiários a contribuir para o seu financiamento, aumentando a legitimidade legal para a reclamação individual de benefícios. Contudo, a distinção mais significativa encontra-se no grau de abrangência da população. As leis dos pobres apenas cobriam uma parte restrita da população; com a modernização e complexificação do sistema, esta fatia da população manteve a sua cobertura (assente em instituições com moldes e denominações diferentes) e viu alargar-se os benefícios a outras camadas sociais e outros tipos de necessidades. Sobretudo no pós-1945 os benefícios sociais foram estendidos de uma forma massiva a crescentes fatias da classe média. Este processo realizou-se através da universalização do programa de transferência de rendimentos, serviços públicos e pela institucionalização incremental de outras necessidades, e por consequência, outros beneficiários.

A concretização prática do Estado-Providência foi anterior ao desenvolvimento de uma teoria que o consubstanciasse. Sobretudo a partir da 1ª Guerra Mundial, a conjuntura social e política levou os governos a implementarem uma série de medidas sociais que só foram acompanhadas por pressupostos e objectivos de justiça e redistribuição *a posteriori*.

Sistematizando, podemos caracterizar a evolução do Estado-Providência em quatro períodos distintos (e.g., Pierson, 2000): o período 1870-1920 pode ser designado como fase de experimentação; o período 1930-1940 de fase de consolidação, onde os conceitos e formas de

intervenção se tornam mais claros; o período 1950-1960, pós 2ª Guerra Mundial, como fase de expansão, onde os benefícios foram estendidos em variedade e abrangência de população, e o período pós 1970, fase de reformulação, onde se começou a evidenciar uma necessidade de questionamento dos moldes e capacidade real de intervenção sustentada.

1.2.2 Filosofia e formas de intervenção

No contexto europeu, a criação e crescimento do moderno Estado-Providência (EP) pode ser entendido como resposta a dois desenvolvimentos fundamentais: a formação de Estados Nacionais e a sua transformação em democracias de massa após a Revolução Francesa, e o crescimento do capitalismo que se tornou o modo dominante de produção após a Revolução Industrial.

A ligação do EP com a democracia de massas pode ser interpretada como a resposta a exigências crescentes de igualdade socioeconómica ou como a institucionalização de direitos sociais após a consolidação dos direitos civis e políticos. Por outro lado, o EP também pretendeu responder aos apelos de segurança num sistema de produção capitalista. O EP pode ser visto como uma tentativa de lidar com os problemas da consolidação do capitalismo, como o conflito de classes ou crises económicas, sem nunca desafiar as bases fundamentais deste sistema de produção.

No entanto, estas explicações são apenas parciais, já que estão registadas experiências institucionais semelhantes nas décadas de 20 e 30 nos estados fascistas e na Rússia. Sob esta perspectiva, o EP parece ser acima de tudo um fenómeno generalizado da modernidade e não exclusivamente dos países democrático-capitalistas. Numa visão mais ampla, o EP teria a função de criar um sentido de solidariedade social nacional em sociedades cada vez mais complexas, através da centralização da vida social e institucionalização dos direitos e deveres dos cidadãos. As burocracias públicas assumiram funções anteriormente desempenhadas por unidades menores

(família, igreja, associações) e os custos desta nova forma de segurança, anteriormente individualmente internalizados, foram externalizados de forma colectiva. Os custos desta transformação são reintroduzidos na economia sob a forma de inputs e tornaram-se novos custos. Podemos definir EP como um Estado no qual o poder organizado é deliberadamente utilizado (através da Administração Pública) num esforço para modificar as forças de mercados em três direcções: 1) garantia às famílias e indivíduos isolados de um rendimento mínimo independente do valor de mercado da sua propriedade, 2) diminuição da insegurança ao apoiar indivíduos e famílias em situação de contingências sociais (doença, velhice ou desemprego), e 3) garantia a todos os cidadãos sem distinção de estatuto ou classe dos melhores padrões de vida possíveis em relação a um número mínimo de serviços sociais (Asa Briggs, 1961, citado por Flora & Heidenheimer, 1995, p. 29). Em termos de organização da intervenção, podemos falar de políticas sectoriais, políticas categoriais (de natureza transversal, apontadas a grupos ou problemas sociais específicos) e políticas globais de carácter transversal e natureza multidimensional.

Existem três mecanismos principais através dos quais o EP persegue os seus objectivos: pagamento directo (transferência) de benefícios em dinheiro, provisão directa de serviços e extensão indirecta de benefícios através de reduções e isenções de impostos.

O objectivo fundamental das transferências directas é a manutenção do rendimento em fases de não-emprego dentro do ciclo de vida (maternidade, infância, formação, velhice), situações de incapacidade de trabalhar (doença, acidentes, invalidez) e desemprego da população activa. Este tipo de transferências também inclui sistemas de mesadas ou subsídios a famílias para bens ou serviços específicos (e.g., vouchers). Por outro lado, a provisão directa de serviços tem uma ligação forte com a intervenção governamental em mercados privados como a habitação ou

alimentação. Os principais tipos de serviços são educação, saúde, habitação e cuidados sociais³. Finalmente, existem créditos ou isenções de impostos, que servem como um equivalente funcional das formas anteriores e que têm muitas vezes negligenciado o seu papel relativamente a benefícios directos ou em género.

Relativamente a conceitos chave do EP assume-se sobretudo a centralidade da segurança e igualdade. No que diz respeito à segurança, vários autores interpretam a criação do EP como uma forma minimizar a instabilidade e insegurança face ao contexto económico, tentando alcançar um equilíbrio entre as necessidades individuais e colectivas. Relativamente ao conceito de igualdade, existem duas perspectivas distintas. A primeira tradição é parte integrante da ética socialista, vulgarmente denominada igualdade de resultados. Implica uma igualdade na disposição de bens e serviços e uma redistribuição de acordo com as necessidades humanas. Interpretando o EP como resposta ao desenvolvimento de uma igualdade desta natureza, é necessário distinguir entre os esforços para estabelecer níveis mínimos de assistência (rendimento mínimo garantido, ordenado mínimo, sistema nacional de saúde, etc.) de esforços de redistribuição num sentido mais estrito (taxas progressivas). O segundo significado, tradição da ética liberal, é igualdade de oportunidades e tem a sua melhor expressão no sistema de educação público. Tentando promover a igualdade na massa dos indivíduos com diferentes características de origem, indirectamente legitima a desigualdade que seria resultante das diferentes performances dos indivíduos (após a homogeneização educacional), sobretudo sob a forma de diferenças no rendimento e estatuto.

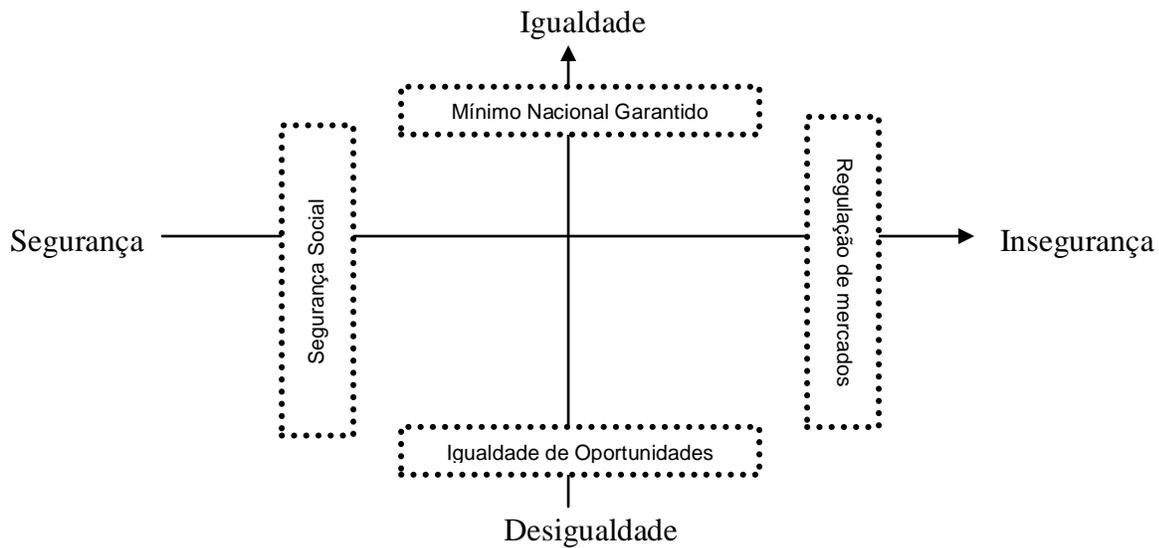
Estas duas dimensões podem ser cruzadas (Figura 1), caracterizando formas diferentes de relação do Estado com os indivíduos, através da importância relativa dada a cada um destes conceitos.

Para alguns autores, a essência do EP é a garantia pelo governo de padrões mínimos de rendimento, nutrição, saúde, habitação e educação, assegurados a todos os cidadãos como um

³ A variedade e quantidade de serviços sociais oferecidos varia consideravelmente entre EPs.

direito de cidadania e não como uma forma de caridade. No entanto, outros existem que distinguem dentro deste enquadramento geral, políticas sociais com o objectivo principal da absoluta igualdade (saúde e rendimento mínimo) de políticas sociais que apontam para a igualdade de oportunidades (caracterizadas sobretudo pela política educativa).

Figura 1. Relação das dimensões de igualdade e segurança do EP (Arts & Gelissen, 2001)



Existe uma discussão sobre quais as áreas centrais do EP e de como este se deve estruturar à volta da tensão entre valores igualitários e meritocráticos. A justaposição e intersecção das dimensões de segurança e igualdade afecta as fronteiras do EP e de como este atinge os seus objectivos (Franklin, 1998).

O debate igualdade de oportunidades-resultados está fortemente relacionado com o tipo de desigualdades existentes. As desigualdades associadas ao sistema de classes estão baseadas em dois processos sociais interligados, mas distintos. Um processo é a alocação de recompensas associada a diferentes posições num sistema social; o outro é o processo de recrutamento para essas posições. O conceito de oportunidade é mais directamente aplicável a funções como o recrutamento e selecção. O conceito de resultado está mais associado a processos de alocação e

remuneração, como recompensas ou castigos sociais. A proximidade das relações entre os sistemas educacional, ocupacional e de segurança social determinam como estes dois processos se interligam numa sociedade. Igualdade de oportunidades está associada com “transformar-se em” ou “chegar até ser”, por alcançar determinado estatuto ao longo do ciclo de vida ou entre gerações. Igualdade de resultados tende a reflectir mais “ter” em termos de medidas de rendimento ou nível de vida.

1.2.3 Regimes de EP (Welfare) e casos paradigmáticos

Um dos métodos de apresentar as funções ou características do EP baseia-se na construção de tipos, modelos ou ideais, que são representações teóricas de configurações de um conjunto de políticas sociais. Esta perspectiva é fruto do desenvolvimento da Política Social Comparada (Amenta, 2001) que, para além da análise de um caso particular de políticas, procura identificar padrões comuns dentro de um país ou entre um conjunto de países. A classificação em modelos é uma forma de sistematização dos dados disponíveis que podem, separadamente, tornar-se disconexos e pouco informativos.

Nos primórdios da disciplina, Titmuss definiu três principais modelos de Welfare (Spiker, 1995):

1) modelo residual, caracterizado pela atribuição de benefícios aos indivíduos que estritamente não poderiam obter ajuda de outras formas; 2) modelo institucional-redistributivo, uma forma de intervenção que, por um lado, pretende igualar os rendimentos auferidos na sociedade e que, por outro lado, trata as necessidades dos indivíduos como institucionais, ou “normais”, parte integrante de vivência de uma responsabilidade social partilhada; e 3) modelo industrial-performance, um modelo em cujos benefícios estão intimamente ligados às contribuições de ordem profissional. Estes modelos seriam diferentes sobretudo pelo tipo de princípios que guiam

a sua actuação social; representam as intenções subjacentes ao desenvolvimento das políticas sociais em vigor.

Esping-Andersen (1990) reformulou esta concepção de Titmuss sobre modelos de Welfare e desenvolveu das obras mais influentes em Política Social denominada The Three Worlds of Welfare Capitalism. Avançando os conceitos de descomodificação e estratificação social como esclarecedores das diferenças entre regimes, este autor desenvolveu uma tipologia de três regimes de Welfare, que incluía a maioria dos países ocidentais mais desenvolvidos: regime liberal, regime corporativista/ continental e regime social-democrata (Arts & Gelissen, 2002). O critério descomodificação é definido como o grau em que um serviço social é considerado um direito (descomodificação alta) ou é fornecido através dos mecanismos de mercado (descomodificação baixa). Por outro lado, o critério estratificação social reflecte o impacto das políticas praticadas na alteração ou manutenção do status quo e desigualdade existente na sociedade.

Por um lado, o Regime Liberal incorpora o individualismo e a primazia das forças de mercado que segundo o autor caracterizam países como o Reino Unido, Irlanda, Canadá, Austrália e EUA. A actividade do mercado é encorajada pelo Estado, mantendo os benefícios num nível modesto para os indivíduos demonstradamente necessitados. Existe pouca redistribuição neste tipo de regime e os direitos sociais são limitados. A descomodificação é baixa e o princípio liberal de estratificação divide a população em dois grupos: uma minoria de baixos rendimentos, dependente do Estado, e uma maioria que pode recorrer a planos de segurança social privados. As mulheres são incentivadas a participar no mercado de trabalho, sobretudo no sector dos serviços.

Relativamente ao Regime Corporativista/ Continental, este tipo de regime é fruto de uma dupla influência histórica, tendo de um lado, a herança católica, e do outro, os movimentos políticos corporativistas e estadistas. Esta fusão de influências tem três grandes consequências ao nível da estratificação social: 1) a intervenção directa do Estado é restrita à manutenção do rendimento

relacionado com o estatuto profissional, 2) a participação feminina no mercado de trabalho é desencorajada, numa perspectiva de manutenção da estrutura familiar tradicional, e 3) existe a defesa do princípio da subsidiariedade, interferindo o Estado apenas quando a família se torna incapaz de responder às necessidades dos seus membros. O grau de descomodificação neste regime é moderado e os países incluídos neste modelo são tipicamente a Alemanha, França, Bélgica e Áustria.

Por último, a caracterização do Regime Social-democrata aproxima-se do quadro de um EP ideal, dentro das noções de igualdade e solidariedade social. Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega são países incluídos neste modelo que se caracteriza por ter altos níveis de descomodificação e pela prática de um sistema de benefícios universais generosos e igualmente distribuídos. A Política Social neste tipo de regime está direccionada para a maximização das capacidades e competências e para a independência individual. As mulheres são encorajadas a trabalhar, sobretudo no sector público. Países que partilham esta perspectiva de intervenção dedicam-se a atingir o pleno emprego, porque defendem que apenas com a máxima participação no mercado de trabalho é possível manter altos níveis de contribuição.

Após a ampla aceitação do trabalho de Esping-Andersen, outras propostas foram desenvolvidas (e.g., Liebfried, 1992; Castles & Mitchell, 1993; Siaroff, 1994; Korpi & Palme, 1998, citados por Arts & Gelissen, 2002) salientando a importância de factores específicos na distinção entre tipos de EP. Uma das principais extensões das propostas de três tipos fundamentais foi a introdução de um tipo distinto de Welfare da Europa do Sul, designado por Regime Latino ou rudimentar (e.g., Ferrera, 1996).

Os países da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Itália, Grécia) foram excluídos da tipologia inicial de Esping-Andersen por o autor considerá-los um subgrupo do regime Continental/Corporativista. No entanto, este regime foi individualizado como regime latino ou do Sul por

apresentar algumas características distintivas. Apresenta um grau de descomodificação moderado e uma manutenção do status quo como o regime da Europa Central, mas é definido por um sistema fragmentado de benefícios sem uma rede de serviços sociais. Serviços de saúde e educação são considerados direitos de cidadania, mas os restantes benefícios tendem a ser transferências em dinheiro. Seguindo um modelo de família tradicional, as mulheres também não são incentivadas a participar no mercado de trabalho.

A base para a classificação oferecida tem uma variedade de factores de base. Os critérios podem ser de ordem geográfica (Norte, Centro e Sul da Europa, EUA), religiosa (protestantes, católicos) ou histórico-cultural (alianças, hábitos e costumes). A divisão em tipos ou regimes de EP é muitas vezes questionada pela sua perspectiva excessivamente teórica e fraca verificação empírica, havendo alguns estudos que revelam maiores disparidades entre países dentro de um mesmo tipo de regime do que em regimes distintos (e.g., Alber, 2006). No entanto, a criação de tipologias de regimes revelou-se uma ferramenta teórica importante na reflexão sobre Política Social e incentivou o desenvolvimento de uma nova forma de olhar para o EP, com confirmado poder explicativo a par de algumas limitações.

1.3 Crescimento e crise

O âmbito da Política Social expandiu-se ao longo do tempo e quebrou as fronteiras das áreas que formaram inicialmente a sua esfera de intervenção. Baldock e colaboradores (2003) referem actualmente cerca de 30 áreas de estudo e intervenção em Política Social, nomeando entre elas o crime, ambiente, etnicidade ou transportes. A evolução desde os cinco gigantes para um raio de acção mais alargado parece revelar uma mudança na perspectiva da Política Social, de uma óptica de intervenção mais passiva para um posicionamento mais activo na dinâmica social.

No entanto, o EP tem sido alvo de crescentes críticas e reflexões, particularmente ao nível da sua sustentabilidade económica no tempo. Uma questão fundamental nas políticas sociais é o consumo significativo de uma larga proporção do orçamento público disponível na maioria dos países industrializados, de 6% na Coreia do Sul a 31% na Suécia. O moderno EP foi e continua a ser um produto de capitalismo (Flora & Heidenheimer, 1995). Tornou-se necessário analisar se existem e quais são os objectivos das políticas sociais do EP que estão em conflito com as regras e mecanismos de produção capitalista.

Esping-Andersen (2000), que lançou definitivamente a importância do estudo comparativo do Estado-Providência fala também sobre quais as principais limitações e desafios para o futuro. Segundo o autor, o envelhecimento da sociedade, o crescente valor do capital humano, a mudança nos padrões da família e a pressão para a flexibilização do mercado de trabalho são factores que devem ser analisados na concepção do EP deste novo século.

As questões mais importantes a resolver prendem-se com uma redefinição das responsabilidades públicas do EP, reconsiderando os objectivos nucleares: *“the most fundamental conclusion that emerges is that it is necessary to reconsider the concept of social rights: the existing principle – guaranteeing maximum welfare and equality for all, here and now – cannot be consistent with emerging economic imperatives... (there is the need to) reconceptualize equality and fundamental social rights, primarily in terms of life-chance guarantees”* (Esping-Andersen, 2000, p. 4, 23).

Embora exista uma variabilidade decorrente dos diferentes princípios defendidos pelos tipos de regime referidos, algumas considerações gerais podem ser tecidas para o futuro (Scharpf, 2000).

O EP sustentável deve 1) desenvolver os seus Recursos Humanos no seu máximo potencial, 2) dar uma prioridade máxima às crianças perante o quadro de reestruturação familiar para formas mais vulneráveis de sustentação financeira, 3) dar maior prioridade ao investimento em serviços sociais de apoio à conciliação trabalho-família, de forma a permitir uma participação mais

efectiva das mulheres no mercado de trabalho e estimular o aumento da natalidade, 4) ter em conta a complexidade do ciclo de vida, redefinindo a relação trabalho-lazer em diferentes faixas etárias e 5) incentivar a participação dos idosos na vida económica e social, como forma de minimizar problemas de exclusão social e para poder permitir a transferência dos benefícios para escalões etários mais jovens.

A mensagem de vários autores parece clara: Investimento na família e crianças. É necessário estabelecer novos preceitos na alocação dos recursos do pacote EP, e aceitar duas grandes limitações (Esping-Andersen, 2000). Primeiro, não é possível perseguir a estratégia baseada no capital humano e sociedade da aprendizagem de forma linear, porque esta deixa de fora indivíduos e grupos menos capazes e obriga a uma redistribuição dos recursos das pensões (velhice) para as famílias e crianças. Segundo, os novos desafios da Política Social não podem ser atingidos com mais impostos ou gastos em relação ao PIB. Quando existem muitos recursos, o problema da divisão não é delicado, mas quando uma necessidade de contenção se impõe, conflitos de interesses surgem e é fundamental promover a eficiência e igualdade com estabelecimento de critérios consensuais de justiça.

1.4 Perspectivas teóricas em Política Social

Apresentamos seguidamente as principais perspectivas teóricas da Política Social, como formas de enquadramento teórico que justificam e explicam a intervenção da disciplina.

1.4.1 Qualidade de vida

O conceito de qualidade de vida ganhou proeminência a partir dos anos 70, desenvolvendo-se da ideia fundamental de que o bem-estar de uma sociedade não deveria ser medido apenas pelo seu desenvolvimento económico (Sirgy, 1998). Tem como pressuposto que outros factores como a habitação, saúde e relações sociais são importantes na avaliação de uma sociedade, e esta

informação deve ser medida com precisão para propostas de intervenção serem claramente delineadas. O conceito de qualidade de vida foi o quadro de referência para o Movimento dos Indicadores Sociais (Glatzer, 1991), onde foi promovida a ideia de medir a qualidade de vida através de instrumentos de base empírica. Existem actualmente várias perspectivas sobre o que é a qualidade de vida, nomeadamente quais as variáveis que devem ser incluídas na avaliação deste conceito (Veenhoven, 1995). Acompanhando as diversas posições teóricas, é possível encontrar uma imensidão de indicadores propostos para a medição da qualidade de vida, desde autores individuais a organizações internacionais (para uma listagem e avaliação de indicadores para a política social ver Hagerty e colaboradores, 2001).

No entanto, a perspectiva da qualidade de vida que pretendia afastar-se da análise económica tradicional sobre bem-estar, manteve a mesma linha de mensuração objectiva dos indicadores. Qualidade de vida significa a vivência numa sociedade com condições objectivas de existência satisfatórias: alta esperança média de vida, baixa mortalidade infantil, boas condições de saneamento e saúde pública, educação, habitação. Indicadores de natureza subjectiva não são comuns em análises de qualidade de vida.

1.4.2 Teoria das Capacidades

A abordagem das capacidades de Amartya Sen, Nobel da Economia, assume-se como um quadro normativo abrangente para a avaliação do bem-estar individual e social, e para o desenvolvimento de políticas e propostas de mudança numa alternativa à abordagem custo-benefício económica (Robeyns, 2005). Esta teoria é utilizada na compreensão da pobreza, desigualdade e bem-estar, numa perspectiva não explicativa, mas de conceptualização e avaliação. A ideia fundamental

baseia-se na análise do que os indivíduos são efectivamente capazes de fazer, ou nas suas capacidades. Sen defende que a Política Social deve focar-se em remover os obstáculos que impedem as pessoas de concretizarem os seus objectivos, avançando a distinção entre meios e fins. Apenas os fins têm um valor intrínseco enquanto os meios são instrumentais para se atingir o bem-estar, a justiça e a igualdade (Nussbaum, 2003). O objectivo da intervenção social deve ser a criação de uma oportunidade efectiva de desenvolver acções na direcção desejada (functionings) que incluem trabalhar, descansar, ser saudável, escolarizado, respeitado, amado. O que fundamental é permitir que as pessoas tenham a liberdade ou oportunidade reais (capabilities) de levar a vida que pretendem, fazer o que querem fazer e ser quem querem ser: “*a person’s capability is then the equivalent of a person’s opportunity set*” (Robeyns, 2005, p. 100).

Para Sen, a análise do bem-estar pode ser dividida segundo duas dimensões: por um lado, a distinção entre promoção de objectivos de agência (metas que os indivíduos querem alcançar) e promoção directa de bem-estar; por outro lado, a distinção entre achievement (ou estado alcançado) e liberdade para alcançar objectivos (Anand & van Hees, 2006). O papel da Política Social é avaliado de acordo com o seu impacto nas oportunidades reais criadas para os indivíduos.

Em resumo, esta é uma teoria que valoriza a liberdade individual na escolha de alternativas que são verdadeiramente possíveis para os indivíduos. O foco de análise está sobretudo na capacidade de realização, de satisfação de uma série de necessidades enumeradas na *objective list approach* [Marta Nussbaum (2000, citada por Gough, 2002) numa óptica neo-Aristotélica com base na *Ética Nicoménica*] que corresponderiam às principais 10 metas a atingir pelos indivíduos (1. vida, 2. saúde física, 3. integridade física, 4. sentidos, imaginação e pensamento, 5. emoções, 6. racionalidade prática, 7. afiliação, 8. contacto com outras espécies, 9. lazer, e 10. ambiente).

1.4.3 Teoria das necessidades

Ian Gough, actualmente na Universidade de Bath, desenvolveu em colaboração com Len Doyal, uma perspectiva teórica defendendo que as políticas sociais e instituições económicas devem ser avaliadas na medida em que contribuem para a satisfação das necessidades humanas (Gough, 1994). Estes autores publicaram A Theory of Human Need (1991), definindo necessidade como uma categoria particular de objectivos que consideram ser universais. Salientam sobretudo as necessidades básicas onde incluem saúde física e autonomia de agência e que estão alicerçadas nas designadas necessidades intermédias ou formas de as atingir (e.g., água e alimentação adequadas, habitação, cuidados de saúde). Estas necessidades básicas têm como objectivo fundamental (universal) o evitamento de sofrimento, o que corresponde na perspectiva dos autores, à incapacidade de participar na vida social. A satisfação destas necessidades humanas consistiria, desta forma, na capacitação dos indivíduos ou libertação de forma a escolher a vida que pretendem para si.

Esta perspectiva tem muitas semelhanças com a teoria de Sen, no sentido de identificar um conjunto universal de objectivos humanos, embora com um leque de necessidades (ou capacidades – Gough, 2002) mais restrito, considerando este autor que a lista de Sen é demasiado variada e sem legitimação teórica (Gough, 1999). No entanto, existe uma concordância no papel da Política Social como facilitadora da realização do indivíduo como ser social, no desenvolvimento da sua vontade.

1.4.4 Qualidade Social

O conceito de qualidade social é recente, tendo sido desenvolvido na Holanda num conjunto de reuniões de especialistas em Política Social Europeia no início dos anos 90. Esta perspectiva nasceu com as preocupações de exclusão social e envelhecimento, num quadro de excessivas

considerações económicas no seio da União Europeia devido ao crescente processo de integração económica e monetária (Walker & van der Maesen, 2003). O que seria necessário para reconceptualizar as relações da política económico-monetária com a política social seria uma nova abordagem que auxiliasse a estabelecer um equilíbrio entre estes domínios e reexaminasse os fundamentos da Política Social Europeia. Neste sentido, a qualidade social foi proposta como um padrão contra o qual a qualidade de vida dos cidadãos europeus fosse medida. Por consequência, é um conceito intimamente relacionado com a cidadania europeia, e que se caracteriza pelo recurso a um amplo leque de indicadores para além da pobreza ou exclusão social. Embora seja um conceito medido ao nível individual, é considerado uma característica das instituições e sociedades definido como o grau em que os cidadãos têm a possibilidade de participar na vida económica e social da sua comunidade em condições que estimulem o seu bem-estar e potencial individual (Gough, 2003). Para atingir este objectivo, quatro condições essenciais devem ser preenchidas.

Primeiro, segurança sócio-económica. Independentemente da fonte (emprego ou segurança social), os indivíduos devem ser protegidos da pobreza ou outras formas de privação material. De uma forma geral, estão incluídos nesta categoria factores como rendimento, educação, cuidados de saúde, serviços sociais ou ambiente. Segundo, os indivíduos devem viver numa situação de inclusão social, existindo níveis mínimos de exclusão das instituições chave da sociedade (como o mercado de trabalho), na realização mais plena possível dos seus direitos sociais. Terceiro, os indivíduos devem poder ser elementos integrantes de uma comunidade ou sociedade caracterizadas por coesão social, definida com o grau de proximidade relacional dos seus membros. Esta proximidade é considerada vital para o desenvolvimento social e realização pessoal dos indivíduos, e é mais abrangente que o conceito de capital social, aproximando-se do conceito de ligações valorativas/ afectivas e solidariedade social. Quarto, os indivíduos devem

experienciar um sentimento de autonomia e auto-eficácia pessoal para poder fazer face e acompanhar nos rápidos processos de mudança económica e social que caracterizam a sociedade actual. O conceito de empowerment é usado para fazer referência à capacidade dos cidadãos de controlar as suas vidas e criar/ agarrar oportunidades num leque alargado de escolhas.

Estes quatro componentes teóricos podem ser representados sob a forma de quadrantes e pressupõem operacionalização para se poderem tornar instrumentos práticos de intervenção e política social. Berman e Phillips (2000) desenvolveram uma tipologia de medidas de qualidade social, cobrindo as quatro dimensões, num total de 21 grupos de indicadores. No entanto, todos estes indicadores são de natureza objectiva, tendo este movimento começado apenas recentemente a referir a necessidade de maior investimento em medidas de natureza subjectiva (Gough, 2003).

Conclusão do Capítulo Um

Este capítulo inicial pretendeu caracterizar a disciplina da Política Social, como paradigma de análise e intervenção na realidade social. Foram abordados quais os objectivos e formas de actuação, passando pelos conceitos fundamentais e perspectivas teóricas desenvolvidas no seu âmbito. Esta primeira etapa é primordial para clarificar qual o ponto de partida à realização de uma reflexão sobre o posicionamento desta disciplina no planeamento e intervenção sociais, reflexão esta que estará apoiada na informação presente nos capítulos 2 e 3 seguintes.

2. ECONOMIA DA FELICIDADE

2.1 Felicidade nos clássicos

A Economia Política moderna é encarada como um produto resultante do desejo de tornar a busca pela riqueza uma actividade legítima (Bruni, 2004a). No entanto, antes de Adam Smith publicar A Riqueza das Nações em 1776, uma abordagem diferente vinha a ganhar terreno, sobretudo nas tradições latinas francesas e italianas onde a recém criada Economia Política tinha como objecto assumido a felicidade pública.

O primeiro autor a usar a expressão *pubblica felicità* (On Public Happiness) foi o italiano Ludovico António Muratori em 1749, sendo seguido por vários economistas conterrâneos como Guiseppe Palmieri (Reflexions on the Public Happiness) ou Pietro Verri (Discourse on Happiness). O autor mais representativo desta época foi o napolitano Antonio Genovesi para quem a Economia era sobretudo uma teoria de relações sociais que deveria regular uma sociedade que desse prioridade não à produção de bens materiais mas ao usufruto de relações interpessoais (Bruni, 2004b). O objecto por excelência de Genovesi é a verdadeira felicidade pública no sentido de vivência partilhada de um bem comum. O bem comum não é o resultado inesperado das buscas individuais de cada interesse próprio mas a transformação deste interesse pessoal numa felicidade e confiança partilhada através das leis e instituições da vida civil. Na linha de Genovesi, a maioria dos autores italianos da época definiam-se por contraste com os Ingleses: *“One of the most distinctive features among economists of these two nations is the definition they give of public economy and how they deal with it. For the English is an isolated science; it is the science of how to make nations wealthy and that is the exclusive subject of their research. On the other hand, Italians regard it as a complex science, as the administrator’s*

science and they treat it in all relationships with ethics and public happiness” (Pecchio, 1829, citado por Bruni, 2004a, p. 25).

Alguns anos mais tarde em França, personalidades como Rousseau, Condorcet ou Sismondi davam igualmente um lugar central ao estudo da felicidade nas suas obras e a *félicité publique* foi uma das ideias-chave do Iluminismo francês: “*The mass of English seems to forget, as do philosophers, that the increase in riches is not the scope of the political economy, but the means by which to endeavour the happiness to all*” (Sismondi, 1819, citado por Bruni, 2004a, p. 24).

Os próprios anglo-saxónicos assumiam estas diferenças de italianos e franceses: “*The English writers (...) or followers of Dr. Smith (...) define their science as that of the laws which regulate the production and distribution of wealth. The foreign school holds that it is the office of the political economist to point out in what way social happiness may best be attained through the medium of national wealth. Our own writers reply that this is the providence not of the economist but of the politician...We contend that the study is purely a science; our opponents that it included the practical adaptations of the science to the existing circumstances*” (Edinburgh Review, 1837, citado por Bruni, 2004b, p. 25).

No entanto, embora as propostas económicas inglesas não atribuíssem à felicidade um papel central, este assunto não estava completamente esquecido no Reino Unido.

Malthus esclarece estas diferenças de abordagem: “*The professed object of Dr. Adam Smith’s inquiry is the nature and causes of the wealth of nations. There is another inquiry however perhaps even more interesting, which he occasionally includes in his studies and that is the inquiry into the causes which affect the happiness of nations...I am sufficiently aware of the near connection of these two subjects and that the causes which tend to increase the wealth of a state tend also, generally speaking, to increase happiness...But perhaps Dr. Adam Smith has*

considered these two inquiries as still more nearly connected than they really are” (Malthus, 1798, citado por Bruni, 2004b, p. 24).

Malthus considera que a felicidade não é riqueza, mas termos latos, concorda com Smith que um maior nível de riqueza aumentará a felicidade. Antes de escrever A Riqueza das Nações (1796), Adam Smith publicou a menos debatida Theory of Moral Sentiments (1759), caracterizada por uma abordagem relacional do indivíduo, ontologicamente relacionado com os outros seres humanos. Nesta obra, a principal fonte de felicidade humana é a simpatia mútua ou correspondência de sentimentos. A riqueza pode ser transformada em felicidade, não de uma forma automática, mas apenas através de algumas condições especiais (sobretudo a propriedade). Encontramos em Smith a ideia fundamental de que a felicidade humana é o objectivo último, revestida de um carácter teológico: *“The happiness of mankind, as well as other creatures, seems to have the original purpose intended by the Author of the nature, when he brought them into existence”* (Smith, 1759). A riqueza é instrumental para a felicidade porque o ser humano tem a necessidade de ser reconhecido e admirado, recorrendo ao seu património material para o atingir. No entanto, Smith *o economista* acaba por se dedicar mais tarde apenas aos factores determinantes da riqueza das nações. Esta mudança é interpretada por alguns autores como o desejo de melhorar a qualidade da vida material das nações de uma forma global e não de buscar a felicidade através da riqueza excessiva e desnecessária (Ahsraf, Camerer e Loewenstein, 2005). Por seu lado, Marshall estava consciente da relação complexa entre felicidade e riqueza e defendia a posição de Malthus, introduzindo a obra Principles referindo que *economics does not deal directly with well-being* (já em substituição de happiness; Pigou seguidamente traduziria este conceito por welfare em Economics of Welfare) *but with the material requisites of it. The material requisite is wealth.* (Bruni, 2004a, p. 33). Para Marshall, a felicidade depende de

factores como a religião, a vida familiar e a amizade; a riqueza está associada à felicidade na medida em que permite desfrutar em maior quantidade e qualidade destes factores.

Também John Stuart Mill se dedicou com vigor a este assunto. Mill era defensor do consequencialismo ou axiomática composta por uma teoria do bom e uma teoria do correcto. A primeira trata de estados de coisas que são bons ou desejáveis e a segunda trata de determinar o que se deve fazer. De acordo com Mill, consequencialista hedónico (ou utilitarista), o bom é prazer e o correcto a fazer é maximizar este prazer. No entanto, a filosofia de Mill é bastante diferente de Bentham (também hedonista). Mill considera que existem prazeres superiores e inferiores, distintos na sua natureza e não apenas no seu grau. Um prazer superior (intelecto, sentimentos morais) é sempre superior a uma inferior (sentidos, necessidades biológicas), mesmo que seja de menor intensidade e duração. É famosa a posição de Mill sobre este assunto: “É melhor ser um ser humano insatisfeito do que um porco satisfeito” (2005, p. 54). A sua teoria utilitarista aceita como fundamento da moral a utilidade ou princípio da maior felicidade. As acções são correctas na medida em que tendem a promover a felicidade, e incorrectas na medida em que tendem a gerar o contrário à felicidade. Um outro ponto importante em que Mill difere de Bentham diz respeito ao alvo do resultado das acções. Para Mill, a felicidade que constitui o seu padrão utilitarista do que está correcto na conduta não é a própria felicidade do agente, mas a de todos envolvidos. O seu utilitarismo exige que o agente decisor seja tão estritamente imparcial entre a sua própria felicidade e a dos outros como um espectador desinteressado e benevolente.

Por contraste a Mill, em 1789 Bentham avança uma das ideias que se tornariam mais centrais na compreensão do percurso histórico da Economia. Logo nas primeiras linhas do seu livro An Introduction to the Principles of Morals and Legislation, este autor escreve as famosas palavras: “nature has placed mankind under two sovereign masters, pain and pleasure” (Denis, 2000). A visão de Bentham sobre a felicidade pode ser definida como hedonismo psicológico, de uma

natureza individualista. Os indivíduos são caracterizados como seres que procuram o prazer e evitam a dor; a felicidade “social” não seria mais do que a agregação da soma das felicidades individuais. A palavra-chave para Bentham é utilidade ou princípio da utilidade, que é assumido como objecto fundamental da sua obra de 1789. Na introdução do livro, o autor define utilidade como a propriedade de qualquer objecto através da qual este poderia aumentar o benefício, vantagem, prazer ou felicidade (Denis, 2000). Em toda a sua obra, conceitos como felicidade, prazer e utilidade são usados de forma indiferenciada. Em Bentham não existe a distinção entre felicidade (fim) e riqueza (meio), e a felicidade torna-se o objectivo directo das acções económicas e esta felicidade significava o prazer que era retirado dos bens materiais. Esta abordagem distancia-se quer da felicidade social de Genovesi, quer da distinção entre meio e fim de Smith, Malthus e Marshall.

O projecto ideológico e metodológico de Bentham foi concretizado por Jevons e Edgeworth. A Economia Política clássica e o seu interesse pelos elementos objectivos e concretos da realidade económica foram substituídos na revolução marginalista pelo sujeito e a sua experiência subjectiva, tendo como filosofia de base o hedonismo psicológico. Para Edgeworth, felicidade significava prazer e maximizar felicidade era maximizar prazer. Jevons definia a Economia como a ciência da utilidade, aceitando a filosofia de Bentham, e caracterizava a disciplina como o cálculo dos prazeres e das dores (Denis, 2000). Para Jevons, os prazeres não são diferentes na sua natureza mas apenas na sua intensidade ou grau, e a Economia lida apenas com os mais “baixos”. Em Theory of Political Economy (1871), Jevons afirma que “*the theory which follows is entirely based on the calculus of pleasure and pain and the object of Economics is to maximize happiness by purchasing pleasure as it were, at the lowest cost of pain*” (Bruni, 2004a, p. 36).

2.2 Renascimento da felicidade na Economia

Este foi o processo pelo qual a felicidade entrou definitivamente na teoria económica através de uma identificação total com a utilidade, como incontestado objecto da Economia. Para os defensores do marginalismo, a Economia era a ciência da felicidade-prazer e o domínio de interesse já não era a riqueza mas a forma com esta podia “comprar” a felicidade directamente.

A questão principal não é o facto de a felicidade não ter sempre ocupado um papel fundamental na teoria económica, mas a redução de uma perspectiva mais profunda da felicidade (desenvolvimento humano, relações interpessoais e virtudes tendo o mercado como palco desta realização) a uma abordagem de cálculo de prazer e dor e a equiparação da utilidade retirada do consumo de bens a felicidade. A distinção entre o fim último e os meios materiais para o atingir foi perdida, ao ser substituída a visão eudamónica de não consequentialismo (não é o resultado da acção de traz a felicidade mas a vivência deste processo) por uma perspectiva instrumentalista utilitária (o consumo proporciona a felicidade directamente).

Esta perspectiva, que relaciona directamente a utilidade retirada dos bens de consumo e felicidade, foi criando raízes ao longo do século XX e saiu reforçada com a teoria das preferências reveladas e os trabalhos de Hicks e Samuelson. Embora o manifesto destes autores fosse no sentido de banir o hedonismo psicológico da Economia, a satisfação das preferências ou escolhas ocupou o lugar da maximização do prazer, e a ideia central de que a felicidade pode ser analisada directamente através do consumo manteve-se. A teoria das preferências reveladas foi o culminar da substituição do estudo das condições objectivas da riqueza e como esta riqueza poderia influenciar a felicidade (perspectiva da Economia Política), para uma convicção partilhada de que a riqueza, enquanto factor determinante na satisfação das preferências através

do consumo estava directamente relacionada com a felicidade (teoria moderna do comportamento de escolha).

2.2.1 Primeiros sinais de mudança

O panorama dentro da Economia só começa a mudar com as reflexões acidentais de Richard Easterlin em 1974.

Richard Easterlin foi um economista com uma formação eclética, discípulo de Kuznets, por cujas ideias de interdisciplinidade e necessidade de referenciais empíricos concretos na investigação foi muito influenciado. A questão sobre a qual Easterlin mais se debruçou foi a fertilidade e o baby boom no início do Pós 2ª Guerra, diminuindo consideravelmente durante os anos seguintes até à década de 60. Se as crianças são “um bem normal”, como se explica que o mercado aumente e diminua durante um período em que o rendimento cresce de forma acentuada? O autor encontrou a resposta na influência da socialização económica. Os pais do baby boom tinham saído de um período economicamente desfavorável (Grande Depressão e 2º Guerra) que tinha nivelado por baixo as suas aspirações financeiras. O período de expansão económica que se seguiu transmitiu uma sensação de afluência e aumentou o desejo (ou percepção de possibilidade) de ter filhos. Os pais do baby bust (diminuição da taxa de natalidade) eram filhos do período de afluência dos seus pais. As suas aspirações financeiras tinham um referencial superior e sentiam-se subjectivamente em piores condições económicas do que os seus pais (ainda que rendimento global continuasse a aumentar). Esta explicação fez Easterlin questionar o pressuposto das preferências fixas e ponderar o impacto negativo do crescimento económico nas aspirações individuais. A partir dos anos 70, começa um programa de investigação consistente sobre a felicidade, e é em 1974 que publica os seus resultados sobre a robusta estabilidade do bem-estar subjectivo dos indivíduos, por contraste a um crescimento económico galopante (Easterlin,

1974). A explicação avançada por Easterlin baseou-se no processo de reajustamento das aspirações individuais, determinantes da auto-avaliação da felicidade dos indivíduos, que apontavam para inexistência de uma relação directa entre rendimento e bem-estar.

Por outro lado, em 1976, Tibor Scitovsky publica Joyless Economy: The Psychology of Human Satisfaction, uma obra onde tenta aplicar os conhecimentos da pesquisa em Neuropsicologia a questões como o prazer, a utilidade e a felicidade (Bianchi, 2003). Uma das principais ideias de Scitovsky estava relacionada com a distinção entre conforto e prazer. O autor refinou uma distinção já conhecida entre necessidade e luxo (já presente no pensamento de Smith e Marshall) e relacionou o consumo de bens com diferentes tipos de satisfação. O consumo de um bem causa prazer se o acto de o consumir elimina uma necessidade básica ou fundamental (fome, sede, etc.) ou se estimula a criatividade e esforço humanos. A investigação sempre esteve muito focada no estudo de formas de diminuir altos níveis de inquietação ou incómodo (*arousal*), caracterizados como sensações desagradáveis. Esta foi a perspectiva da investigação durante anos: alívio da dor e diminuição da ansiedade e inquietude. Mas eliminar as emoções negativas é só metade do caminho e atenção deve ser prestada à construção das emoções positivas. Um nível de estimulação demasiado baixo também é desagradável e incómodo, mas esta questão era recente para a investigação. Era nesta fase que se encontrava a sociedade ocidental, com todas as suas necessidades básicas preenchidas. Era agora necessário encontrar actividades criativas que provocassem mudança e crescimento interno, para aumentar o nível interno de estimulação psicológica. A política pública não pode negligenciar estas questões porque “*rational behavior as pictured by the economist and actual behavior as observed and explained in terms of psychological motivating forces are not at all the same thing*” (1992, p. 65).

Dois anos depois, em 1978, Yew-Kwang Ng assume a necessidade de estudo profundo multidisciplinar para responder à pergunta “*does economic growth increase social welfare?*” (p.

575) e aos trabalhos de Easterlin e Scitovsky, usando como quadro de referência a análise Harrod-Hirsh sobre bens posicionais. Bens posicionais são bens (ou características de bens, serviços ou posições e relações sociais) que são escassos num sentido absoluto ou relativo (social) e que estão sujeitos a congestionamento e desvalorização em caso de uso massivo (Hirsh, 1976, citado por Ng, 1978). Numa sociedade com um elevado crescimento económico, o indivíduo médio espera que o seu rendimento aumente e que possa consumir mais bens (posicionais e não-posicionais). Como os bens posicionais não aumentam com a riqueza, o seu preço sobe à medida que a quantidade produzida de bens não-posicionais aumenta. A aspiração do indivíduo médio fica frustrada por não ter acesso a mais bens posicionais (status, prémios, etc.) do que anteriormente, porque todos, em média, melhoram o seu nível de vida.

Desta forma, o pequeno ganho em utilidade com um maior rendimento é facilmente sobreposto pela perda em aspirações frustradas: “ *Economic growth, to the extent that it increases socially unrealizable aspirations, may actually reduce welfare*” (Ng, 1978, p. 579). O autor alerta igualmente para o facto de o crescimento económico poder não ser apontado como o motivo da redução no bem-estar, mas a incapacidade de os indivíduos gerirem de forma eficaz as suas aspirações e conseguirem desfrutar dos bens não-posicionais de uma forma mais satisfatória. Esta deve ser a perspectiva adoptada pela acção política pública, porque a restrição à avaliação dos efeitos objectivos só é uma análise suficiente na introdução de mudanças que não produzam alterações institucionais e subjectivas relevantes. O autor confirma que o estudo da felicidade ainda se encontra num estágio primitivo, por ter associadas muitas dificuldades de quantificação, mas este deve ser o caminho a ser tomado na intervenção económica porque “ *happiness is the only acceptable ultimate objective in life*” (Ng, 1978, p. 585).

Uma outra contribuição fundamental deste período foi dada por Sir Richard Layard, actualmente académico activo na London School of Economics sobre felicidade, que publicou um artigo no

Economic Journal em 1980 intitulado Human Satisfaction and Public Policy. A preocupação de Layard estava relacionada com o papel das políticas públicas perante o resultado de o crescimento económico não se traduzir num aumento correspondente da felicidade porque “ *if growth was not brought happiness, the important question is what policy conclusions follow*” (Layard, 1980, p. 737). O autor subscreve as explicações avançadas por outros autores para este fenómeno: status ranking (comparação social) e o ajustamento das expectativas e aspirações ao aumento da qualidade de vida. Para Layard “*a major task of public policy is to counteract the effects of the desire for status upon human behaviour*” (p. 738) e a política pública deve centrar esforços no combate aos efeitos negativos da tomada de decisão individual na felicidade dos indivíduos.

2.2.2 Expansão e consolidação

Não obstante os importantes trabalhos referidos, as reflexões sobre a felicidade na Economia foram caracterizadas por contribuições isoladas até ao fim dos anos 90. Em 1997, o Economic Journal é decisivo no processo de legitimação deste tema quando publica um conjunto de artigos, onde junta Andrew Oswald, Robert Frank e Yew-Kwang Ng, com um comentário editorial de Dixon.

Dixon, na nota que designou *Controversy*, refere que economistas de diferentes correntes começam a partilhar a convicção que a felicidade deve ter um papel mais preponderante na análise económica. Lembra o interesse sobre a felicidade pública de Genovesi e outros no século XVIII e defende um lugar central para o estudo da felicidade. Por seu lado, Oswald, do Departamento de Economia da Universidade de Warwick, faz uma análise sistemática da relação entre felicidade e crescimento económico. Começa por referir que o crescimento económico não é interessante em si mesmo e que números como o PIB ou taxas de juro só são relevantes de

forma indirecta. O crescimento económico é apenas um meio para um fim e que o verdadeiro fim “*is not consumption of beefburgers, nor the accumulation of television sets, nor the vanquishing of some high level of interest rates, but rather the enrichment of mankind’s feeling of well-being*” (1997, p. 1815). Por contraste ao PIB e à inflação, o governo não se interessa pelo acompanhamento anual dos valores da felicidade dos indivíduos, porque está enraizada a crença de que o aumento da riqueza de uma sociedade produz, por si só, uma melhoria na vida dos cidadãos. Oswald reconhece que a tarefa de verificar quanto bem-estar real é acrescentado pelo desenvolvimento económico é difícil de concretizar; no entanto, este é o único caminho possível para a construção racional de políticas económicas e sociais. O autor recorre a bases de dados internacionais para os EUA e Europa e afirma que a melhor forma de aconselhar a tomada de decisão pública é procurar padrões nos dados sobre felicidade ao longo do tempo. Termina por concluir que, de acordo com os dados longitudinais que analisou, o desemprego, como principal fonte económica de infelicidade, deve ser a prioridade das políticas públicas e não o crescimento económico.

Em terceiro lugar, Robert Frank apresenta um artigo intitulado The frame of reference as a public good, que inicia com a questão “*does consuming more goods make people happier?*” (p. 1832). Este autor já tinha publicado em 1985 Chosing the Right Pond (e uma obra mais reflectida e melhorada sobre a mesma temática em Luxury Fever, 1999), sobre o problema do consumo e a sua associação com felicidade. O objectivo de Frank (e a sua mensagem para as políticas públicas) é o de descobrir formas de gastar tempo e dinheiro que tenham o potencial de aumentar a satisfação das pessoas com a sua vida. Este autor defende que o objectivo das políticas públicas deve ser o de regular o consumo dos indivíduos de forma a estimular o tipo de escolhas que tenham uma utilidade com maior durabilidade.

Por último, Ng reflecte sobre as questões da felicidade e comparabilidade interpessoal. Este autor menciona que após a revolução do ordinalismo e curvas de indiferença nos anos 30, os economistas se tornaram desconfiados e hostis em relação a conceitos subjectivos e comparações cardinais de utilidade, preferindo termos que consideram objectivos como preferência e escolha. Esta linha metodológica teve muitos benefícios, possibilitando a realização de uma grande quantidade de análises económicas rigorosas e fiáveis. No entanto, afastou a Economia de questões fundamentais sobre a vida social e humana como a felicidade, que segundo ele, “*is more important than the more objective concepts of choice, preferences and income*” (1997, p. 1848), porque as pessoas nem sempre escolhem o que lhes traz maior utilidade e muitas vezes não conseguem controlar os efeitos secundários das suas escolhas.

Desde a publicação conjunta destes artigos em 1997, os estudos nesta área começam a proliferar e a felicidade entra definitivamente numa fase de expansão na Economia. Mas, não obstante o renovado interesse da investigação em incluir a felicidade como um objecto de estudo relevante para a disciplina, os trabalhos académicos desta nova vaga diferem na sua natureza quer das primeiras reflexões da Economia Política do século XVIII sobre felicidade pública, quer da felicidade hedónica dos marginalistas.

Actualmente procura compreender-se qual a relação entre rendimento e felicidade, abarcando a análise do consumo ou vários tipos de consumo para aumento do bem-estar pessoal. Variáveis sócio-económicas (sexo, idade, escolaridade) e macroeconómicas (inflação, desemprego) são também estudadas na sua relação com a felicidade. A ênfase é dada ao indivíduo (e não mais ao estudo das condições que melhorem a felicidade pública) mas a relação com o consumo já não é assumida como directa, e são procuradas variáveis explicativas moderadoras desta ligação. Embora a maioria dos autores indiquem quais as consequências dos seus resultados para a

política pública, não existem estudos cuja preocupação inicial seja o desenvolvimento de políticas tendo o aumento da felicidade como objectivo declarado.

Adicionalmente, ocorreram importantes mudanças ao nível metodológico. Os economistas já não partem de uma posição de observador externo para decidir o que é melhor para a sociedade ou o indivíduo, mas recorrem a dados subjectivos fornecidos directamente pela apreciação dos sujeitos. A grande maioria dos estudos sobre a felicidade recorre a extensas bases de dados sobre satisfação com a vida, bem-estar subjectivo ou felicidade⁴, compiladas a partir das respostas de milhares de sujeitos a questões-tipo. Nos USA, através dos General Social Surveys (GSS), e colocada aos sujeitos a questão “Taken all together, how would you say things are these days – would you say that you are very happy, pretty happy, or not too happy? (Q. 154-156). Na Europa, o questionário refere-se ao Eurobarómetro ou European Social Surveys (ESS), que optaram pela questão “On the whole, are you very satisfied, fairly satisfied, or not at all satisfied with the life you lead?” Mais especificamente na Universidade de Roterdão na Holanda, Ruut Veenhoven desenvolveu um trabalho pioneiro que designou de World Happiness Surveys, uma base de dados de amostras representativas recolhida a nível internacional apenas sobre a felicidade, incluindo valores anuais, tendências ao longo do tempo e sua relação com variáveis como a esperança média de vida ou a dispersão da felicidade reportada. Usa o mesmo método de questionamento directo (percepção subjectiva) referido dos sistemas genéricos Europeu e Americano.

Esta forma de recolha de dados está sujeita a muitas críticas, nomeadamente o problema da tradução entre países e a hipótese de os indivíduos interpretarem os valores da escala de maneiras diferentes. No entanto, esta forma de medição mostrou robustez psicométrica (ou adequabilidade da medida à variável a estudar) perante vários testes de validade e fidelidade.

⁴ Termos usados de forma indiferenciada, sem se considerar a necessidade de esclarecer fronteiras conceptuais.

Este tipo de medida apresenta boa validade convergente (ou compatibilidade com outras formas de medição) (e.g. Diener & Suh, 1999), correlacionando-se de forma significativa com as avaliações de familiares, amigos e observadores externos. Indivíduos com valores auto-reportados de felicidade mais altos são, em média, mais prestáveis, faltam menos ao trabalho, revelam menos problemas mentais e emocionais e morrem mais tarde (Frank, 1997).

Esta medida encontra-se também positivamente relacionada com boas condições de vida e negativamente relacionada com guerras ou terrorismo (Frey & Stutzer, 2004). Revela uma fidelidade (consistência temporal) na ordem dos 0.40-0.60, não sendo dependente do humor momentâneo e de variações de tradução (Diener & Suh, 1999).

2.3 Estado da Arte

A investigação em Economia da Felicidade está centrada em torno de algumas ideias centrais: papel do rendimento (absoluto e relativo), impacto das expectativas (reajustamento das aspirações), papel dos vários tipos de consumo (bens e serviços), variáveis sócio-demográficas, macroeconómicas e políticas, e o problema da medição da felicidade.

2.3.1 Rendimento e Consumo

Perante os resultados apresentados por Easterlin (1974, 1995), alguns autores (e.g., Oswald, 1997) não concordaram com as conclusões iniciais, que defendiam que o crescimento económico não tinha impacto na felicidade dos indivíduos. Não obstante, reconhecem que este impacto é muito reduzido, sobretudo tendo em consideração as previsões económicas tradicionais.

Uma variedade de análises realizadas (e.g., Oswald, 2000; Frey & Stutzer, 2004) com base em informação recolhida a nível internacional desde a década de 70 permitiu retirar algumas conclusões robustas: 1) A felicidade parece ter vindo a crescer nos USA. No entanto, este

aumento é tão pequeno que o rendimento crescente no país não parece ter grande impacto; e 2) Na Europa, os níveis de satisfação com vida também subiram, em termos médios, muito pouco. Verificou-se uma subida acentuada em alguns países (e.g., Dinamarca) e uma descida noutros (e.g., Irlanda) relativamente a uma mesma tendência crescente de riqueza.

Easterlin, alguns anos depois dos primeiros resultados empíricos revelados, apresenta uma teoria que relaciona rendimento e felicidade (Easterlin, 2001, 2003) em resposta à crescente vaga de novos artigos sobre o tema. Os principais resultados desde autor referiam que, em média, 1) países ricos apresentavam maior satisfação global que os países mais pobres e os indivíduos mais ricos diziam-se mais felizes que indivíduos mais pobres; mas 2) analisando ao longo do tempo e a partir de um nível médio de riqueza, o rendimento não apresentava uma associação significativa com a felicidade (Figura 2a, b, c e d). Por outro lado, embora se verifique esta consistência temporal, 3) as pessoas consideram-se no presente mais felizes do que passado e acham que serão mais felizes no futuro. Estes dados indicam que o rendimento apresenta uma relação significativa com a felicidade apenas nos níveis mais baixos, que vai diminuindo à medida que o rendimento aumenta. Existe o que poderíamos designar de “*diminishing marginal happiness of money*” (Ng, 1997, p. 1851).

Figura 2a. Relação entre extremos de felicidade e rendimento

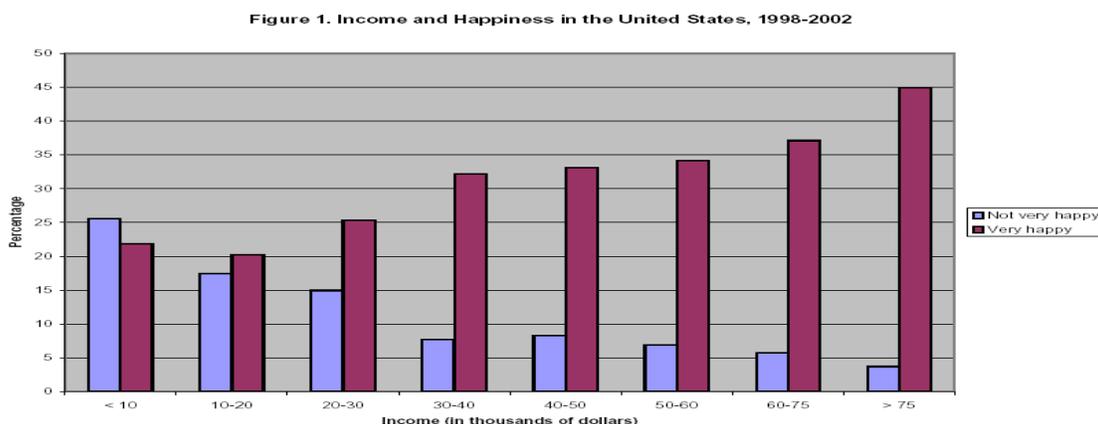


Figura 2b. Relação longitudinal entre rendimento e felicidade (EUA)

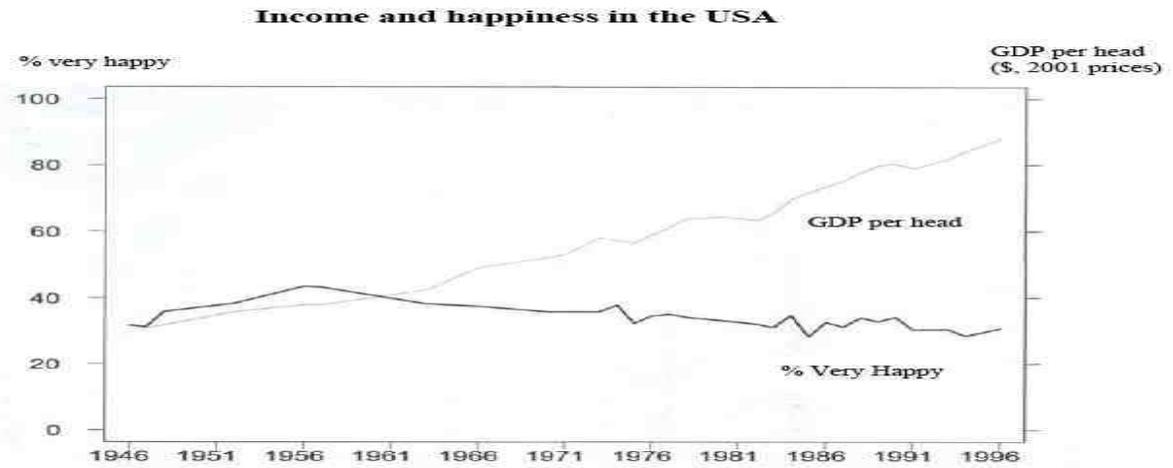


Figura 2c. Relação longitudinal entre rendimento e felicidade (Japão)

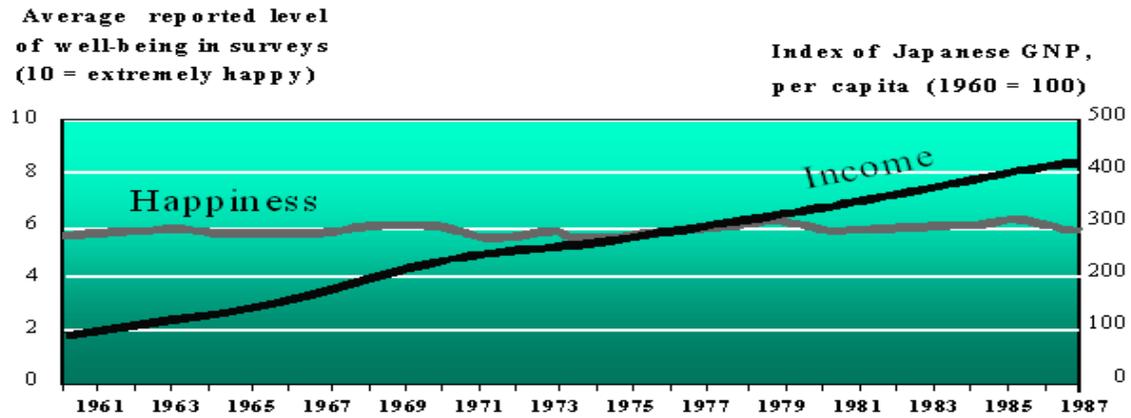
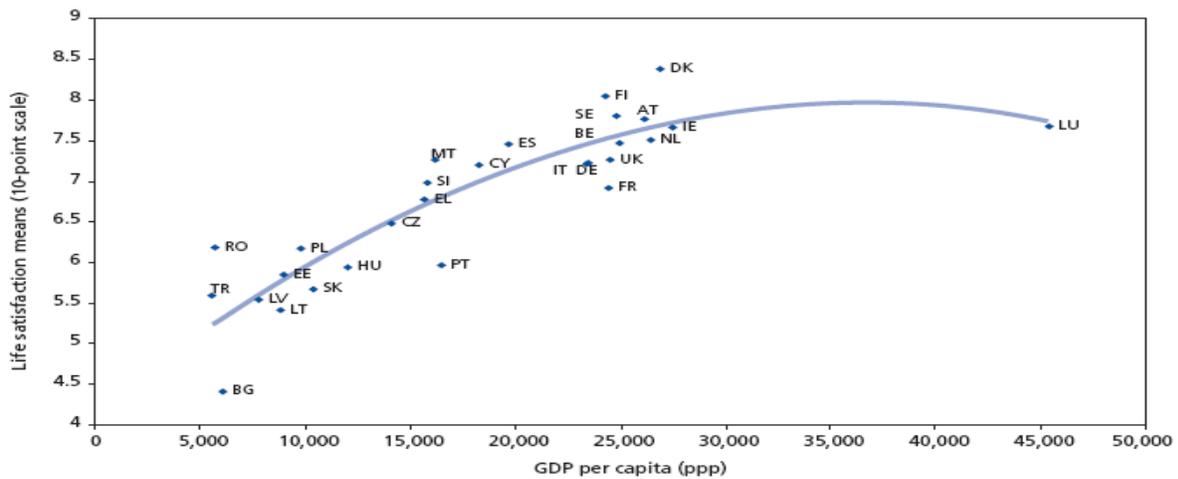


Figura 2d. Relação entre PIB per capita e satisfação com a vida na Europa

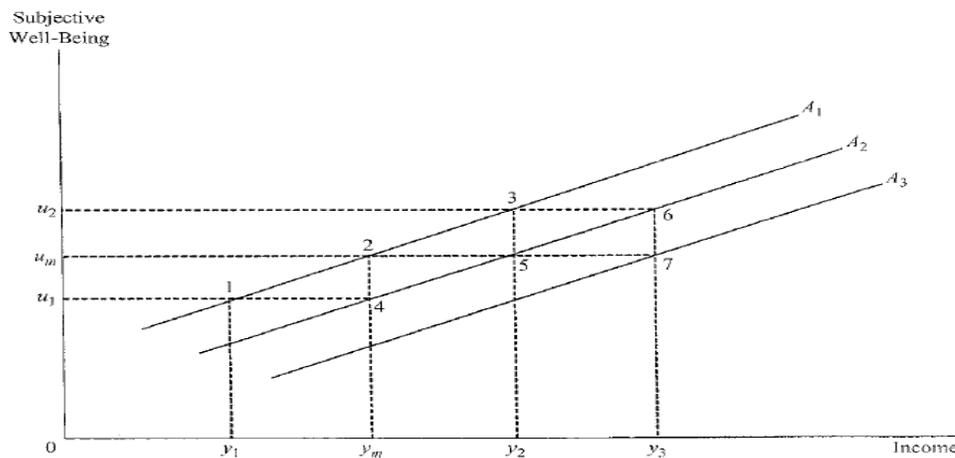


Source: EQLS 2003; Eurostat 2004. Mean values.

Easterlin propõe uma teoria para responder aos três resultados referidos (Figura 3).

O autor assume que no início da vida adulta, indivíduos de diferentes origens socioeconômicas partilham um nível semelhante de aspirações individuais⁵ (A_1). Os que têm maiores rendimentos (ponto 3) serão mais capazes de realizar as suas aspirações, e desta forma, serão mais felizes que os outros (ponto 1).

Figura 3. Teoria da relação adaptativa entre rendimento e felicidade (Easterlin, 2003)



Segundo o autor, este raciocínio esclarece sobre a associação positiva entre rendimento e felicidade, quer entre países, quer entre indivíduos. Se o rendimento aumenta e as aspirações pessoais se mantêm constantes, os indivíduos movem-se ao longo da linha A_1 , aumentando o seu bem-estar (u_m para u_2). Se, por exemplo, no ponto 2 o rendimento não aumenta mas se crescem as aspirações individuais, a satisfação associada a um determinado nível de rendimento diminui (ponto 4, u_1). No entanto, para Easterlin a situação que mais reflecte os dados longitudinais é o aumento do rendimento ser acompanhado por um aumento nas aspirações individuais. Os indivíduos tendem ao longo do tempo a usufruir de maiores níveis de rendimento (y_1, \dots, y_3),

⁵ Embora a teoria não explique o porquê deste pressuposto (Easterlin, 2001)

mas as suas aspirações seguem igualmente este crescendo (A_1, \dots, A_3). É por esta razão que os níveis de bem-estar se mantêm estáveis ao longo do tempo (ponto 2, 5 e 7).

A razão pela qual as pessoas se consideram mais felizes no presente que no passado é baseada no seu nível actual de aspirações e rendimento. A percepção de aumento relativamente ao ponto anterior induz-las a pensarem-se como mais felizes. Por comparação, a perspectiva de maior felicidade no futuro assenta na antecipação de maior rendimento futuro projectado a partir do nível de aspirações actuais.

O papel relevante das aspirações individuais na moderação entre rendimento e felicidade é partilhado por outros autores. Frey e Stutzer (2003) referem esta questão e associam à sua análise a comparação social ou importância do rendimento relativo. Estes autores apoiam-se na hipótese do rendimento relativo de Duesenberry (1949, citado por Hollander, 2001) que defende uma estrutura assimétrica de externalidades. As pessoas têm como referência grupos mais abastados fazendo com que as suas aspirações tendam a ser acima do nível já atingido. Os indivíduos mais ricos impõem um efeito externo negativo nos mais pobres, mas o contrário não existe. Como resultado, as poupanças dependem da posição em termos de percentil do rendimento e não apenas do rendimento absoluto (questionando a teoria de Keynes). Por outro lado, as pessoas adaptam-se ao seu actual nível de rendimento. Mais bens e serviços adicionais trazem um prazer extra durante pouco tempo porque a utilidade está mais dependente de processos de mudança do que do estado ou situação permanente. Tendo por base este enquadramento teórico, os autores foram testar as seguintes afirmações, recorrendo à relação entre as respostas dos indivíduos de satisfação com a vida e duas respostas sobre rendimento para a população Suíça: “qual o valor do rendimento líquido mensal que considera suficiente o seu agregado familiar?” (medida de aproximação ao nível de aspirações) e “qual considera ser o rendimento líquido mensal mínimo para o seu agregado familiar?”(estado actual). Os resultados de Frey & Stutzer mostram que 1)

em termos médios, o rendimento auferido é superior ao considerado suficiente e mínimo mas no entanto, 2) as aspirações individuais tem um impacto negativo na satisfação com a vida, 3) o rendimento afecta a satisfação com a vida na medida do seu ajustamento com as aspirações individuais e 4) o nível de aspirações aumenta com o rendimento. Hollander (2001) defende a superioridade da teoria de Duesenberry sobre a teoria da utilidade tradicional porque o conceito usado pelo autor em 1949 de *personal satisfaction*, se encontra próximo da literatura sobre a felicidade, encontrando verificação empírica anos depois nos dados agregados das bases de dados internacionais.

A questão da mudança temporal das aspirações individuais remete para os estudos sobre a distinção entre utilidade da decisão e utilidade experienciada (Kanheman, Wakker & Sarin, 1997). A utilidade da decisão é a percepção (*ex ante*) da satisfação associada a determinada escolha entre várias alternativas. A utilidade experienciada é a satisfação real no momento da vivência dessa escolha. Os economistas tendem a assumir que estes níveis de utilidade são iguais. Existem evidências (Kahneman & Snell, 1992; Kanheman et al, 1997) de que o processo heurístico⁶ dominante para prever estados futuros é a consulta dos desejos e gostos actuais. No entanto, resultados mostram que existe uma correlação muito baixa ou nula entre as predições dos sujeitos e as experiências que realmente tiveram (e.g., Gilbert, Gill & Wilson, 2002; Frederick, Loewenstein & O'Donoghue, 2002).

Existem outras perspectivas sobre este tema. Maurizio Pugno (2005) propõe uma explicação baseada nos conceitos da Psicologia de vinculação e necessidades humanas básicas. O aumento de rendimento na maioria dos países não é acompanhado por uma maior felicidade geral porque associado ao crescimento económico está a deterioração das relações interpessoais, sobretudo das relações vinculativas mais primárias na infância. O autor apresenta resultados sobre o aumento de

⁶ Sem processamento cognitivo da informação; não contemplação de toda a informação disponível.

perturbações mentais e afectivas (depressão, ansiedade, solidão), disfunções familiares (divórcio, famílias monoparentais) e profissionais (conflitos organizacionais, competitividade entre colegas) como fonte da fraca relação entre rendimento e felicidade.

Por outro lado, Graham, Eggers e Sukhtankar (2004) sugerem uma análise inversa entre estas variáveis. A maioria dos autores analisam em que medida e de que forma o rendimento influencia a felicidade, mas Graham e colaboradores investigaram de que forma o bem-estar actua sobre a performance económica futura. Os resultados destes autores, baseados em dados da Rússia em 1995 e 2000, revelaram que uma maior felicidade no presente está associada a níveis mais elevados de rendimento no futuro, controlando o sexo, idade, nível educacional e rendimento actual. Quando os indivíduos foram divididos por grupo de baixo e alto rendimento, os resultados mostraram que uma maior felicidade presente estava mais associada a um maior rendimento futuro para os mais pobres. Para os mais ricos, era o rendimento actual que tinha impacto na felicidade e rendimento futuros.

A questão do impacto do rendimento na felicidade é abordada de uma forma complementar através do estudo das formas e tipos de consumo (e.g., Royo, 2003). Esta perspectiva interessa-se pela maneira como o rendimento pode ser utilizado como instrumento de obtenção de bens e serviços fontes de bem-estar, e porque razões os indivíduos tendem a não conseguir usufruir de uma forma eficaz do rendimento que tanto se esforçam por obter.

Kaun (2005) defende que o problema não está na ineficácia do rendimento em aumentar a felicidade, mas na forma de ganhar e gastar dinheiro. Por um lado, os indivíduos passam muitas horas no trabalho, muitas horas a tentar chegar e sair do trabalho e pouco tempo com a família e amigos. Com alguma semelhança com as ideias de Scitovsky (1976, 1992), o autor refere que as formas tradicionais de consumo dos indivíduos não estimulam a criatividade e desenvolvimento pessoais (e.g., eventos culturais e desportivos) mas reforçam a passividade e inércia (aumento das

horas em frente é televisão, computador ou vídeo; consumo maioritário de bens de consumo imediato e pouco duradouro). Frey e Stutzer (2003) avançam a explicação de este padrão de consumo se dever ao facto de as características extrínsecas dos bens serem mais salientes do que o seu valor intrínseco. Os indivíduos fazem erros sistemáticos na tomada de decisão e demasiado esforço é investido na busca de empregos mais bem pagos, melhores casas, roupas e carros, tornando insuficiente o tempo dedicado à família, amigos e hobbies. A diferença entre valor intrínseco e extrínseco dos bens está associada à sua relação com a realização pessoal dos indivíduos. Um bem com grande valor extrínseco pode ser muito caro, mas não tem impacto na melhoria interna dos sujeitos, e apenas serve propósitos de visibilidade social (e.g., a busca do último modelo de carro ou telemóvel). Bens de alto valor intrínseco são caracterizados pela sua íntima associação com a felicidade dos indivíduos, que podem ter um valor comercial muito baixo (e.g., inscrição numa associação comunitária). De acordo com os autores, este tipo de consumo tem uma utilidade mais duradoura, mas tem uma representação muito baixa dentro do cabaz de bens do indivíduo médio porque as pessoas 1) negligenciam a adaptação aos bens depois de adquiridos, 2) têm limitações na capacidade de aceder à memória emocional de experiências decepcionantes de consumo no passado, 3) pertencem a um enquadramento cultural a favor do trabalho e riqueza que justifica a preponderância das decisões utilitárias e 4) têm teorias intuitivas erradas sobre a felicidade porque estão enviesadas pela saliência do materialismo na sociedade actual.

Robert Frank (2004) interessa-se pelo consumo de “inconcipuous goods” (p. 69) ou utilização do rendimento em bens que minimizam os efeitos negativos da sociedade actual. Este autor defende prudência na interpretação dos resultados sobre rendimento e felicidade e afirma ser errado afirmar que as conquistas materiais não são importantes. O que os dados revelam é a incapacidade dos indivíduos de gastar o seu rendimento crescente de uma forma que tenha um

impacto significativo e duradouro no seu bem-estar. Frank propõe a seguinte reflexão: imaginemos dois universos paralelos, A e B, sendo estas sociedades semelhantes em termos médios em todos os aspectos, com excepção do nível de rendimento, tamanho das casas, tempo de deslocação para o trabalho, número de dias de férias por ano e horas semanais dedicadas ao lazer (desporto e amigos). Na sociedade A o trabalhador médio ganha 50.000€/ ano, vive em casas de 100 m², demora 1h30m diárias no trajecto para o trabalho, tem três semanas de férias por ano e dedicada duas horas por semana a actividades de lazer. Por contraste, na sociedade B o trabalhador médio ganha 15.000€/ ano, vive em casa de 200 m², demora 30 minutos no trajecto para o emprego, tem seis semanas de férias por ano e dedica 7 horas semanais (uma hora por dia) ao lazer. Segundo o autor, se os indivíduos das duas sociedades só conhecessem o seu universo, não seria possível decidir qual a sociedade com maior satisfação média com a vida, porque vão sendo criadas normas sociais que nivelam ao nível colectivo o grau de aspirações e expectativas pessoais. De acordo com a literatura sobre o bem-estar subjectivo, a sociedade B estaria potencialmente mais próxima da aplicação prática dos resultados desta área de pesquisa. No entanto, uma pluralidade de indicadores mostra que a maioria dos países caminham na intensificação das características da sociedade A, revelando uma utilização errada do rendimento como instrumento para alcançar maior felicidade.

2.3.2 Variáveis sócio-demográficas, macroeconómicas e políticas

Existe uma vasta gama de artigos sobre que factores sócio-económicos se relacionam com a felicidade. A maioria recorre à análise das grandes bases de dados que incluem questões sobre a satisfação com a vida e que incluem informação sobre uma variedade de outras características. Os estudos desta linha (e.g., Blanchflower & Oswald, 2000; Van Praag, Frijters & Ferrer-i-Carbonell, 2003; Helliwell, 2001; Di Tella, MacCulloch & Oswald, 2003) apresentam resultados

consistentes relativamente à direcção da associação entre as variáveis (positiva ou negativa), embora possam apresentar diferenças sobre a sua intensidade ou magnitude.

Relativamente a variáveis sócio-demográficas, o sexo, idade, escolaridade, e estado de saúde e civil têm sido as variáveis mais estudadas. As duas primeiras variáveis são as únicas sobre as quais a literatura apresenta alguns resultados contraditórios. Existem estudos que não apresentam diferenças de felicidade entre homens e mulheres (e.g., Lalive & Stutzer, 2004) enquanto outros afirmam que, em média, as mulheres são ligeiramente mais felizes que os homens (e.g., Blanchflower & Oswald, 2000). A idade dos indivíduos também está sujeita a dissensões. Alguns autores referem um efeito em forma de U, existindo uma diminuição da satisfação com a vida até um mínimo por volta dos 35/40 anos dependendo dos países, para voltar a subir nos anos da pré-reforma e terceira idade (e.g., Peiró, 2006), mas outros autores falam de um padrão inverso (\cap), em que a juventude prima por altos valores de satisfação com a vida, com uma tendência decrescente com o aumento da idade (e.g., Easterlin, 2001).

O nível educacional apresenta uma associação positiva com a felicidade, mas esta relação desaparece quando o efeito do rendimento é controlado. Este resultado salienta a importância do percurso académico para o rendimento futuro, porque existe uma relação positiva forte entre educação e riqueza, conduzindo desta forma à sua ligação com a felicidade. Não existem evidências de uma relação directa entre escolaridade e felicidade, donde parece resultar que outros efeitos positivos da educação (maior grau de conhecimentos, maior acesso a informação) não são significativos no aumento da satisfação com a vida.

As variáveis desta categoria com a relação mais replicada e expressiva com a felicidade são a saúde (percebida) e o estado civil. Um estado de saúde deteriorado apresenta uma relação negativa forte com a satisfação com a vida, em todos os países e em todas as idades. Embora existam evidências de que vítimas de doenças prolongadas ou acidentes incapacitantes recuperem

muita da felicidade perdida após algum tempo (e.g., Wilson & Gilbert, 2003), estes valores não chegam a atingir os patamares anteriores. Por outro lado, a vida conjugal também surge fortemente associada a uma maior satisfação com a vida. Em termos médios, as pessoas casadas são mais felizes que divorciadas e viúvas, e mesmo solteiras que nunca tenham casado. De forma complementar, Blanchflower e Oswald (2004) afirmam que a actividade sexual é uma variável com uma relação positiva forte com a felicidade e revelam que são as pessoas casadas as sexualmente mais activas. No entanto, e contrariamente ao senso comum, mais dinheiro não está relacionado com mais relações sexuais, o número de parceiros sexuais que maximiza da felicidade é um e a homossexualidade não apresenta uma relação significativa com a satisfação com a vida.

Por outro lado, as variáveis macroeconómicas também revelam de um impacto não negligenciável na felicidade. Di Tella, MacCulloch e Oswald (2003) analisam o impacto do Produto Nacional Bruto na felicidade e concluíram que as alterações neste valor são mais importantes que o seu valor absoluto. São sobretudo o medo da recessão e o entusiasmo do crescimento que influenciam as percepções de bem-estar. Ovaska e Takashima (2006) testaram algumas variações da riqueza dos países, confirmando este resultado e acrescentando outros: o crescimento do PNB apresenta uma associação positiva forte com a felicidade, o PNB per capita tem uma associação positiva fraca, mas o PNB dos países vizinhos não tem impacto na satisfação com a vida dos indivíduos, assim como o valor das importações e exportações.

Os desempregados são os indivíduos que apresentam valores mais baixos de satisfação com a vida e mais perturbações mentais e emocionais. Este resultado é replicado por todos os estudos feitos sobre o tema, apresentando-se como uma das conclusões mais consistentes da Economia da Felicidade (e.g., Ovaska & Takashima, 2006). Este desequilíbrio parece estar associado tanto a questões não pecuniárias (falta de auto-estima e de realização pessoal), como à diminuição do

rendimento (e.g., di Tella et al, 2003; Helliwell, 2001). Lucas e colaboradores (2004) acompanharam o processo de cerca de 25000 trabalhadores durante um estudo longitudinal de 15 anos. Indivíduos com desemprego de longa duração eram caracterizados por não conseguirem recuperar os seus níveis de felicidade anteriores ao desemprego, mesmo depois de novamente empregados. Por outro lado, indivíduos que já tinham sofrido desemprego no passado não revelam capacidade de adaptação a esta situação, voltando a evidenciar baixas acentuadas de satisfação com a vida perante novo desemprego.

A inflação também apresenta uma associação negativa com a felicidade. Altos valores de inflação estão associados com uma diminuição na satisfação com vida, explicada por vários autores (e.g., Ovaska & Takashima, 2006) pela sensação de incerteza face ao futuro. No entanto, existem evidências (Di Tella et al, 2001b) que os indivíduos têm preferências claras por um aumento da inflação sobre um aumento do desemprego. Embora ambas as variáveis estejam relacionadas com a felicidade, o desemprego tem um efeito negativo mais determinante.

As condições sociopolíticas da sociedade também se encontram relacionadas com a felicidade. Veenhoven (2000) verificou a importância da liberdade económica ou percepção subjectiva do grau de liberdade dos indivíduos para concretizar os seus projectos pessoais sem interferência de terceiros. Por outro lado, Helliwell (2001) confirmou a importância da qualidade das instituições de uma sociedade (transparência, rapidez, eficiência) para a felicidade dos indivíduos à semelhança de Frey e Stutzer (2000) que apontaram a democracia (eleições e referendos) e autonomia local como variáveis importantes para o bem-estar dos cidadãos. Os mesmos autores (2004) referem o terrorismo como uma grande fonte de diminuição da satisfação com a vida reportada.

A participação feminina no mercado de trabalho parece ter efeitos perversos na felicidade das mulheres. Apesar desta igualdade vir a ser progressivamente conquistada ao longo dos anos e a

defesa do direito das mulheres a uma realização profissional ser hoje uma questão socialmente aceite, as mulheres que participam no mercado de trabalho apresentam valores de satisfação com a vida inferiores às mulheres que assumem funções familiares tradicionais (Ovaska & Takashima, 2006; Lalive & Stutzer, 2004). Estes resultados tendem a ser explicados pela falta de capacidade de coordenação das mulheres dos domínios familiar e profissional da sua vida (e.g., Baron, 2006), onde a realização profissional acarreta um custo de gestão familiar que parece ser superior ao benefício.

Por último, existem evidências de que a religião se encontra associada a maiores valores de satisfação com a vida, independentemente das crenças assumidas. Os indivíduos religiosos apresentam valores médios superiores de felicidade (Frey & Stutzer, 2004) mas parece ser indiferente se a religião é cristã, muçulmana ou budista (Ovaska & Takashima, 2006).

2.3.3 Conceitos de felicidade e formas de medição

Ravallion e Lokshin (2000) afirmam que é um paradoxo que os economistas analisem o impacto de bem-estar das decisões individuais para os indivíduos (que consideram ser os melhores juízes de si mesmos), resistindo a perguntar directamente aos mais interessados. Também as políticas sociais, pensadas como formas agregadas de melhoria de bem-estar, são desenvolvidas na perspectiva da melhor decisão tomada pelo observador externo considerado imparcial.

A teoria económica assume que é possível saber as respostas sobre a melhor decisão a tomar com base em dados objectivos como o rendimento e os preços. As ideias iniciais sobre utilidade tinham incorporada uma noção explícita de subjectividade (Lewin, 1996), mas os desenvolvimentos posteriores construíram a Economia com base na premissa de que a perspectiva das pessoas sobre o seu bem-estar pode ser ignorada (Ravallion & Lokshin, 2000).

Adicionalmente, a teoria económica recorre ao conceito de utilidade como indicador do resultado de uma escolha ou preferência, de tal forma que a utilidade de uma situação A é pensada como superior a uma outra situação B se A tiver sido preferida ou escolhida a B. A utilidade conceptualizada desta forma é uma conceito de natureza ordinal, o que significa que é desconhecida a diferença relativa entre as respostas mas aceita-se que os indivíduos partilham a mesma interpretação de cada alternativa possível. É um erro assumir que Pareto negava a possibilidade de uma medição cardinal ou a falta de relevância deste assunto; o que este autor defendia era que a utilidade num sentido cardinal não podia ser medida através da observação do comportamento do consumidor e que esta questão era desnecessária para a teoria económica (Van Praag & Frijters, 1999). Foi Robbins em 1932 o primeiro a proclamar que a utilidade não podia ser medida e que era uma questão sem interesse e de impossível resolução. A maioria dos economistas subscreve a defesa da análise ordinal: *“There is no way that you or I can measure the amount of utility that a consumer might be able to obtain from a particular good... there can be no accurate scientific assessment of the utility that another person might receive from the same good... Today no one really believes that we can actually measure utils”* (e.g., Miller, 1994, citado por Ng, 1997, p. 1851). A teoria económica fala de satisfação de preferência pela observação do processo de escolha ou de métodos directos de questionamento como a valoração contingente (willingness-to-pay) (e.g., Frey, Luechinguer & Stutzer, 2004).

No entanto, já em 1971, Van Praag iniciou o desenvolvimento de uma forma de medição do bem-estar⁷ individual resultante do rendimento, que ficaria conhecida como a abordagem da escola de Leyden. Este método é baseado na Questão de Avaliação do Rendimento (QAR), que pretende conhecer as normas dos indivíduos relativamente ao seu rendimento familiar e assume que as pessoas são capazes de descrever o seu nível de utilidade através de qualificações verbais. O tipo

⁷ O conceito usado aqui é o de bem-estar como tradução de welfare

de utilidade medida neste caso é a utilidade experienciada, com base numa recolha de dados empíricos em que os indivíduos respondem numa escala qualitativa (*Mantendo os preços constantes e após impostos, qual consideraria ser um rendimento familiar mensal muito mau ___ €, mau ___ €, insuficiente ___ €, suficiente ___ €, bom ___ €, muito bom ___ €?*) que é posteriormente transformado numa referência quantitativa entre 0 e 1. Existem formas eficazes que foram empiricamente testadas que transformam a classificação categorial dos sujeitos numa escala numérica (Van Praag, 1971; Kapteyn, 1977, citados por Van Praag & Frijters, 1999). Este método permite calcular as funções de bem-estar associadas ao rendimento para os indivíduos, verificando diferenças relativamente às previsões da teoria económica. Por um lado, esta função não é sempre côncava mas convexa para os níveis de rendimento mais baixos (contrariando a Lei de Gossen). Por outro lado, existem parâmetros da função que variam individualmente, o que significa que para atingir um mesmo nível de bem-estar, diferentes indivíduos podem necessitar de diferentes valores de rendimento (onde entra o papel de outras variáveis que influenciam esta relação como o tamanho do agregado familiar).

Van Praag e Frijters (1999) distinguem *welfare* de *well-being* (ambos com tradução portuguesa de bem-estar), considerando *well-being* um conceito mais inclusivo que *welfare*, por este último se restringir à parte do *well-being* que é originada pelo consumo de bens e serviços. *Welfare* está dependente de um pequeno subconjunto de variáveis de influenciam o *well-being*.

Kanheman (1999, p.4) faz uma classificação mais exaustiva dos diferentes graus de operacionalização de variáveis relacionadas com o estudo da felicidade: 1) utilidade instantânea, concebida como a disposição para continuar ou interromper na experiência actual (“*pleased or distressed*”); 2) utilidade recordada é a avaliação retrospectiva de um determinada situação (“*liked it or hated it*”); 3) questões gerais sobre satisfação relacionadas com domínio particulares como a família ou o trabalho e 4) dimensões holísticas como a felicidade ou bem-estar geral que

incluem todos os domínios da vida. Kahneman (1999) distingue a felicidade subjectiva (avaliada através de questões feitas aos sujeitos) de felicidade objectiva (forma de medição de um observador externo que possa ser aplicada a todos os sujeitos). O autor está interessado nesta última forma de felicidade porque defende que, embora exista uma associação forte entre a avaliação subjectiva dos indivíduos e o conceito “real” que se pretende medir (e.g., Schwarz & Strack, 1999), o julgamento individual está sujeito a muitos enviesamentos e falhas. A avaliação da felicidade objectiva está, em última análise, dependente da felicidade subjectiva; este processo baseia-se na avaliação pessoal dos indivíduos em vários momentos no tempo do seu bem-estar associada a uma situação (e.g., a avaliação da felicidade do mês de Junho é operacionalizada através da resposta a questões sobre a satisfação em todas as segundas e sextas feiras do mês). Estes são representados graficamente e a felicidade objectiva medida (avaliada exteriormente) que pode ser aplicada à análise de qualquer sujeito é a integração temporal da área do gráfico.

Ferrer-i-Carbonell e Frijters (2004) decidiram investigar a robustez dos resultados encontrados em diversos estudos sobre a felicidade, categorizando as investigações de acordo com a metodologia usada que reflectiam as perspectivas dos autores sobre a natureza cardinal ou ordinal das medidas de satisfação. Os autores referem que a principal questão de investigação é determinar, com base em certos pressupostos, o efeito causal de características observadas na felicidade, quando existem outras variáveis não observadas.

Existem três principais pressupostos que têm sido usados na interpretação das respostas dos sujeitos. A primeira assumpção implica que existe uma correspondência entre o que é medido (satisfação com a vida) e o conceito que realmente pretendem medir (welfare ou felicidade real). A segunda assumpção, de comparabilidade ordinal, implica que os indivíduos partilham uma mesma opinião sobre o que é a felicidade, mas que não é possível quantificar as diferenças relativas entre as suas respostas. Por último, a terceira assumpção é caracterizada por assumir que

a diferença psicológica (numa escala de 9 pontos entre 1 e 9) entre os pontos 2 e 3 é igual e directamente comparável à diferença psicológica entre os pontos 7 e 8. Os autores apresentaram validações empíricas para cada um destes pressupostos e concluíram que “*assuming cardinality or interpersonal ordinality of the satisfaction answers makes little difference to the results*” (p. 642). No entanto, Ng (1997), defende a necessidade de reintroduzir o conceito de cardinalidade na utilidade, exemplificando com a apresentação do seguinte caso. Imaginemos a opção A (situação actual), a opção B (ser mordido por uma formiga) e a opção C (ser atirado numa banheira de ácido sulfúrico). Assumir apenas a ordinalidade é afirmar que não podemos dizer com algum grau de certeza que a nossa preferência de A sobre B é menor que a nossa preferência de B sobre C. Este autor defende que os indivíduos podem pelo menos avaliar se o seu bem-estar é positivo, negativo ou nulo, e mais esforços devem ser devotados a desenvolver novas e melhores formas de quantificar da maneira mais exacta possível a utilidade ou bem-estar dos indivíduos.

Conclusão do capítulo Dois

Este capítulo teve como principal objectivo clarificar a importância do objecto de estudo – felicidade – como central na construção teórica da Economia e como motor de novas perspectivas de investigação na actualidade. Este tema, de ressurgimento recente, tem sido alvo de interesse crescente, concretizado na construção de teorias e validação de resultados empíricos.

Este corpo de evidências e propostas teóricas amplamente percorrido servirá, em conjunto com os dados do capítulo seguinte, para realizar a reflexão crítica sobre a teoria e intervenção em Política Social.

3. EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE FELICIDADE

No capítulo anterior pudemos constatar que a felicidade é actualmente considerada um objecto de estudo importante e que tem suscitado um forte interesse por parte da Economia, que apresenta actualmente um corpo consistente de resultados empíricos e propostas teóricas sobre a felicidade. No entanto, é imperativo reflectir mais profundamente sobre o conceito de felicidade. A perspectiva da Economia sobre felicidade foi amplamente decorrida no capítulo precedente. No entanto, o que significa felicidade? É equivalente a satisfação com a vida ou bem-estar? Foram abordadas várias teorias sobre a relação entre rendimento e felicidade e vários factores associados a felicidade, mas é fundamental compreender como se define felicidade e clarificar o processo envolvido na promoção da felicidade. Apenas após esta reflexão passaremos a analisar os resultados empíricos sobre felicidade em paralelo com as preocupações da Política Social.

3.1 Conceito de felicidade

Quando os indivíduos são questionados sobre exemplos representativos de emoções, a maioria refere a felicidade. Quando são questionados sobre quais são os principais objectivos ou metas na vida, a felicidade aparece no topo da lista. O que preferem para as suas crianças: fama, fortuna ou felicidade? Felicidade é a resposta mais corrente (Averill & More, 2000). Porque razão a felicidade tem sido negligenciada nas Ciências Sociais como objecto digno de estudo até há pouco mais de uma década? Uma das razões apontadas para esta situação é a discordância sobre o que significa felicidade. Para uns é um estado de excitação e activação interna. Para outros, contentamento, tranquilidade. Para outros ainda, mais que um estado de vivência emocional

interior é a concretização de projectos e entrega a uma causa. Para os ciosos da mensuração, é a esperança média de vida e os anos de escolaridade de uma sociedade.

Antes de mais, é fundamental sistematizar os conceitos existentes na investigação que remetem para algum tipo de preocupação com o bem-estar, conceptualizado de diferentes formas por diferentes disciplinas e que podem querer ou não remeter para a noção de felicidade. Veenhoven (1991, 2000) propôs um modelo síntese, de acordo o nível individual e colectivo, e avaliação objectiva e subjectiva (Quadro 1).

A avaliação pode ser encarada como objectiva (se for avaliada por um observador externo) ou subjectiva (se corresponder à percepção interna do sujeito). Por outro lado, o foco de interesse pode estar no indivíduo ou no agregado de indivíduos (sociedade.) As concepções são consideradas mistas se incluírem considerações dos dois níveis de análise referidos. Estas últimas concepções são menos frequentes e correspondem a áreas de estudo muito abrangentes que normalmente incluem elementos simples das outras categorias.

O objectivo geral deste trabalho é o de compreender as ligações entre os três grupos de concepções sombreados no quadro e quais as implicações para o desenvolvimento económico (seta tracejada).

As concepções relacionadas com a avaliação objectiva do bem-estar individual estão associadas às disciplinas da Teologia e Filosofia, que pretendem compreender as bases objectivas (e regulares entre indivíduos) da felicidade, prescrevendo “o caminho para a felicidade”. Por outro lado, a avaliação objectiva do bem-estar colectivo está relacionada como campo da Política Social e de uma forma geral, com toda a intervenção social baseada em indicadores recolhidos à margem das considerações pessoais dos indivíduos.

Quadro 1. Sistematização dos conceitos de bem-estar nas Ciências Sociais (Adaptado de Veenhoven, 2000)

	Avaliação objectiva	Avaliação subjectiva	Concepções mistas
Bem-estar individual	Qualidades pessoais Sabedoria Criatividade Moralidade Satisfação de necessidades Realização pessoal	Percepção pessoal Satisfação com a vida Bem-estar subjectivo Satisfação com o trabalho Satisfação com a família Auto-estima	Saúde mental
Bem-estar colectivo	Qualidades sociais Justiça Igualdade de oportunidades Qualidade de vida Qualidade social	Opinião social (clima) Aceitação ordem política Crença no progresso nacional Confiança	Integração social
Concepções mistas	Prosperidade económica Segurança Liberdade <i>Welfare</i>		

No entanto, neste capítulo em particular vamos focar-nos na abordagem do que é felicidade sob o ponto de vista da Psicologia (bem-estar individual e avaliação subjectiva), que iremos defender como o verdadeiro estudo da felicidade e que deve ser distinguido de outros conceitos que são usados em proximidade (e.g., welfare ou utilidade).

3.2 Felicidade como avaliação subjectiva

Para responder à questão aparentemente difícil sobre o que é a felicidade, algumas propostas têm sido avançadas na investigação, com teorias cobrindo tipos de felicidade, estádios de felicidade e variáveis associadas ao aumento da felicidade.

Existem três grandes dimensões no estudo da felicidade que se encontram presentes na literatura:

1) objectividade, 2) activação fisiológica e 3) razão versus emoção.

O grau de objectividade refere-se à extensão em que um estado emocional pode ser identificado por um observador externo (objectiva) ou é acedida pela avaliação pessoal do sujeito (subjectiva), tipologia de classificação já referida no quadro anterior. A primeira está relacionada com o “fazer o que é certo”, e está ancorada na tradição clássica aristotélica da vivência social da virtude. A felicidade está na entrega ao serviço à sociedade, e pode caracterizar-se por vivência activa deste ideal (eudaemonia) em movimentos políticos, associativos ou caritativos empreendendo esforços activos, ou pela equanimidade (e.g., congregações religiosas contemplativas), numa existência de doação social ascética. A perspectiva subjectiva elege a auto-percepção do sujeito sobre a sua vivência interna como a forma mais válida de avaliar o que é felicidade.

Por outro lado, o grau de activação está associado à sensação interna de maior ou menor excitação fisiológica. A emoção alegria é apontada como um exemplo de felicidade para muitos, mas para outros a serenidade ou contentamento são os objectivos máximos.

Por último, o debate razão versus emoção alimenta as dúvidas sobre se a felicidade corresponde a um componente emocional ou cognitivo (Schwarz & Strack, 1999). Segundo alguns autores, as avaliações que os sujeitos fazem da sua satisfação com vida ou bem-estar subjectivo (Diener & Lucas, 1999) correspondem à componente cognitiva dos indivíduos (Gilboa & Schmeidler, 2001), que ponderam na altura na resposta a uma questão-tipo (pensando na sua vida no global, como avalia a sua satisfação com a vida?). Para outros, a verdadeira resposta sobre felicidade seria dada pelo acesso ao conteúdo emocional dos indivíduos (experiência hedónica ou afectos).

A delimitação destas três dimensões base no estudo da felicidade é das poucas considerações consensuais entre investigadores (e.g., Veenhoven, 1991). Existe, não só na Psicologia mas em

todas as disciplinas⁸ que trabalham este tema, uma variedade conceptual grande e um rigor metodológico reduzido (Quadro 2). Os vários termos presentes na investigação são utilizados de forma indiferenciada e os resultados entre estudos são comparados sem ter atenção à operacionalização (forma de medição) dos conceitos.

Quadro 2. Resumo dos vários conceitos no estudo da felicidade

Conceitos	Avaliação		Activação interna		Natureza	
	Objectiva	Subjectiva	Alta	Baixa	Cognitiva	Emocional
Prazer	√		√			√
Alegria		√	√			√
Satisfação com a vida		√	n.a*	n.a	√	
Bem-estar subjectivo		√	n.a	n.a	√	
Contentamento		√		√	n.a	n.a
Eudaemonia	√		√		n.a	n.a
Equinimidade	√			√		
Afecto positivo		√	√			√

*não aplicável

[Estes conceitos não serão todos abordados em profundidade; mais estudos detalhados sobre cada conceito: prazer (e.g., Kubovy, 1999); alegria (e.g., Rolls, 2005); satisfação com a vida (e.g., Cummins, 2003); bem-estar subjectivo (e.g., Diener & Lucas, 1999); contentamento (e.g., Peterson, Park & Seligman, 2005); eudaemonia ou estado activo na vivência da virtude e serviço aos outros (e.g., Waterman, 1993); equinimidade ou estado de vivência contemplativa no serviço aos outros (e.g., Averill & More, 2000); afecto positivo ou estados afectivos agradáveis ao indivíduo (e.g., Fridja, 1999)].

Uma outra questão importante é que, embora exista investigação sobre estas três perspectivas, o tema do grau de objectividade é o de menor importância porque tende a existir consonância entre

⁸ Vimos no capítulo 3 que este problema também se aplica à Economia, porque os economistas recorreram na sua maioria à metodologia de recolha de dados utilizada pelos psicólogos.

os investigadores que a felicidade, seja o que ela for, deve ser avaliada pelo sujeito. No entanto, esta questão é diferente de uma outra que continua em aberto, sobre se os indivíduos serão os melhores guias da sua vida (felicidade como conceito relativo) ou se deve existir quem decida por eles qual o melhor caminho (felicidade como conceito absoluto).

Actualmente, o principal debate que centraliza esforços no estudo da felicidade concerne a distinção entre tipos ou características da felicidade e teorias que tentam explicar a sua origem e desenvolvimento.

A distinção fundamental feita entre tipos de felicidade contrapõe uma visão hedonista a uma visão de realização humana ou eudeamonia. Este debate é designado de formas diferentes: bem-estar subjectivo (hedonista) versus bem-estar psicológico (eudeamonia) [Keyes, Ryff & Shmotkin, 2002]; prazer (hedonista) versus significado (eudeamonia) [Peterson, Park & Seligman, 2005]; desfrute (hedonista) versus expressividade pessoal (eudeamonia) [e.g., Waterman, 1993].

No entanto, todas estas perspectivas têm em comum do facto de distinguirem um tipo de felicidade como a vivência das emoções positivas e dos bens materiais, maximizando o prazer (hedonista) por contraste à felicidade (eudaemonia) ancorada na atribuição de significado à vida, ao desenvolvimento pessoal e dos outros e ao estabelecimento de objectivos de desenvolvimento pessoal.

Ainda dentro da distinção de tipos e características da felicidade, existem perspectivas que consideram a felicidade dentro de uma teoria télica ou teoria autotélica (Ormel et al, 1999). A diferença destas teorias reside na fonte da felicidade: para a teoria télica, é a realização dos desejos ou necessidades que traz a felicidade (estado) e a felicidade é o fim a procurar em si mesmo. A teoria autotélica defende que a felicidade é alcançada no processo de vivência da virtude ou experiências positivas, e não é o objectivo a ser procurado. A felicidade é o resultado

de acções que tiveram, em primeira instância, um objectivo de desenvolvimento pessoal. É o próprio processo da experiência que é acompanhado por um sentimento de felicidade.

Por outro lado, existem autores que preferem não distinguir tipos de felicidade, mas compreender que diversos factores compõem a felicidade humana, desenvolvendo modelos integrativos.

Ryff e Keyes (1995) definem a felicidade com resultante de seis factores de bem-estar: autonomia (sentido de auto-determinação), aceitação pessoal (avaliação própria positiva), crescimento pessoal (desenvolvimento do potencial), domínio do ambiente (percepção de controlo externo), relações sociais (amizade) e objectivo de vida (atribuição de significado à acção).

Hattie, Myers e Sweeney (2004) criaram a roda do bem-estar, que incorpora 16 dimensões do funcionamento humano, agrupadas em cinco factores fundamentais: criatividade, coping (estratégias de gestão de acontecimentos negativos), essência, interacção social e saúde física.

Uma outra perspectiva foi avançada por Keyes (1998) designada por bem-estar social. Esta medida também corresponde a uma avaliação subjectiva do indivíduo mas está focada na percepção da sua vida pública e não do seu estado interno. Este autor refere cinco dimensões na análise do bem-estar social: integração social (qualidade das relações em sociedade), aceitação social (confiança nos outros), contribuição social (serviço à sociedade), realização social (desenvolvimento do seu potencial através dos outros) e coerência social (compreensão do mundo). Neste tipo de modelos integrativos, uma medida global dos factores corresponderia à avaliação da felicidade do indivíduo.

No entanto, a investigação referida até este ponto apenas descreve ou sumaria que factores estão envolvidos na compreensão da felicidade mas não explica o processo ou origem da felicidade.

Existem três grandes propostas teóricas sobre felicidade (Veenhoven, 1995; Diener & Lucas, 2000): 1) teoria da comparação (comparison-theory), 2) teoria cultural (folklore-theory e 3) teoria das condições de vida (livability-theory)⁹.

A teoria da comparação (e.g. Brickman & Campbell, 1971; Helson, 1964, citados por Kanheman, 1999) defende que a avaliação da vida é feita com base num cálculo mental, contrapondo as percepções da vida como ela é e os padrões de como deveria ou poderia ser. Estes padrões de comparação são assumidos como factores que variam individualmente e ao longo do tempo. A melhoria das condições de vida teria como consequência o aumento dos padrões de comparação e a distância entre o real e o desejado mantém-se constante.

Esta teoria prevê que as condições objectivas de sociedade não estejam associadas com a satisfação com a vida (baseada no conceito de privação relativa e não absoluta). Segundo esta perspectiva, os indivíduos dir-se-ão mais felizes quantos mais indivíduos pensarem ter abaixo de si e felicidade média estará a um nível neutro (ponto médio da escala de avaliação). A diferença entre os países será pequena porque todos partilham esta tendência. A explicação de diferenças entre os países necessita de premissas acessórias, que estão longe do ponto nuclear da teoria. Esta teoria prevê independência com a qualidade de vida dos países.

De facto, esta teoria parece ter confirmação empírica. Um dos resultados empíricos de deu origem ao desenvolvimento da Psicologia Positiva (ramo da Psicologia direccionado para a compreensão dos factores que conduzem à felicidade) e da Economia da Felicidade foi a verificação que o aumento do desenvolvimento económico nos últimos trinta anos não foi acompanhado de forma semelhante pelos níveis de felicidade relatados (Csikszentmihalyi, 2006).

Por outro lado, para a teoria cultural (Lu & Gilmour, 2004; Ahuvia, 2002; Uchida et al, 2004; Tiberius, 2004, Schimmack et al, 2002) a felicidade não é a avaliação pessoal mas o reflexo das

⁹ Tradução nossa

normas nacionais partilhadas, enraizadas na tradição e não nas características objectivas das condições de vida. Assim, a satisfação com a vida não estaria relacionada com a qualidade de vida nesse país. Esta teoria é a variante colectiva das teorias de traços da personalidade a nível individual.

O ponto central desta teoria não é uma massa imensa de indivíduos mas um número pequeno e limitado de tendências culturais fortes (e.g., capitalista, católica). Se existem diferenças chave nas normas culturais entre países, também devem existir diferenças nos níveis médios de felicidade dos indivíduos. A predição de igualdade na felicidade entre países só pode ser assumida com novas premissas (e.g., globalização). Esta teoria também prevê uma independência das condições objectivas e qualidade de vida.

Existe evidência de que culturas individualistas valorizam a distância emocional, objectivos próprios e regulam os comportamentos de acordo com atitudes pessoais. Culturas colectivistas valorizam a harmonia com o grupo, definem-se e comportam-se de acordo com as normas sociais e fazem fortes distinções de outros grupos. As culturas individualistas tendem a associar felicidade com hedonismo (procura do prazer) e as culturas colectivistas com o cumprimento do dever. O bem-estar emocional está mais correlacionado com a satisfação com a vida nas culturas individualistas (Kim-Prieto & Eid, 2004).

Por último, a teoria das condições de vida defende que a apreciação subjectiva da vida depende da qualidade de vida objectiva. Quanto melhor a qualidade de vida numa sociedade, mais satisfeitos serão os indivíduos que a habitam. Está focada nas condições absolutas de vida e não relativas: os indivíduos sentem-se felizes mesmo sabendo que existem outros ainda com melhores condições.

Esta teoria está relacionada com a ideia de necessidades humana universais e que cada sociedade pode preencher melhor ou pior estas necessidades. Existe evidência a favor desta teoria (e.g.,

Veenhoven, 1994) que mostra que quanto mais desenvolvido um país, mais felizes as pessoas que o habitam (Diener & Lucas, 2000).

Até ao momento, parece existir suporte empírico para cada uma das teorias: todas estão de alguma forma correctas e os factores que defendem têm um impacto na construção da felicidade. Este resultado sugere que a felicidade deve ser multicausal e mais do que um estado, parece ser um processo. As teorias mais apropriadas para caracterizar a felicidade serão adaptativas e dinâmicas, e devem ter em conta o desenvolvimento ao longo do tempo e o ambiente circundante dos indivíduos. Apresentamos de seguida duas das teorias mais significativas que se enquadram nesta descrição: a Pirâmide das Necessidades de Maslow (1970) e a Teoria Funcional da Produção Social (Ormel, Lindeberg, Steverink & Verbrugge, 1999).

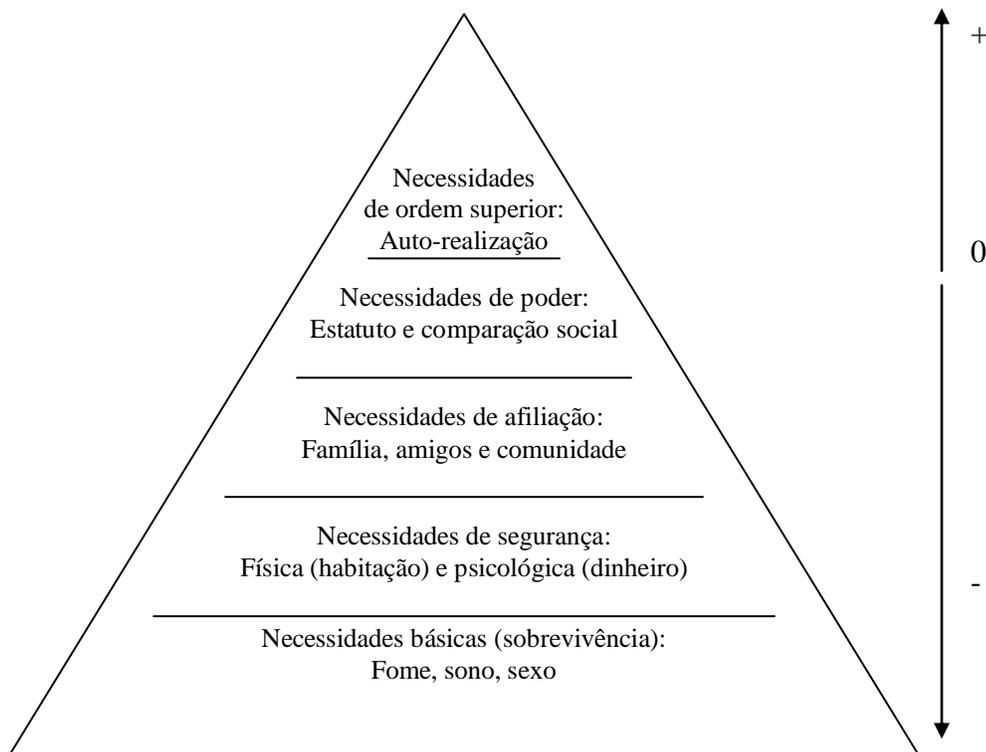
Segundo a teoria das necessidades de um dos maiores psicólogos e humanistas do século XX, Abraham Maslow, o ser humano tem um conjunto de necessidades organizadas de forma hierárquica, que vão sendo sentidas de forma progressiva, à medida que a satisfação dos patamares inferiores é conseguida (Figura 4).

A satisfação das necessidades em cada estágio traz felicidade; no entanto, o verdadeiro conceito de felicidade seria a realização do potencial humano (necessidades de ordem superior), depois de preenchidas todas as outras categorias de necessidade. Esta perspectiva de felicidade decorre da sua associação a um papel activo e de construção positiva por parte de cada indivíduo. Como podemos ver na Figura 4, os sinais negativo e positivos representam as motivações subjacentes a cada necessidade.

Até sentir a necessidade de auto-realização, os indivíduos “fogem” da pressão negativa (acção motivada pela fuga à dor) de se sentirem com fome, desprotegidos, sozinhos ou desrespeitados. Quando tem todas estas necessidades preenchidas, o sujeito já não sente uma motivação tão forte para eliminar emoções negativas. Mas a ausência de emoções negativas não significa sentir

felicidade ou viver num estado emocional positivo. Esta componente tem de ser activamente construída depois de todas as motivações de dor terem sido removidas. A felicidade espera o ser humano na realização do seu potencial (das suas aspirações e capacidades), tendo ultrapassado as vicissitudes do meio em que está inserido.

Figura 4. Pirâmide das necessidades de Maslow



Maslow desenvolveu esta teoria no decorrer de longos anos como terapeuta, por verificar este padrão de forma sistemática e recorrente nos seus pacientes. Não é, no entanto, uma teoria livre de críticas: a oposição afirma-se sobretudo contra a sequência estabelecida de necessidades, que podem ocorrer em simultâneo ou por ordens diferentes. Não obstante, esta teoria é ainda hoje a mais robusta e completa forma de pensar o desenvolvimento e felicidade humanas, servindo de base para outras propostas dentro de uma perspectiva semelhante.

A teoria funcional da produção social é também uma teoria de necessidades universais, de inspiração Humanista na visão de Maslow (Quadro 3).

Esta teoria é muito mais recente e foi desenvolvida dentro da Economia com os trabalhos de Becker (1977) e Lindeberg (1996) [citados por Ormel et al, 1999].

Esta abordagem assume objectivos universais de ordem superior, onde se inclui a felicidade como o objectivo primordial de todos os seres. A felicidade seria composta por uma componente de bem-estar físico e psicológico. A forma de alcançar a felicidade baseia-se na utilização de recursos (1º nível) para poder produzir as actividades (2º nível) que possam ter o resultado instrumental (3º nível) de atingir o estado emocional e físico desejado em última análise (felicidade).

Quadro 3. Teoria Funcional da Produção Social

Objectivos universais de ordem superior	Felicidade				
	Bem-estar físico		Bem-estar psicológico		
Objectivos instrumentais de primeira ordem (3º)	Estimulação/activação	Conforto	Controlo sobre o meio	Aprovação	Afecto
Meios de produção dos objectivos instrumentais (2º)	Actividades físicas	Satisfação da fome e sono Ausência de dor Segurança Welfare	Satisfação com o trabalho Actividades de lazer	Cumprimento das regras sociais	Família, relações íntimas
Recursos (1º)	Energia	Dinheiro	Educação	Socialização	Beleza, simpatia

Esta teoria também estipula a satisfação de necessidades mas de uma forma mais específica e flexível que a teoria de Maslow. A felicidade também reside na satisfação de uma ordem superior

mas o sujeito tem vários recursos à sua disposição e dos quais se pode servir de acordo com as contingências do meio (tradeoffs). Se o indivíduo tem um acidente e fica paraplégico, deixa de poder recorrer à actividade física como um meio de produção instrumental e pode aumentar a utilização do conforto e afecto para suprimir esta limitação.

3.3 Questões fundamentais sobre a felicidade

Impõe-se nesta fase uma necessidade de sistematização da informação e de tomar algumas posições. Pela revisão de literatura efectuada anteriormente podemos constatar que o estudo da felicidade é muito frutífero mas, nesta fase ainda incipiente da investigação, as posições assumidas são variadas e os resultados empíricos validam muitas das perspectivas apresentadas.

O estudo da felicidade não deve ser abandonado pelo estado ainda fragmentado da sua investigação, mas deve ser reforçado e continuado até abordagens integrativas superiores serem propostas e validadas empiricamente.

No entanto, neste momento e para os objectivos deste trabalho, é imprescindível clarificar que posição é assumida face a este assunto e qual a visão que guia a realização desta tese. O sistema de pergunta-resposta que se segue reflecte a posição da autora perante as principais questões a ser respondidas sobre a felicidade (Averill & More, 2000; Ryan & Deci, 2001). As respostas dadas¹⁰, embora caracterizem um posicionamento pessoal que pode ser questionado, estão todas ancoradas em evidências empíricas referidas anteriormente. De referir que esta posição corrobora a posição que abriu a apresentação deste trabalho, sobre a relação próxima entre ciência e filosofia: perante a variedade da evidência empírica, são os valores defendidos que guiam a análise e o posicionamento face aos dados.

¹⁰ A resposta a estas questões é de extrema importância para a perspectiva a adoptar na intervenção em Política Social.

a) O que é felicidade?

A felicidade é uma sensação interna de bem-estar que parece estar associada a múltiplos factores. O que podemos afirmar com certeza é que existem causas que estão associadas aos indivíduos (internas) e causas associadas ao meio circundante (externas). As causas internas (personalidade, genética) são mais difíceis de mudar do que as causas externas. O importante é compreender como o ambiente social actua nos indivíduos no desenvolvimento da felicidade e a intervenção social deve actuar apenas sobre estes factores e conhecer as limitações no alcance da sua acção.

b) A felicidade é um fim em si mesmo ou acompanha o comportamento que pretende atingir outros objectivos?

A felicidade é um fim em si mesmo que é referido por todas as pessoas como um dos objectivos mais importantes das suas vidas. No entanto, existem comportamentos na busca da felicidade (e.g., profissão, educação, afiliação, caridade) que proporcionam bem-estar e que devem ser estimulados. Estes comportamentos são caracterizados pela satisfação de necessidades de ordem intermédia, trazendo um sentimento de bem-estar na sua realização.

c) A felicidade consiste numa soma de prazeres momentâneos, ou os prazeres transitórios contribuem para a felicidade apenas se enquadrados por princípios de ordem superior?

A investigação mostra que pode existir uma grande satisfação na vivência dos prazeres momentâneos (e.g., sexo, consumo). A questão fundamental está na profundidade desta satisfação e na sua duração, porque os dados mostram que o aumento substancial da qualidade de vida objectiva e na proliferação de todo o tipo de bens e serviços que apelam aos sentidos não se traduziu num aumento de felicidade relevante. Por esta razão, a experiência dos prazeres mais

transitórios deve ser vivida num quadro mais abrangente de significado na construção da felicidade.

d) Existem padrões absolutos de felicidade ou a felicidade pode variar de acordo com as pessoas e situações em questão?

Existe variabilidade nas situações e produtos que causam bem-estar nos indivíduos dentro de alguns (poucos) importantes e partilhados tópicos como o dinheiro, a saúde e a família. No entanto, esta variabilidade parece estar restrita a cada estágio de necessidades a que se referem. As teorias de necessidades defendem que existem algumas necessidades que são universais e que o seu preenchimento traz felicidade no estágio a que se refere. Pode haver diferenças nos instrumentos usados na satisfação de cada grupo de necessidades mas o processo é comum a todos. Concretizando, um indivíduo pode sentir mais satisfação em estar com a família e outros mais satisfação em estar com os amigos, mas ambos partilham a motivação para preencher as necessidades de afiliação social.

e) A felicidade pode ser medida?

Sim, com algum grau de precisão. Existem várias medidas de felicidade, de acordo com as concepções de base dos seus autores. O mais importante é escolher a medida mais próxima dos objectivos do estudo, saber o que mede e o que deixa por medir, e conhecer as forças e limitações dos seus resultados. No entanto, deve ser realçado com veemência que a investigação em Psicometria ou formas de mensuração de estados e processos psicológicos ainda tem um longo caminho a percorrer. As limitações metodológicas no estudo de um objecto não devem ser motivo para o seu abandono, mas um estímulo à investigação mais precisa e minuciosa.

f) A felicidade pode ser promovida?

Sim, a felicidade pode ser promovida se a intervenção conhecer o processo (antecedentes, moderadores e consequências) de desenvolvimento da felicidade. A investigação empírica de base comportamental pode isolar quais os factores passíveis de ser trabalhados por instituições com o objectivo de planeamento e melhoria das condições dos cidadãos. No entanto, deve estar ciente da multiplicidade de factores envolvidos neste processo e que existem muitas variáveis de natureza pessoal ou interpessoal que não podem (ou devem) ser alteradas por uma intervenção ao nível colectivo.

g) A felicidade deve ser promovida?

Existe evidência consistente de que a felicidade é referida pelos indivíduos como um dos objectivos mais importantes das suas vidas. Dentro de um quadro de planeamento, regulação e intervenção governamental em tantas áreas da vida dos cidadãos não parece existir um argumento contra uma posição activa dos órgãos de intervenção social no desenvolvimento dos factores reconhecidos como facilitadores da felicidade. A questão mais importante é reconhecer a felicidade como um objectivo de extrema relevância numa sociedade que parece ter conquistado tudo o resto, e direccionar esforços na construção de planos de intervenção práticos e solidamente baseados em dados da investigação empírica.

Conclusão do Capítulo Três

Este capítulo pretendeu clarificar o conceito de felicidade e sistematizar a investigação existente sobre este tema, revelando toda a variedade de perspectivas coexistentes num quadro de análise ainda necessitado de um enquadramento de ordem superior. No entanto, as evidências referidas já permitem uma reflexão sobre as noções mais profundas de bem-estar e existem quadros teóricos com o potencial de guiar a intervenção social. Esta aplicação, principal objectivo deste trabalho, será feita no capítulo seguinte.

4. FELICIDADE COMO PARADIGMA DE INTERVENÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

O nosso principal objectivo é aplicar o conhecimento existente sobre felicidade à Política Social, enquanto instrumento de intervenção para a promoção do bem-estar. Como referido, inicialmente, a abordagem defendida é de natureza empírica e não normativa ou ideológica, e as questões principais a responder são: Quais as contribuições práticas da Política Social, sob o ponto de vista da felicidade? É justificado o gasto público massivo em programas sociais relativamente à sua eficácia real na melhoria do bem-estar subjectivo dos indivíduos?

A análise da intervenção em Política Social é caracterizada por três passos: a descrição da política, a compreensão da política e a avaliação da política. Como vimos no primeiro capítulo, a Política Social está direccionada para a promoção do bem-estar material dos indivíduos (e.g., pobreza, doença) mas também para o seu bem-estar psicológico, na medida em que inclui nas suas considerações questões sobre a desigualdade ou inclusão social.

Alguns analistas de Política Social têm sugerido que as intenções subjacentes às políticas sociais são menos importantes do que os resultados realmente conseguidos (Baldock et al, 2003). Richard Titmuss, definiu nos instantes incipientes da disciplina, que Política Social é a análise e descrição do desenvolvimento das políticas, assim como as suas consequências, *intencionais ou não*.

4.1 Valores médios de felicidade e variáveis associadas

Como anteriormente referido, Ruut Venhoven (2005) na Universidade de Roterdão, desenvolve há mais de 25 anos um projecto de recolha, análise e divulgação dos dados sobre a felicidade das nações, designado de World Happiness Surveys. Este projecto recolhe, de amostras

representativas da população, respostas a várias questões relacionadas com felicidade. Os quadros seguintes apresentam informação recolhida nesta base.

Quadro 4. Valores médios de felicidade reportada

País	Desigualdade da felicidade
Holanda	1.6
Suiça	1.9
Finlândia	1.9
Suécia	2.0
Canadá	2.0
Noruega	2.0
Luxemburgo	2.1
Irlanda	2.1
Dinamarca	2.1
EUA	2.1
Japão	2.1
Austrália	2.1
Áustria	2.1
Reino Unido	2.2
Alemanha	2.2
Bélgica	2.2
Espanha	2.2
França	2.2
Portugal	2.3
Itália	2.3
Nova Zelândia	2.3
Grécia	2.4

Quadro 5. Desigualdade média na felicidade reportada

País	Felicidade média auto-reportada
Suiça	8.0
Dinamarca	8.0
Irlanda	7.8
Holanda	7.6
Suécia	7.6
Canadá	7.6
Luxemburgo	7.6
Finlândia	7.5
Noruega	7.4
EUA	7.4
Nova Zelândia	7.4
Austrália	7.3
Bélgica	7.3
Reino Unido	7.2
Alemanha	7.1
Áustria	7.0
Itália	6.9
Portugal	6.7
França	6.6
Espanha	6.6
Grécia	6.3
Japão	6.2

No Quadro 4 encontramos a maioria dos países incluídos nas análises da Política Social, hierarquizados por valores médios auto-reportados decrescentes de felicidade.

Estes valores correspondem a respostas numa escala de 10 pontos tipo Likert a uma questão-tipo: Na globalidade, qual o grau de satisfação que sente com a sua vida? (1=nada satisfeito; 10=muito satisfeito).

Verificamos que a Suíça e Dinamarca se encontram na liderança, seguidos pelos países da Europa do Norte e Anglo-Saxónicos. No centro do quadro está representada a Europa Central por último a Europa do Sul e Japão.

No Quadro 5 estão representados os valores médios da desigualdade analisada nas respostas sobre felicidade. Neste caso, os países da Europa do Sul e Central, juntamente com a Nova Zelândia, apresentam os maiores níveis de desigualdade reportada, estando no pólo oposto os países da Europa do Norte e Canadá.

Embora no Capítulo Dois, sobre a Economia da Felicidade, muitos resultados empíricos já tenham sido referidos, realizámos as nossas próprias análises, recorrendo aos dados do Economic Outlook OCDE 2005. Os nossos resultados são apresentados seguidamente.

Foi construída uma base de dados com os 21 indicadores incluídos na secção Despesa Social, nomeadamente PIB per capita, rácio de dependência, fertilidade, taxa de emprego feminino, taxa de desemprego geral, taxa de emprego de mães trabalhadoras, benefícios de desemprego, taxa de pobreza, coeficiente de Gini, taxa de pobreza infantil, despesa social pública, despesa social bruta, despesa social líquida, esperança média de vida feminina e masculina, despesa de saúde pública, despesa de saúde privada, isolamento social, suicídio, alta satisfação com a vida e sentimento de felicidade¹¹.

Principais correlações entre indicadores sociais

Os indicadores alta satisfação com a vida e sentimento de felicidade foram correlacionados com todos os outros indicadores disponíveis. Podemos concluir pela análise do Quadro 6 seguinte, que os nossos resultados replicam a literatura económica existente sobre felicidade (e.g., Blanchflower & Oswald, 2000; Di Tella, MacCulloch & Oswald, 2003).

¹¹ Para mais informação sobre a definição e construção dos indicadores ver www.odce.org

Quadro 6. Correlações dos vários indicadores com a satisfação com a vida e felicidade

	Alta Satisfação com a vida	Sentimento de Felicidade
PIB per capita	0.684**	0.721**
Rácio de dependência	-0.266	-0.236
Fertilidade	0.295	0.331
Taxa de emprego feminino	0.634**	0.670**
Taxa de desemprego	-0.467*	-0.608**
Taxa de emprego mães trabalhadoras	0.651**	0.574**
Benefícios de desemprego	0.449*	0.281
Taxa de pobreza	-0.266	-0.227
Coefficiente de Gini	-0.453*	-0.446*
Taxa de pobreza infantil	-0.343	-0.338
Despesa social pública	0.458*	0.147
Despesa social bruta	0.603*	0.299
Despesa social líquida	0.554*	0.233
Esperança média de vida feminina	0.707**	0.737**
Esperança média de vida masculina	0.493**	0.572**
Despesa de saúde pública	0.429*	0.365
Despesa de saúde privada	0.115	0.110
Isolamento social	-0.493*	-0.195
Suicídio	-0.164	0.022

* < 0.05

** < 0.01

As variáveis relacionadas com as duas variáveis, comuns a ambas, são PIB per capita, taxas de emprego e desemprego, coeficiente de Gini e esperança média de vida. Todas estas variáveis estão positivamente associadas à satisfação com a vida e felicidade, com exceção da taxa de desemprego.

As variáveis mais fortemente relacionadas com ambas as variáveis são PIB per capita, taxa de emprego feminino e esperança média de vida feminina. Outra questão de especial interesse é a diferença os entre conceitos de satisfação com a vida e felicidade, sugerindo a relevância da discussão do capítulo anterior.

Os valores das associações com os vários indicadores, embora semelhantes, são diferentes. Para além disso, as variáveis benefícios de desemprego, despesa social, despesa de saúde pública e

isolamento social estão associadas à satisfação com a vida e não à felicidade. Este dado parece comprovar a importância das perspectivas teóricas em Política Social sobre a importância dos serviços sociais e inclusão social na percepção de satisfação.

Impacto de cada um dos factores enunciados para a satisfação com a vida e felicidade

Foi efectuada uma regressão linear múltipla incluindo todos factores como variáveis independentes e, em alternância, como variáveis dependentes satisfação com a vida e felicidade.

Relativamente à alta satisfação com a vida, a taxa de emprego das mães trabalhadoras foi o único preditor ($R^2=0.79$, $Beta=0.905$, $sig.= 0.002$). Por outro lado, a felicidade teve como principal preditor ($R^2= 0.938$ de 0.999) a taxa de emprego feminino ($Beta=0.835$, $sig=0.001$). Estes resultados parecem contradizer os dados referidos no Capítulo Três, onde foi mencionado que as mulheres que participam no mercado de trabalho são menos felizes que mulheres com funções de família tradicionais (Lalive & Stutzer, 2004). No entanto, neste estudo os autores compararam estes dois grupos de mulheres apenas num país, enquanto que os dados da OCDE comparam vários países e relacionam directamente os níveis médios de satisfação com a vida e felicidade com a variação das taxas de emprego femininas.

Análise de Componentes Principais

Foi efectuada uma Análise de Componentes Principais, uma técnica de aglomeração estatística descritiva que agrupa em factores os indicadores que se encontram relacionados entre si. Foi utilizada uma rotação Varimax, que transforma os factores em dimensões ortogonais, independentes.

No nosso caso, foram incluídos todos os indicadores com excepção da satisfação com a vida e felicidade. Foram retirados dois factores principais que explicam cerca de 66% da variância total

dos dados. Num primeiro factor ficaram agrupados os indicadores PIB per capita, rácio de dependência (-), fertilidade, pobreza, coeficiente de Gini, pobreza infantil e despesa privada com saúde. No segundo factor, foram agrupados todos os outros factores.

Análise de consistência interna

A análise de consistência através do Alpha de Cronbach permite verificar o grau de estabilidade no agrupamento dos indicadores num único factor. No caso do primeiro factor da ACP, apenas os indicadores fertilidade, pobreza, coeficiente de Gini, pobreza infantil e despesa privada com saúde foram mantidos com um valor total de consistência interna de 0.825.

O segundo factor agrupou taxa de emprego feminino, taxa de desemprego geral, taxa de emprego de mães trabalhadoras, benefícios de desemprego, despesa social pública, despesa social bruta, despesa social líquida, esperança média de vida feminina e masculina, despesa de saúde pública, isolamento social e suicídio, com um valor de 0.654.

O primeiro factor foi denominado Pobreza/ desigualdade e o segundo factor Benefícios/ características sociais.

Impacto dos factores na satisfação com a vida e felicidade

Como factores independentes, foi analisado o impacto de cada um dos factores na satisfação com a vida e felicidade. Relativamente à felicidade, nenhum dos dois factores se revelou preditor significativo.

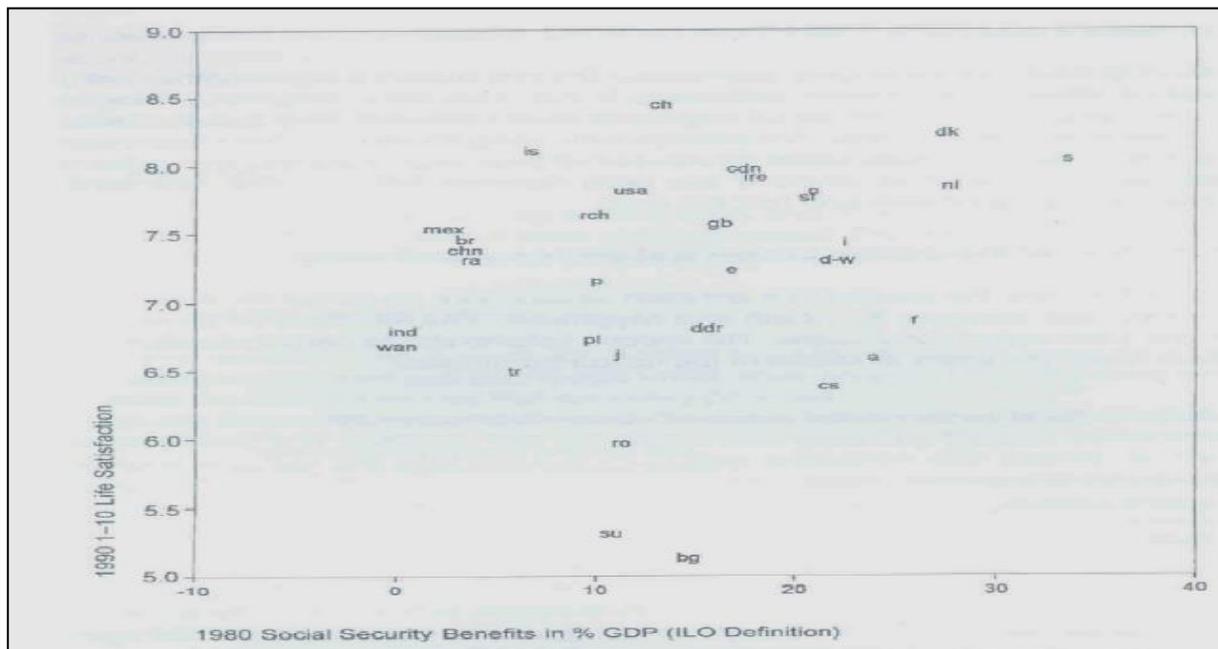
Por outro lado, o factor 2, Benefícios e características sociais explicou significativamente 51.4% da variância da alta satisfação com a vida nos países da OCDE (Beta=0.764, sig=0.027).

4.2 Relação com regimes de Welfare

Terminada a análise anterior, realizada por nós, e restricta a indicadores isolados na sua relação entre si, passamos agora a uma perspectiva integrada das variáveis que integram o conjunto de indicadores da despesa social, baseada em dados recolhidos por outros autores.

Veenhoven (2000) interessou-se pelo papel do EP e despesa social de um Governo na felicidade reportada pelos cidadãos. Pegando em dados semelhantes aos apresentados no Quadro anterior, cruzou estes valores com a despesa social pública dos vários países (dados ILO), que sistematizou na Figura 5 apresentada em seguida.

Figura 5. Relação entre satisfação com a vida e despesa social pública (Veenhoven, 2000)

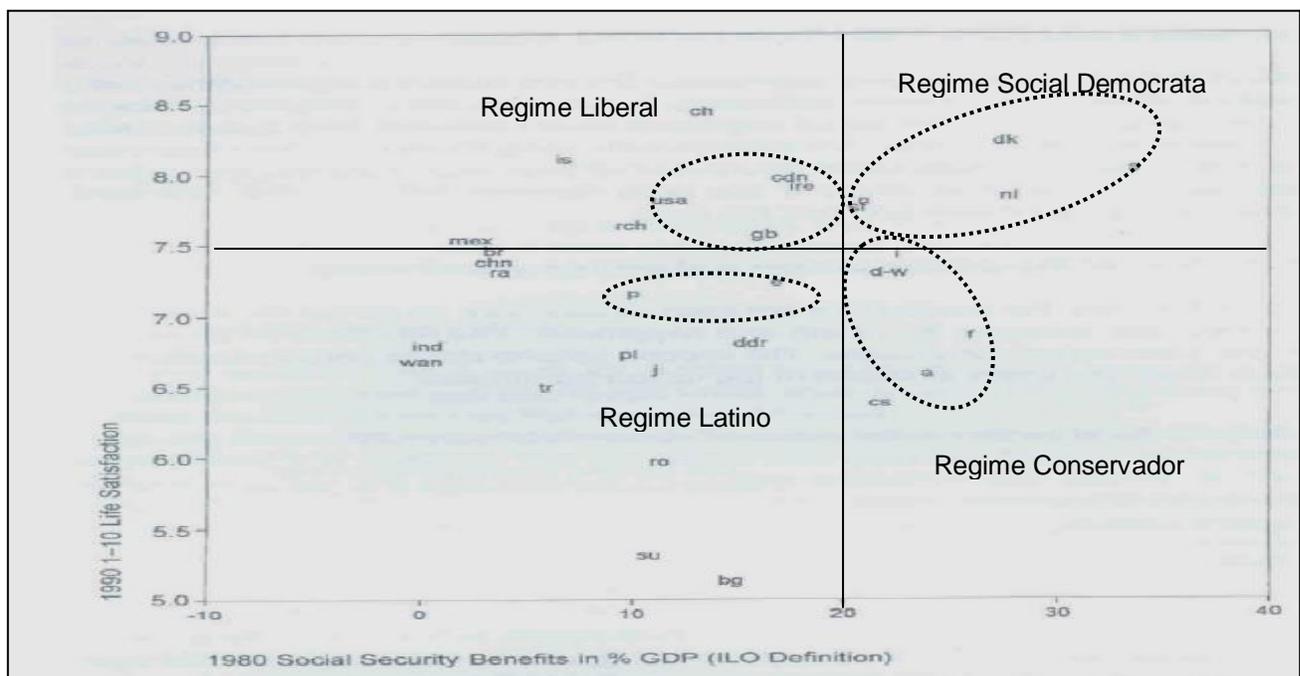


[ch – Suíça; dk – Dinamarca; s – Suécia; ni – Holanda; si – Filândia; i – Itália; d-w – Alemanha; f – França; a – Áustria; cdn – Canadá; ire – Irlanda; gb – Grã-Bretanha; p – Portugal; e – Espanha]; [mex – México; br – Brasil; ra – Argentina]

Corroborando uma análise visual imediata, o autor não encontrou uma relação significativa entre despesa social pública e felicidade.

No entanto, se olharmos mais atentamente para os dados presentes na Figura 5, encontramos os quatro tipos de regime de Welfare tradicionalmente referidos na literatura. (Figura 6), não identificados pelo autor na sua análise.

Figura 6. Identificação dos tipos de regime de EP através dos resultados sobre felicidade



Dividindo a figura pelos valores médios de despesa pública e felicidade dos países incluídos nos modelos de EP, seccionamos a análise em quatro quadrantes que correspondem, de uma forma relativamente ajustada, aos tipos de regime previamente definidos.

Estes resultados mostram, por um lado, que os valores sobre felicidade replicam estudos anteriores sobre a existência de países agregados em tipos de EP (e.g., Esping-Andersen, 1990) e, por outro lado, sugerem existir padrões de felicidade diferentes que caracterizam estes regimes.

Esta evidência confirma a perspectiva de que os tipos de regime de Welfare podem ser encarados como variáveis dependentes (resultantes de uma série de factores históricos, económicos e sociais), mas também como variáveis independentes (ou explicativas) de diferenças entre grupos de países (Arts & Gelissen, 2002).

Antes de avançarmos com a possível hipótese de que diferentes regimes de EP produzem níveis agregados de felicidade distintos, é necessário confirmar em que medida os valores médios de felicidade nos vários países são estáveis ou flutuam ao longo do tempo. Para o nosso trabalho em particular, apenas iremos analisar o percurso de dois países considerados representativos de cada regime de Welfare. Se os valores variarem significativamente por anos, significa que as diferenças encontradas podem ser fruto do processo de amostragem (e.g., valores do ano escolhido, 1990) e não se traduzem em diferenças estáveis no tempo. A confirmação da robustez dos resultados decorre de uma análise temporal do padrão de felicidade encontrado nos vários países.

Como podemos constatar pelo conjunto de figuras apresentadas em seguida (7-10; Veenhoven, 2005), há evidência de que existem padrões nos níveis agregados de felicidade dos países, diferentes entre si e estáveis ao longo do tempo, sugerindo algumas reflexões sobre as teorias da felicidade referidas no capítulo anterior.

Primeiro, as diferenças entre países não podem ser explicadas por diferenças individuais, ou seja, não é verosímil assumir que todos os indivíduos mais felizes nascem nuns países e os menos felizes nascem noutros.

Segundo, estas diferenças podem explicar-se por particularidades sociais (normas culturais de expressão das emoções) ou por diferenças nas condições objectivas dos vários países.

Figura 7. Padrão temporal dos níveis de satisfação com a vida em países de regime latino

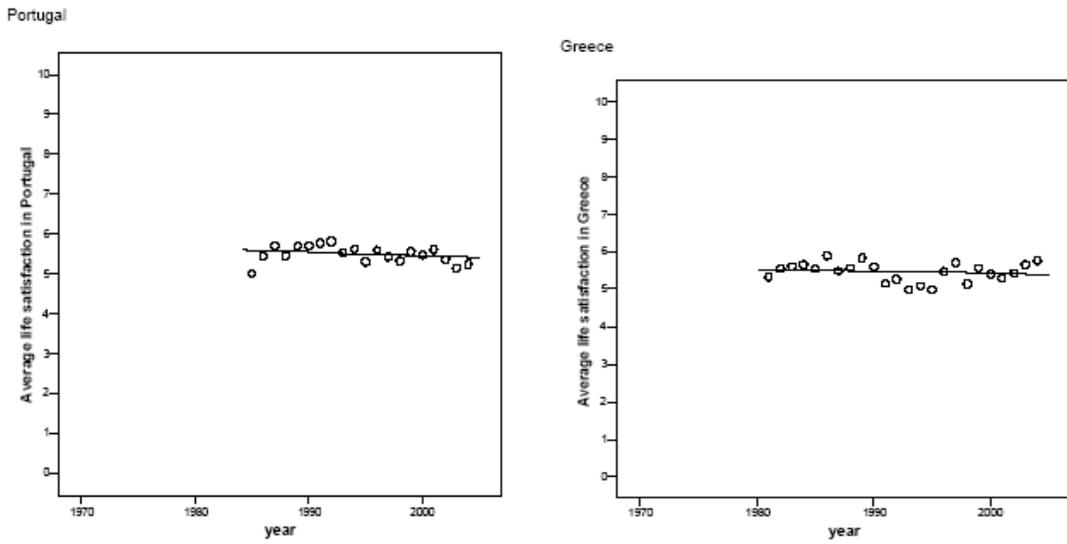


Figura 8. Padrão temporal dos níveis de satisfação com a vida em países de regime liberal

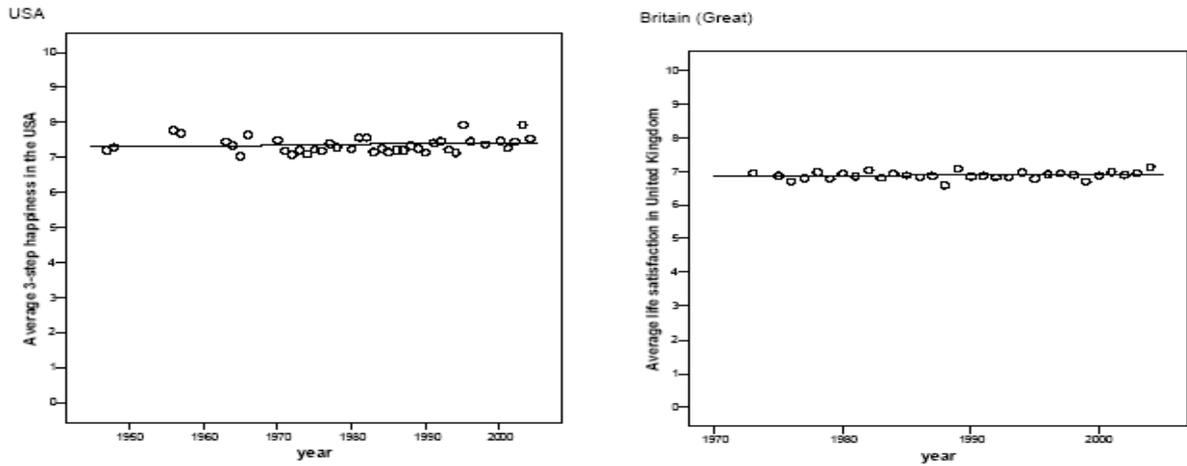


Figura 9. Padrão temporal dos níveis de satisfação em países de regime social-democrata

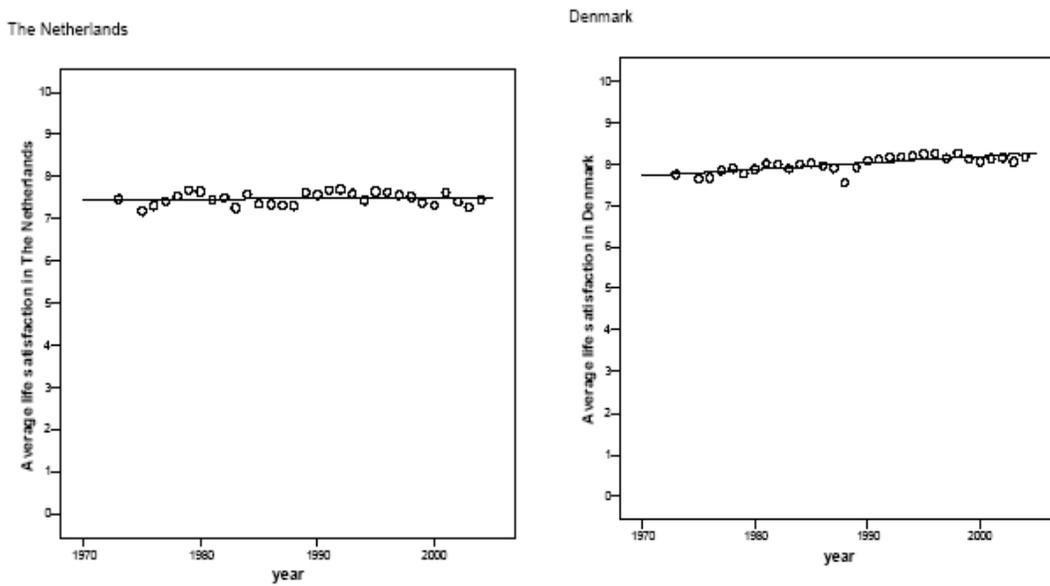
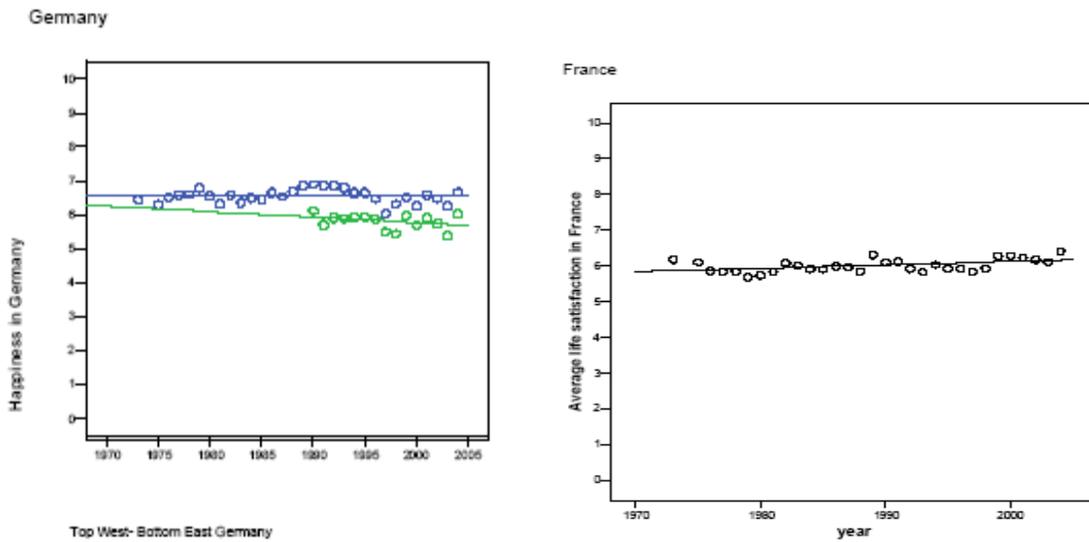


Figura 10. Padrão temporal dos níveis de satisfação em países de regime corporativista



Pela revisão de literatura feita, sabemos que ambos os factores têm algum impacto. Pela nossa própria análise podemos constatar nas Figuras 5 e 6 que um pequeno grupo de países (Brasil, México, Argentina) apresenta uma satisfação com a vida muito alta comparada com as condições objectivas de vida destes países (sugerindo o forte impacto da cultura na felicidade).

No entanto, a análise profunda destes factores culturais está fora dos nossos objectivos e iremos sobretudo focar-nos nas diferenças das condições de vida objectivas dos países e regimes. Neste caso, existirem diferenças entre países e regimes parece apontar para o facto de algumas sociedades corresponderem melhor às necessidades dos indivíduos ou facilitarem a existência de factores que têm uma relação com a felicidade.

De facto, a esmagadora maioria dos países com maior satisfação com a vida são desenvolvidos do ponto de vista económico, com excepção surpreendente da América Latina e desalentante do Japão.

Os dados apresentados até agora merecem algumas considerações importantes. Por um lado, parecem existir padrões regulares de felicidade entre tipos de regime de EP, pela semelhança entre países que são considerados pertencentes ao mesmo modelo. Não é possível precisar se existe uma relação de causalidade, nem que estas diferenças são fruto das diferenças entre formas de EP. No entanto, esta informação aponta para a necessidade de esclarecer que mecanismos comuns podem estar a trabalhar neste sentido.

Por outro lado, para além da constatação das diferenças, é interessante notar que as diferenças entre níveis agregados de felicidade não são intuitivas de acordo com os pressupostos de igualdade e solidariedade da Política Social. De facto, os níveis mais elevados de felicidade reportados estão presentes no regime social-democrata, como provavelmente seria comumente previsível consenso implícito da superioridade deste modelo. No entanto, o modelo que se aproxima relativamente aos níveis de felicidade reportada é o liberal, contrariando possíveis expectativas de contrapõem um modelo “social” europeu aos Anglo-saxónicos e suas políticas liberais.

Iremos retomar esta ideia após reanalisar o paradigma de intervenção em Política Social.

4.3 Avaliação da intervenção em Política Social

4.3.1 Paradigma de intervenção

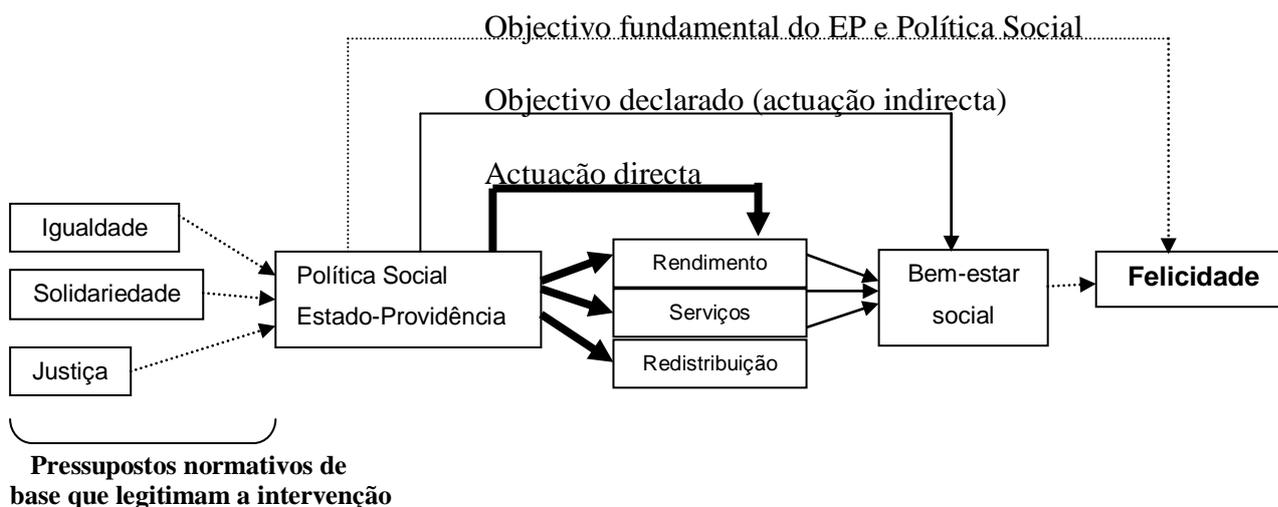
Fazendo uma reflexão crítica sobre a actuação da Política Social, podemos resumir o seu paradigma de intervenção de acordo com a Figura 11 apresentada. Existem pressupostos normativos que orientam a sua actuação, como igualdade, solidariedade ou justiça, que corresponderão a princípios característicos de formas mais perfeitas de vida em sociedade.

Com estas orientações em mente, a Política Social/ EP põem em prática medidas que chamaríamos de primeiro nível, com uma actuação directa sobre o rendimento, provisão de serviços e redistribuição dos recursos. O propósito desta intervenção é o de aumentar o bem-estar social de uma sociedade, lembrando que corresponde a uma avaliação de observadores externos sobre qual a melhor forma de organizar a sociedade.

Diremos, por último, que o objectivo final de todo este processo é o florescimento da felicidade dos indivíduos que vivem em determinada sociedade, aumentando o bem-estar de uns e considerando como benefício social mais alargado a “diminuição” do bem-estar de outros¹². Embora a felicidade não apareça como objectivo declarado nos textos sobre Política Social, as medidas de actuação são sempre pensadas como formas de aumentar o bem-estar individual ou colectivo, estando ou não dentro do quadro conceptual da felicidade. A introdução explícita por nós da felicidade como meta final da actuação social tem como propósito a clarificação das abordagens teóricas que devem guiar o desenvolvimento da intervenção: se o objectivo final é aumentar a felicidade, os passos para lá chegar devem ser baseados no conhecimento existente sobre o que é a felicidade e qual o seu processo de desenvolvimento.

¹² Pela natureza introdutória do trabalho, não iremos abordar a complexa questão sobre a relação entre felicidade individual e social. Felicidade, nesta fase, é analisada apenas pelos valores médios dos países (valor de nível social mas de base individual).

Figura 11. Paradigma de intervenção em Política Social



Esta descrição corresponde a um quadro genérico e relativamente abstracto da promoção de bem-estar. Como vimos no Capítulo Um, cada tipo de regime de EP tem as suas configurações próprias e os princípios que as orientam (e.g., liberdade individual versus solidariedade social) tem pesos diferentes na actuação final.

No entanto, o que é importante salientar é que, por razões históricas, económicas ou sociais, cada regime de Welfare tem características correspondentes aos princípios ou normas que são mais valorizados socialmente. A questão de sabermos se estas características são causa ou consequência dos factores histórico-culturais ultrapassa o nosso objectivo. O que podemos afirmar é que se influenciam mutuamente e as sociedades se tornam um reflexo dos princípios defendidos na actuação social. Independentemente das razões que levaram o regime liberal a privilegiar a responsabilidade individual, o regime social-democrata a solidariedade social ou os regimes continental e latino a manter o status quo profissional e a estrutura familiar tradicional, estas escolhas têm um impacto ao nível social (desigualdade, justiça) e ao nível individual (atitudes, comportamentos e aspirações colectivas)¹³.

Spiker (1995) refere que *“to improve people’s well-being is one of the central tasks of social policy...one of “the” because there are many others. If a social policy only refers to attempts*

¹³ Este é, no entanto, um nível de análise menos estudado

to increase welfare, it would be a social policy to provide children with free meals but that it would not be a social policy to take them away again”(p.55). O autor segue por referir que outras tarefas da Política Social são crescimento económico, redistribuição, segurança social e solidariedade.

Estas afirmações merecem uma análise mais detalhada. Existirão de facto mais tarefas da Política Social que não o aumento da felicidade? O crescimento económico tem como objectivo produzir mais bens e serviços que são considerados fontes de bem-estar; a redistribuição configura os recursos de uma sociedade de uma forma considerada mais justa, com a crença de que uma sociedade mais justa faz os seus membros mais felizes. A justiça e a igualdade social não são defendidas apenas por se considerarem correctas, mas sobretudo porque se acredita que a sua presença aumenta o bem-estar dos indivíduos. Sobre este assunto, o mesmo autor continua: *“principles are guides to action, prescription for action. Another major problem is the difficulty of separating moral issues from their practical implications. If the study of normative principles only yielded prescriptions consistent with practical benefits, the principles themselves would not be of much interest”* (p.78-80). É necessário aprofundar a reflexão sobre este assunto. Os princípios normativos não devem ser aplicados como panaceia e os seus benefícios práticos devem de facto ser analisados. A igualdade e a justiça não são fins em si mesmos; são formas de organização social que se supõem mais eficazes no bem-estar dos indivíduos que são alvo da sua intervenção, a um nível agregado, mesmo que a curto-prazo existam pessoas ou grupos de pessoas que pareçam ter sido prejudicadas. Os efeitos dos princípios normativos podem e devem ser avaliados.

É fundamental compreender o papel dos princípios defendidos num regime de Welfare para a vida dos indivíduos. No nosso caso particular, interessa compreender as diferenças entre regimes no que diz respeito aos níveis reportados colectivos de felicidade dos seus cidadãos.

Voltemos à Figura 6. Os resultados mostram que existem duas dimensões na análise dos tipos de regime de EP: nível de despesa (horizontal) e nível de satisfação com a vida (vertical). O cruzamento destas duas dimensões categoriza estes regimes em baixa/ alta despesa (esquerda/ direita do eixo central) e baixa/ alta satisfação com a vida (abaixo e acima do eixo central). Os regimes que apresentam níveis médios de alta satisfação são o regime liberal e o social-democrata, por contraste aos regimes continental e latino. Em termos puramente económicos, podemos afirmar que o regime continental é a forma de EP menos bem sucedida porque não tem retorno do seu alto investimento em despesa social num nível correspondente de felicidade dos seus cidadãos, ao passo que o regime liberal parece conseguir altos níveis de satisfação com pouca despesa pública em benefícios sociais. Os regimes social-democrata e latino tem o exacto retorno do seu investimento: alta despesa-alta satisfação e baixa-despesa-baixa satisfação.

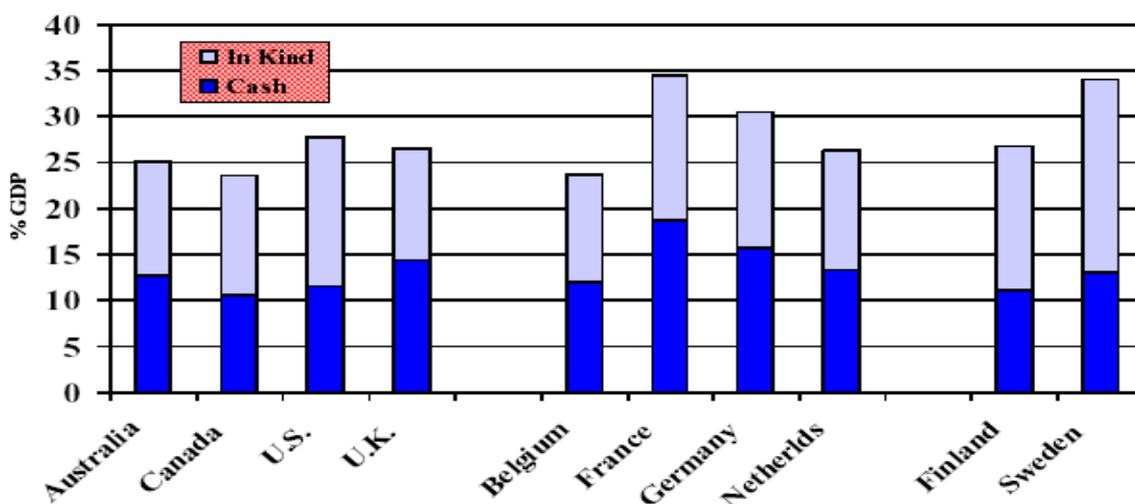
Como podem estas diferenças ser explicadas? Os dados que mais necessitam de explicação parecem ser os altos valores de felicidade reportados nos países do regime liberal, semelhantes aos do regime social-democrata, e o aparente insucesso do regime corporativista/continental.

Alesina, Glaeser e Sacerdote (2001) reflectiram sobre as razões que levam os EUA a não ter um modelo de EP semelhante aos padrões europeus. Os autores apontam como principal diferença na estrutura da despesa social pública o nível de transferências e benefícios sociais, muito superiores na Europa. Por outro lado, sobre as razões que existir uma menor preocupação com a redistribuição nos EUA, referem razões históricas e culturais (exaltação da propriedade, raízes puritanas), políticas (estados federais com governos descentralizados) e comportamentais (beneficiar os pobres nos EUA é beneficiar de forma desproporcionada indivíduos de etnia negra). De facto, existe uma desigualdade muito superior na distribuição do rendimento nos países anglo-saxónicos de uma forma geral do que na Europa.

Os países do regime liberal não fornecem uma gama de serviços e benefícios universais como os regimes social-democrata e corporativista, e apenas protegem os grupos mais necessitados. Os benefícios de desemprego e apoio à família são pouco generosos, e apenas existe uma igualdade no suporte a acidentes ocupacionais e deficiência.

No entanto, os indicadores de saúde, esperança média de vida ou nível educacional pouco variam entre países. Um exame mais minucioso aos benefícios reais usufruídos pelos indivíduos nos vários regimes suporta esta perspectiva. Estudos que se debruçaram sobre as diferenças reais no resultado final para os cidadãos dos modelos de EP verificaram menos diferenças entre os regimes liberal, social-democrata e corporativista do que o suposto (e.g., Garfinkel, Rainwater & Smeeding, 2006; Alber, 2006). As análises efectuadas normalmente situam-se apenas nos valores das transferências e impostos directos e deixam em segundo plano benefícios em género e serviços sociais que, embora não fornecidos directamente pelo Estado, chegam ao cidadão suprimindo as suas necessidades. No entanto, mesmo considerando este enviesamento, os países do regime liberal gastam efectivamente menos em benefícios sociais que os países dos regimes corporativo/ continental social-democrata (Figura 12).

Figura 12. Percentagens de transferências em dinheiro e género em 10 países (Garfinkel et al, 2006)



Relativamente ao impacto da desigualdade, um dos grandes alvos da Política Social, existe evidência de que esta variável é um elemento importante na avaliação da felicidade (Alesina, Di Tella, & MacCulloch, 2004). Contudo, estes autores verificaram que a importância dada às diferenças no rendimento varia significativamente entre os EUA e Europa. Os resultados do seu estudo, controlando características pessoais dos indivíduos e países, mostram que 1) os indivíduos tendem a reportar níveis mais baixos de felicidade quando a desigualdade é elevada, mas 2) este efeito nos EUA não é tão saliente. Por outro lado, 3) não existe qualquer efeito na felicidade dos ricos e/ ou indivíduos de direita na Europa, mas um forte efeito negativo nos indivíduos de esquerda e/ ou pobres. De forma contrastante, 4) nos EUA os indivíduos pobres e/ ou de esquerda não revelam ter a sua felicidade afectada pela desigualdade, mas sim os ricos. Por grupos, 6) não existem diferenças entre os indivíduos ricos e/ ou de direita nos EUA e Europa, mas revelaram-se fortes diferenças entre as duas sociedades nos indivíduos de esquerda e/ ou pobres.

Esta diferença do impacto da desigualdade na felicidade reportada pelos indivíduos americanos e europeus é explicada recorrendo à expectativa de mobilidade social (mais elevada nos EUA que na Europa) e crenças sobre a pobreza. Quanto mais os indivíduos esperarem poder subir na escada da riqueza e do estatuto social (Alesina et al, 2004) e quanto mais acreditarem que as causas da pobreza são a preguiça e falta de empenho no trabalho (Vala, Villaverde Cabral e Ramos, 2003) menos serão afectados na sua felicidade com a desigualdade existente na sociedade e a sua própria situação pessoal desfavorecida.

A questão fundamental nesta discussão, do ponto de vista económico-social (já que o aspecto cultural está fora dos nossos objectivos), não parece ser o valor da despesa social total, mas a forma como os recursos existentes são aplicados. Por um lado, os países do regime liberal tendencialmente preferem benefícios em género do que transferências em dinheiro, e por outro, aos países dos regimes social-democrata e corporativo transferem valores mais

elevados de dinheiro mas também têm impostos mais elevados sobre o rendimento (Figura 12a e 12b).

Figura 12a. Percentagem bruta e líquida do PIB em despesa social (Garfinkel et al, 2006)

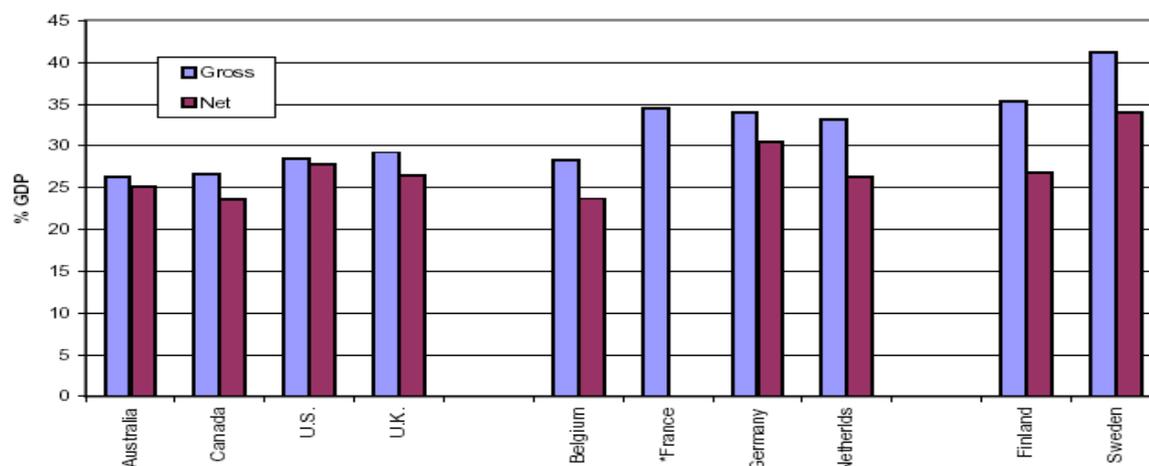
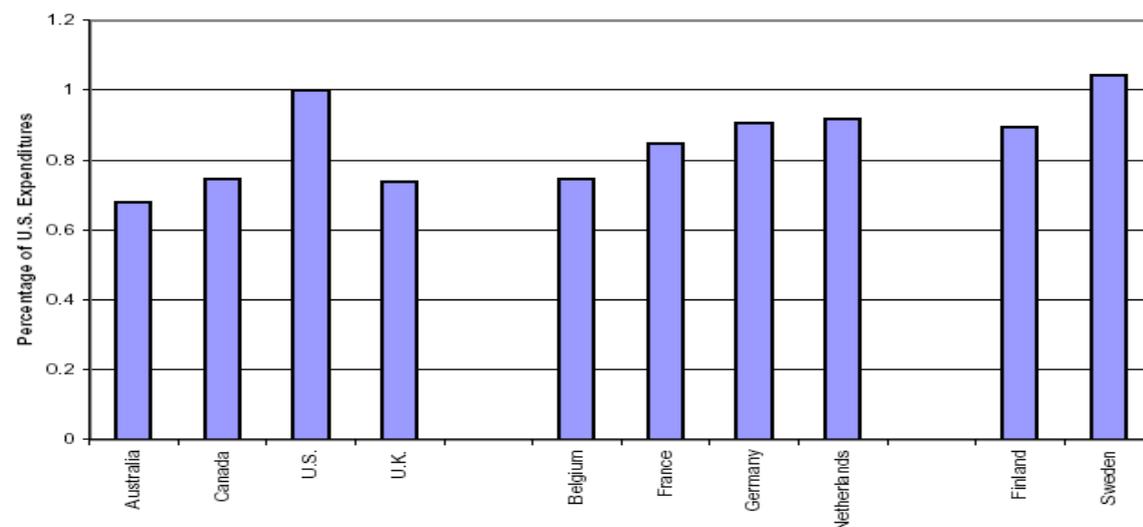


Figura 12b. Percentagem final, por comparação aos EUA, da despesa social (Garfinkel et al, 2006)



Os economistas geralmente assumem que o auxílio em género é menos benéfico para os indivíduos do que o seu equivalente em dinheiro porque restringe as alternativas de consumo (Garfinkel et al, 2006). No entanto, como foi amplamente retratado no capítulo sobre Economia da Felicidade [e reconhecido de forma consensual na Economia Comportamental (e.g., Kahneman & Tversky, 2000; Thaler, 1994)], os indivíduos nem sempre tomam as decisões que mais os beneficiam.

Ovaska e Takashima (2006), num estudo sobre política económica e bem-estar, concluíram que a intervenção governamental surgiu como um aspecto negativo para a felicidade nos seus resultados. Para eles *“not only does it matter what a government does, but also how it does it. This distinction is very important”*(p.320).

O que nos diz a literatura sobre Economia da Felicidade e a nossa própria análise sobre os indicadores da OCDE? Os factores mais fortemente associados à felicidade são alto PIB per capita, baixa taxa de (des) emprego, saúde próspera e alta esperança média de vida, e estes elementos estão presentes nos países de regime liberal. Relativamente à satisfação com a vida, factores de natureza mais social mostram-se de maior impacto. Osaka e Takashima (2006), referidos anteriormente, também encontraram esta distinção no seu estudo: a intervenção do governo não é significativa nas equações de felicidade, mas apenas nas equações de satisfação com a vida.

Já existe uma colecção significativa de resultados, incluído a nossa própria análise, que indica que a satisfação com a vida e felicidade são conceitos de bem-estar diferentes (e.g., Peiró, 2006), e embora a questão sobre esta diferença ainda não esteja claramente respondida, a investigação até ao momento sugere que a felicidade se encontra mais relacionada com elementos materiais (PIB, desemprego) e a satisfação com a vida mais relacionada com aspectos sociais (benefícios sociais e inclusão social).

Partindo deste princípio, as evidências indicam que a despesa social elevada no regime corporativista pode não estar a ser utilizada da melhor forma, elevando os níveis percebidos de satisfação dos cidadãos. Restringindo-nos à análise deste conjunto de resultados, as melhores opções de intervenção governamental parecem restringir-se ao modelo liberal e social-democrata; os modelos corporativo e latino sugerem escolhas de despesa pública dispendiosas e/ ou ineficazes sob o ponto de vista da satisfação com a vida.

E não só do ponto de vista da felicidade. Alber (2006) confirma esta perspectiva recorrendo a indicadores mais tradicionais. Este autor defende que existem “*different pathways to success*”(p. 393), mas que os únicos modelos que o trilham são o liberal e social-democrata, e que, por caminhos distintos, conjugam os objectivos de desenvolvimento económico, baixo desemprego, alta escolaridade e alta esperança média de vida.

A principal distinção entre estes dois modelos encontra-se no facto de estes sucessos estarem associados à existência de uma camada da população muito pobre (sobretudo nos EUA) e alta desigualdade de rendimentos no regime liberal, enquanto que o regime social-democrata parece conseguir conciliar crescimento económico com solidariedade social e igualdade, à custa de pesadas contribuições. Por outro lado, a diferença fundamental entre o regime social-democrata e o regime liberal reside na predominância de transferência em dinheiro e não serviços, e maior ênfase nas contribuições para a segurança social resultantes de salários.

4.3.2 Relação das perspectivas teóricas da Política Social com a felicidade

Tendo em conta os resultados anteriores de que diferentes tipos de Welfare agregam países com níveis médios de satisfação com a vida diferentes e estáveis ao longo do tempo, vamos focar-nos nos tipos de necessidades estarão a ser preenchidas de forma diferente pelos regimes e como o resultado de diferentes intervenções governamentais nos informam sobre a importância das perspectivas defendidas em Política Social para o estudo da felicidade.

A questão fundamental reside na análise da contribuição real da actuação da Política Social para a felicidade dos indivíduos, tendo como enquadramento teórico a teoria da hierarquia das necessidades de Maslow e como suporte empírico os resultados apresentados anteriormente.

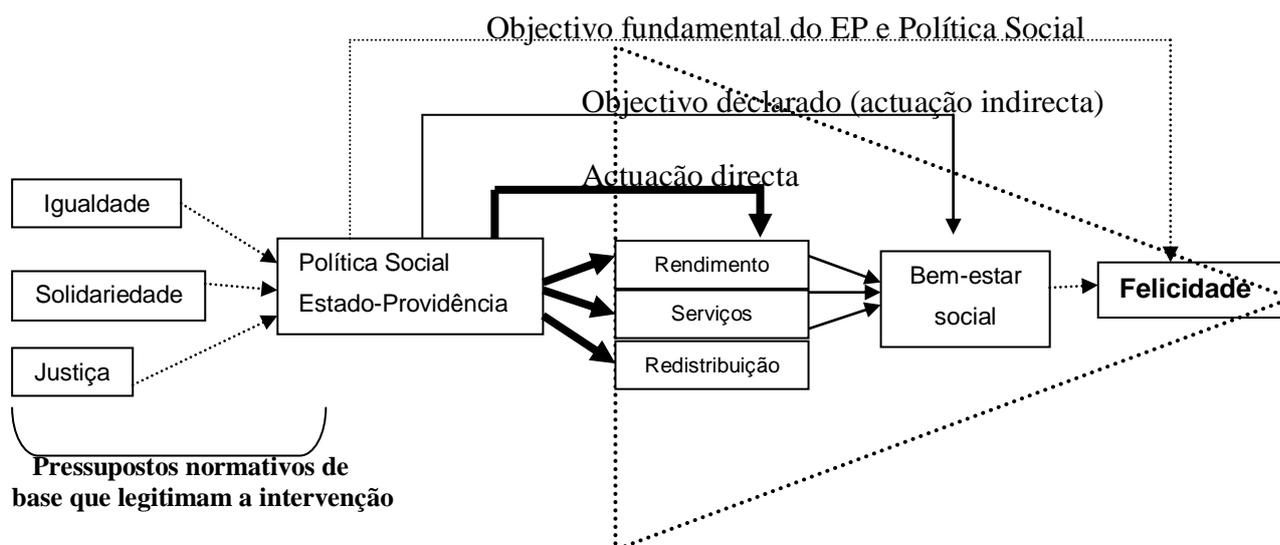
A Figura 13 seguinte situa a pirâmide das necessidades face ao paradigma de intervenção da Política Social. A actuação directa, ao nível do rendimento, serviços sociais e redistribuição, corresponde à satisfação dos primeiros estádios de necessidades. As transferências de

rendimento em casos de desemprego ou pobreza, assim como a redistribuição situam-se nos níveis mais baixos de necessidade (básicas) enquanto que os serviços sociais podem apontar a necessidades de um nível superior (ver Figura 14). É importante reforçar que, no modelo de Maslow, as necessidades de níveis inferiores ou básicas não significam menos importância. Pelo contrário, são as necessidades que devem impreterivelmente estar satisfeitas para poder haver uma evolução dos indivíduos para outros estádios.

O objectivo declarado da Política Social de promover o bem-estar social, prosseguido como uma actuação indirecta (Figura 13) corresponderia aos quatro primeiros estádios da pirâmide, já que as necessidades de ordem superior supõem uma realização pessoal do indivíduo que está fora do método de análise do bem-estar social (como referido, conceptualizado como função do rendimento e da sua distribuição).

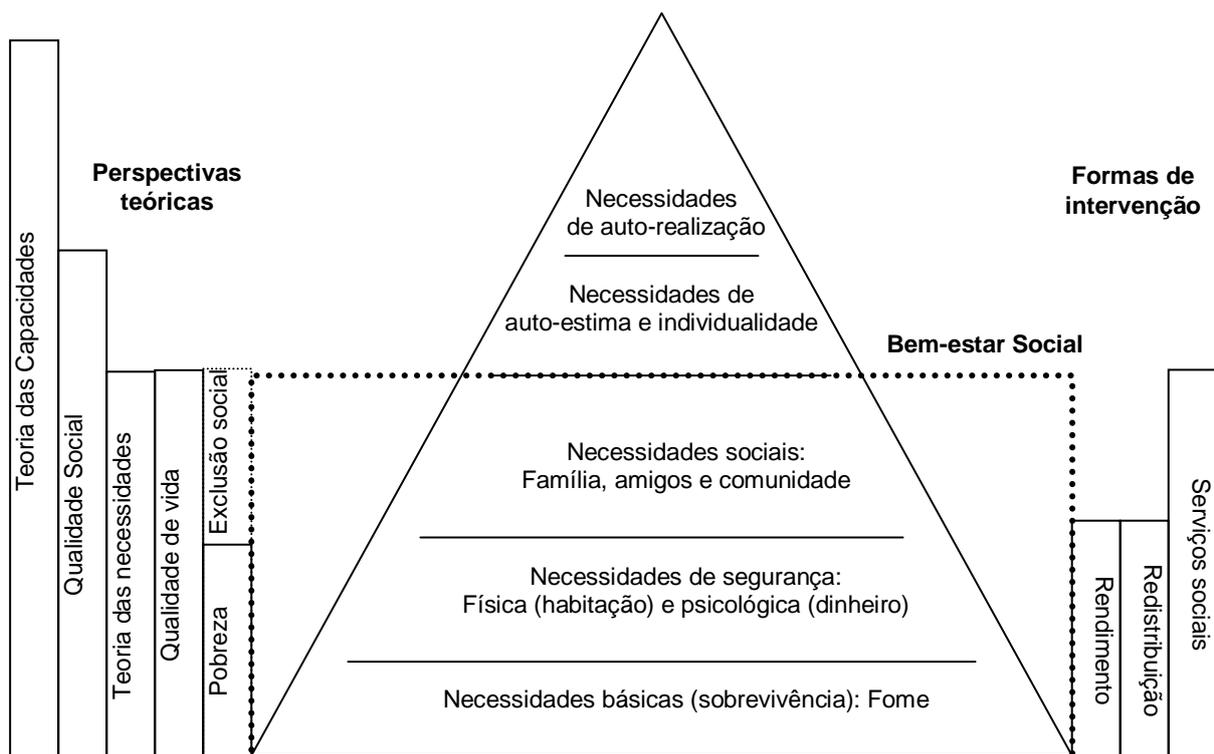
Por último, assumimos como objectivo fundamental do EP e Política Social a promoção da felicidade dos cidadãos, que corresponde à supressão de todas as necessidades individuais com a concretização do potencial humano.

Figura 13. Hierarquia das necessidades em paralelo com a intervenção social



A passagem da actuação directa sobre rendimento/ serviços, para o bem-estar social, através destes benefícios e da redistribuição é formulada na Economia do Bem-estar de forma linear. Se $BES=f(\text{rendimento, desigualdade})$ é directo assumir que quanto mais o rendimento de uma sociedade e menor a desigualdade na sua distribuição, mais bem-estar social. Mas este é um conceito diferente de felicidade, sendo este último mais abrangente e caracterizador da dinâmica do desenvolvimento humano. Como constatámos nos resultados dos países do regime liberal, não é necessário existir bem-estar social (como nos países do regime social-democrata e no regime continental) para existirem altos níveis de felicidade reportados. Por outro lado, nos países de regime continental o bem-estar social é elevado (de acordo com a definição económica) mas os níveis de felicidade reportados não são concordantes.

Figura 14. Relação da intervenção em Política Social com a pirâmide das necessidades de Maslow



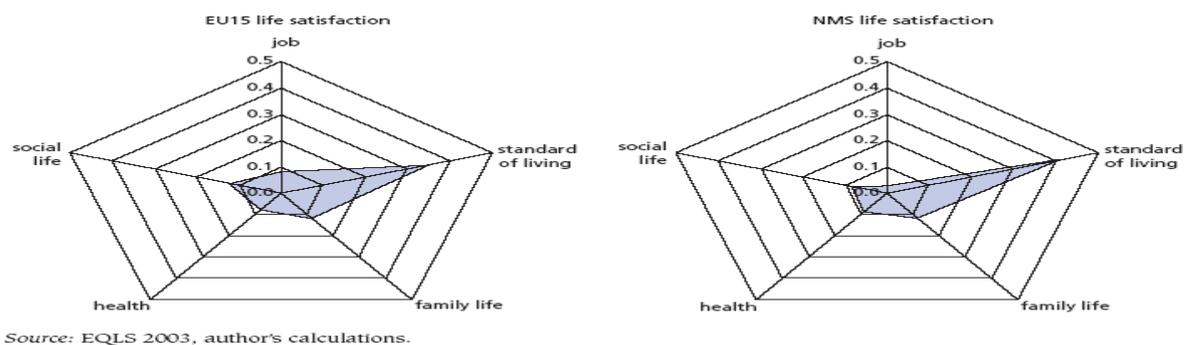
Relativamente aos programas com o objectivo de diminuição da pobreza, podemos constatar que são apontados à satisfação dos dois primeiros estádios de necessidades (básicas e de segurança). A expansão das concepções de pobreza para definições mais alargadas, que

incluem não apenas falta de rendimento mas também falta de recursos que permitam uma participação normal na vida em sociedade, conduziram ao desenvolvimento da perspectiva da exclusão social, mais abrangente, sobre a importância das necessidades de ordem social.

No que diz respeito às perspectivas teóricas referidas nos capítulos anteriores, existem alguns estudos que testaram empiricamente a relação destas abordagens com a felicidade. Na Figura 14 a teoria da qualidade de vida apenas abrange a análise das necessidades sociais por ser o alcance da maioria das investigações nesta área (e.g., UN Human Development Index). Contudo, alguns autores (Sirgy, 1986; Hagerty, 1999) tentaram expandir esta visão, relacionando a trajetória das condições de vida existentes numa sociedade com a pirâmide de Maslow, referindo que a investigação em qualidade de vida e indicadores sociais precisa de uma direcção teórica. Estes estudos pretendiam responder às questões: “quais os objectivos da intervenção para a promoção da qualidade de vida” e “quais são as melhores formas de actuação para satisfazer objectivos de qualidade de vida”. Sobre a primeira questão, os autores respondem que a análise das metas e motivações humanas é fundamental para a definição e especificação dos objectivos. Sobre a segunda questão, a maioria dos países tem desenvolvido uma intervenção que segue a hierarquia de Maslow, satisfazendo primeiro as necessidades de ordem básica (comida, água, saneamento básico, habitação), evoluindo posteriormente para preocupações com a educação, família, comunidade e ambiente. Segundo Sirgy (1986) *“quality of life indicators can be set in such a way as to help the aggregate mass of the population move toward the satisfaction of higher-order needs”* (p.332). No entanto, estes estudos referem que a satisfação do último estágio de necessidades é o mais difícil de operacionalizar e que corresponde aos mais altos níveis de felicidade. As sociedades que fomentam a satisfação destas necessidades favorecem a autonomia e responsabilidade pessoal, conhecimento e criatividade, ética e o desenvolvimento de metas pessoais.

Uma outra evidência empírica mais recente sobre a teoria de Maslow foi divulgado no primeiro relatório sobre felicidade e satisfação com a vida da European Foundation for Working and Living Conditions (2005). Neste relatório, foi comparado o impacto da satisfação com as dimensões trabalho, vida social, saúde, vida familiar e condições de vida na satisfação geral com a vida entre novos Estados-Membros e os países que formaram a UE15 (Figura 15). Os dois grupos apresentam valores semelhantes ao nível da saúde e vida familiar, distinguindo-se na importância das condições materiais de vida (mais importantes para os países de recente adesão) e no impacto da satisfação com o trabalho e vida social (mais importante para os antigos membros da UE15). Estes resultados indicam uma diferença nas necessidades globais médias dos indivíduos pertencentes a estes dois grupos: embora para ambos os grupos as condições de vida sejam o factor com mais peso na satisfação com a vida, para os novos países aderentes (em média mais pobres), as necessidades mais importantes a preencher ainda são de carácter material (standard of living), enquanto nos estados mais antigos (em média mais ricos) variáveis de natureza mais social têm um peso superior.

Figura 15. Impacto na satisfação com a vida de diferentes domínios da vida (FEMCV, 2005)



Outra perspectiva importante que foi testada empiricamente na sua ligação com a felicidade foi a teoria das capacidades de Sen. Anadan e van Hees (2006) tentaram operacionalizar os conceitos mencionados na teoria numa tentativa de relacionar o posicionamento filosófico defendido com testes empíricos porque “*empirical research is needed in applying a capability theory of well-being. If we want public policies to be based on assessments of individual well-*

being, we need information.” (p. 269) Estes autores mediram conceitos sobre bem-estar-felicidade e saúde, agência individual-sentimento de sucesso e projectos pessoais, e como variáveis entre estes dois campos, estimulação intelectual, relações sociais e ambiente (correspondendo estas variáveis à referida *objective list approach*). Estas variáveis foram medidas sob a forma de questões “I feel the scope to achieve things in my life is very good/ neutral/ very inadequate; the population has severely limited opportunities to find happiness 0%-100%. Os resultados revelaram que os indivíduos estão mais satisfeitos com as suas capacidades na área da saúde e ambiente do que relações sociais e projectos pessoais (corroborando os estudos sobre a evolução das necessidades satisfeitas pela sociedade referidos sobre qualidade de vida). No entanto, a questão fundamental não é a satisfação com as capacidades percebidas, mas como a percepção de capacidade traz ela própria a felicidade. A teoria das capacidades foi a única perspectiva teórica capaz de alcançar o espectro de todas as necessidades humanas porque postula um mecanismo transversal a todas: a capacidade de ser e ter, de acordo com cada estágio. Todos os factores que foram referidos com associação à felicidade partilham a mesma necessidade de concretização: relacionamentos íntimos, emprego, actividades caritativas (Anadan, Hunter & Smith, 2005). A única lacuna na teoria de Sen, do ponto de vista da felicidade, é que se assemelha apenas ao conceito de eudaimonia, sendo bem-estar a realização na acção, não contemplando a componente subjectiva e emocional da felicidade (Robeyns, 2005). Por outro lado, a *objective list approach* das metas humanas foi desenvolvida com base no pensamento de Aristóteles e não está fundamentada em nenhuma teoria do desenvolvimento humano, nem foi desenvolvida com base em trabalho empírico. Gough (2002) que também critica a teoria de Sen por estas razões, não parece ser capaz de responder às mesmas limitações. A sua teoria das necessidades não está baseada em evidências empíricas sobre as necessidades humanas e no seu principal trabalho (Doyal & Gough, 1991) apenas existe referência em duas páginas à teoria hierárquica de Maslow, a

abordagem sobre necessidades mais difundida e partilhada na investigação de todas as áreas e muito anterior ao desenvolvimento do seu próprio trabalho. O que designa de necessidades humanas restringe-se a saúde física e autonomia de agência, cobrindo apenas as necessidades mais básicas do ser humano. No entanto, estes autores apresentam a perspectiva que mais se aproxima da nossa visão sobre a actuação social. A Política Social deve ser avaliada enquanto instrumento eficaz de satisfação de necessidades e os sistemas e instituições económicas devem encarar este objectivo como a sua principal meta. Embora com um potencial teórico promissor e analisando um conceito fundamental em Política Social (e.g., Langan, 1998), a concretização da teoria de Doyal e Gough não foi capaz de realizar as potencialidades do seu projecto, mantendo-se na análise material das necessidades e apontando como principal móbil da actividade humana o evitamento do sofrimento (Psicologia Negativa) como forma de incapacidade de participação na vida social. O que estes autores consideram um fim último (possibilidade/ liberdade de participação na vida social) não é mais do que necessidade intermédia na escada da felicidade de Maslow.

Por fim, a abordagem da qualidade social cobre os quatro primeiros estádios de necessidades referindo segurança económica (1º e 2º níveis), inclusão e coesão social (3º nível) e sentimento de auto-eficácia (4º nível). No entanto, é também uma perspectiva atórica, nascida de preocupações sociais práticas. Não tem uma direcção subjacente de desenvolvimento humano e não justifica empiricamente a escolha das dimensões referidas. Sobre estas críticas, os representantes desta corrente (Walker & van der Maesen, 2003) afirmam que “*social quality concerns the dignity of individuals as social beings*” (p.10) e “*self-realization of individuals as social beings*”. Mais concretamente, como a própria designação indica, esta é uma teoria de natureza sociológica onde o indivíduo é encarado como uma entidade social (p.11)]. Não tem subjacente uma perspectiva de desenvolvimento humano dinâmica nem aprofunda aspectos de natureza individual do bem-estar.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como principal objectivo propor a felicidade como o paradigma de planeamento, intervenção e avaliação na Política Social, apresentado por referência a uma sequência de evidências empíricas: 1) a importância percebida da felicidade na vida dos indivíduos, 2) o processo dinâmico de desenvolvimento da felicidade por satisfação de uma sequência de necessidades, 3) o corpo de resultados da Economia da Felicidade sobre a relevância deste objecto de estudo e 4) os resultados sobre as diferenças de níveis médios de felicidade entre regimes de Estado-Providência.

As nossas principais questões de investigação apresentada na introdução foram: “Pode a felicidade dos indivíduos ser estimulada pela Política Social? Existirão condições para o aumento de felicidade ser um objectivo da Política Social como a redução da pobreza? A Política Social parece concordar com redução do sofrimento mas como se posiciona relativamente ao aumento da satisfação com a vida? Fará sentido a felicidade ser o critério de avaliação de políticas sociais?”

5.1 Implicações das evidências empíricas

Depois da sistematização da informação apresentada neste trabalho, estamos em condições de responder com alguma segurança a estas questões.

Sim, a felicidade parece poder ser estimulada pela Política Social, tendo-se verificado diferenças estáveis nos níveis de felicidade em países com diferentes regimes de welfare. Embora os nossos próprios resultados mostrem que variáveis de natureza económica e social apenas expliquem cerca de 50% da variância da felicidade reportada, poder gerir de forma rigorosa factores que influenciam metade do bem-estar subjectivo geral dos indivíduos é de uma importância significativa.

Sim, existem condições para o aumento de felicidade ser um objectivo da Política Social. O facto de os primórdios da Política Social se encontrar no alívio aos pobres, doentes e idosos corresponde às primeiras e mais básicas etapas de satisfação das necessidades dos indivíduos. Por isso, em épocas mais recentes, verificamos uma expansão dos interesses da disciplina por áreas menos tradicionais como o ambiente, crime ou género. A percepção de que se pode caminhar para preocupações fora da pobreza ou doença harmoniza-se com outras necessidades de desenvolvimento humano. De forma relacionada, podemos responder afirmativamente à questão seguinte, relacionada com o âmago na redução do sofrimento versus aumento da felicidade. A ênfase dada à redução do sofrimento equivale à urgência da satisfação das necessidades mais prementes do ser humano, sem a eliminação das quais os indivíduos não conseguem construir outros patamares de felicidade. Relembrando a diferença entre emoções negativas e positivas, redução do sofrimento e aumento da felicidade não são contraditórios nem exclusivos. Importa eliminar o sofrimento mas não esquecer que não é apenas isto que traz felicidade: existe um caminho seguinte de construção de emoções positivas.

Por último, mais uma afirmação positiva relativamente à felicidade dever ser o principal critério de avaliação das políticas sociais. Esta resposta tem uma componente empírica e outra ideológica. Por um lado, os indivíduos afirmam a felicidade ser uma das metas mais importantes nas suas vidas. Por outro lado, dentro de um quadro puramente conceptual não parece existir outro objecto de estudo que possa ser mais relevante, já que todos os outros, de alguma forma, são passos intermédios ou instrumentais na promoção da felicidade. A Política Social, como actuação social com vista à promoção do bem-estar, deve ter como critério de avaliação o elemento mais importante para onde todos os seres querem caminhar. No entanto, é necessária a ressalva de como os indivíduos buscam a felicidade. Poderíamos pensar que, se a Política Social deve fazer os indivíduos felizes, nada mais simples do que fazer grandes

transferências de rendimento e oferecer serviços sociais e de lazer de forma ilimitada. Para além de este ser um cenário pouco razoável do ponto de vista económico, isto não significa necessariamente felicidade. Vimos que os sujeitos muitas vezes buscam aumentar o seu rendimento sem compreender na altura que esse talvez não seja o caminho mais indicado. Daqui decorre a necessidade da Política Social conhecer o processo da construção da felicidade e desenvolvimento humano de forma a maximizar os comportamentos sociais que potenciam o bem-estar dos indivíduos. O caso da felicidade, pelos resultados que comprovam a estabilidade do bem-estar subjectivo por comparação ao crescimento significativo da Economia, parecem legitimar uma posição de paternalismo assimétrico do Estado para com os seus cidadãos (discutiremos este assunto com maior profundidade na secção 5.3).

Os dados que apontam no sentido de a felicidade poder ser considerada a bússola da actuação da Política Social também têm as suas fraquezas: existem algumas limitações metodológicas (forma mais indicada e válida de medição) e incertezas teóricas (nomeadamente no que diz respeito à distinção entre felicidade e satisfação com a vida). No entanto, defendemos que existe um corpo de resultados suficientemente consistente para que este assunto mereça uma reflexão mais profunda e que enquadre a orientação da Política Social a longo-prazo. Quais são as implicações desta perspectiva?

Primeiro, os indivíduos não têm as mesmas necessidades. A não satisfação de necessidades de níveis diferentes faz com que as metas fundamentais dos indivíduos sejam distintas. A transferência de rendimento pode ser muito importante quando se passa fome e não se tem casa, mas quando estas necessidades mais básicas estão satisfeitas, estas transferências podem perder muito do seu benefício. De forma semelhante, quando a sociedade parece ter respondido a todas as necessidades materiais dos seus cidadãos, o importante é caminhar no sentido do potencial humano e não continuar a prestar serviços sociais que poderiam ser suportados de outra forma.

Segundo, as necessidades dos indivíduos não têm forçosamente de ser satisfeitas pela despesa pública (sobre este assunto ver Drucker, 1998). O mais importante é que a sociedade arranje formas de fornecer a ajuda carecida pelos indivíduos da maneira mais eficaz possível. As reticências com a despesa pública têm um fundamento empírico, já que foi possível constatar que países caracterizados por regimes de intervenção liberal conseguem satisfazer de forma aparentemente eficaz as necessidades dos seus cidadãos.

Terceiro, é necessário enquadrar teoricamente a actuação da intervenção social. É fundamental esclarecer para onde se caminha e porque se está a intervir em determinada área. Quando indicadores referem que se tratam de desenvolvimento humano (e.g., UN), é incontornável responder ao que isto significa. Um indicador que sirva de base à actuação social (acarretando custos), apresentando resultados sobre esperança média de vida, saúde e educação, não fala de desenvolvimento humano mas de melhoria das condições de vida. Os conceitos devem ser distinguidos como forma de potenciar a intervenção, baseada em ideias claras e comuns.

Embora a maioria das perspectivas teóricas da Política Social referidas cubra uma parte muito importante das necessidades do ser humano (sobretudo as necessidades básicas, de segurança e sociais), não têm uma abordagem de desenvolvimento humano dinâmico, crescente e evolutivo. Assumindo a felicidade como a meta mais importante da intervenção social (Ng, 1998, 2003; Layard, 2004), esta deve ser guiada pelo conhecimento que já foi construído sobre a natureza humana e deve buscar clarificar questões pendentes ou ambíguas para que o desenvolvimento de programas de actuação seja eficaz na promoção de bem-estar. As direcções normativas, ditadas por observadores externos, estão muitas vezes correctas (e.g., importância central dada à pobreza). Mas este pode não sempre o caso. Como foi possível constatar nos resultados apresentados, contrariamente às previsões intuitivas dos defensores da superioridade do modelo social Europeu de Estado-Providência, as configurações

institucionais e governamentais do regime liberal e social-democrata parecem ser as mais adequadas à promoção da felicidade dos cidadãos. Não são surpreendentes os resultados do regime social-democrata mas certamente o foram para o regime liberal, perante um quadro de baixa despesa pública e alta desigualdade.

Estes dados podem mais facilmente ser explicados recorrendo às evidências empíricas sobre felicidade do que a considerações ideológicas e morais. A literatura aponta para o facto de a felicidade ser a satisfação etápica de necessidades crescentes em complexidade. As variáveis mais relacionadas com felicidade são elevado PIB percapita, elevada taxa de emprego (geral e feminino), saúde e desenvolvimento de projectos pessoais. Os benefícios sociais e intervenção governamental surgem associados à satisfação com vida. Em primeiro lugar, esta informação sobre a diferença conceptual entre felicidade e satisfação com a vida carece de esclarecimento urgente, porque aponta para diferentes impactos nos cidadãos da despesa social pública. Em segundo lugar, parece que de alguma forma, também necessitada de explicações rigorosas, as diferentes estratégias dos regimes liberal e social-democrata resultam em altos níveis de felicidade e satisfação com a vida, não se verificando esta eficácia nos regimes corporativista e latino. Em terceiro lugar, o facto de existir uma forma de intervenção social caracterizada por uma baixa despesa pública que está associada a uma alta satisfação e um regime que investe massivamente em políticas sociais com baixo retorno ao nível da felicidade, pode auxiliar uma reestruturação da forma de actuação dos governos, indicando como se deve actuar e quais as áreas fundamentais de actuação.

5.2 Áreas e formas de intervenção

Os dados referentes ao estudo da felicidade, ainda incipientes e carentes de reafirmação, sugerem que existem algumas áreas fundamentais de actuação com vista à promoção do bem-estar individual. Primeiro, manter como preocupação fundamental e alienável o combate à

exclusão social (pobreza, doença, velhice) porque correspondem à lesão das necessidades mais basilares do ser humano e que, por conseguinte, causam grande sofrimento. Segundo, as considerações sobre o desenvolvimento económico e sustentabilidade é válida e acertada. De facto, a riqueza agregada de um país ou o rendimento pessoal dos indivíduos aparece associado à felicidade. No entanto, os dados também mostram que a corrida ao dinheiro e bens materiais só é importante em si mesmo nos estádios mais básicos das necessidades humanas e partir do momento em que a segurança psicológica se fortalece, o rendimento passa a ser apenas um instrumento para a satisfação de outras necessidades. Terceiro, uma orientação para o pleno emprego, estímulo do emprego feminino e eliminação do desemprego de longa duração parecem ser factores importantes para a percepção de felicidade. Para além de possibilitarem a satisfação das necessidades de segurança, podem impulsionar a satisfação de outras necessidades superiores. Quarto, promover a iniciativa e desenvolvimento individual. Neste campo inserem-se todas as políticas direccionadas para a satisfação das necessidades superiores. Conciliação trabalho-família, educação superior, desenvolvimento de uma sociedade baseada no conhecimento e criatividade, e criação de instituições especializadas na promoção do desenvolvimento humano (e.g., orientação vocacional, gestão de carreiras, life coaching, terapia familiar).

Estas orientações vão de encontro às sugestões para o futuro do Estado-Providência (e.g., Esping-Andersen, 2000): é necessário reequacionar os montantes envolvidos na despesa pública e focar as políticas nas mulheres e crianças. A escolha sobre os gastos em benefícios sociais pode ser dirigida pelo seu impacto provado na felicidade percebida dos indivíduos, dirigindo o investimento às áreas confiadamente mais relevantes para a promoção da satisfação com a vida.

5.3 Paternalismo assimétrico

O paternalismo assimétrico refere-se ao facto de se assumir que o Estado tem uma posição privilegiada no que diz respeito ao conhecimento e visão estratégica sobre os indivíduos e que, como juiz imparcial, deve regular as possibilidades de acção no sentido de conduzir os cidadãos a determinado objectivo (Camerer et al, 2003). Existem posições contra e favor deste tipo de posicionamento das instituições governativas em relação aos indivíduos, grande parte das vezes em torno do argumento sobre a restrição da liberdade individual.

Parece-nos que a questão mais importante talvez seja qual o resultado final deste posicionamento. Quais os contributos para os indivíduos? São prejudicados ou beneficiados? A orientação da Política Social como forma de condicionamento da organização dos recursos traz mais ou menos felicidade aos cidadãos? A ideia de o Estado assumir uma perspectiva de desenvolvimento humano dos indivíduos, satisfazendo as suas necessidades progressivas ao longo do tempo e favorecendo a existência de factores que estimulem a felicidade dos cidadãos, parece superior à não intervenção do Estado, deixando o livre arbítrio funcionar (e relembrando os resultados da Economia da Felicidade de que os indivíduos nem sempre são os melhores decisores das suas vidas no que diz respeito ao seu bem-estar). Por outro lado, é preciso não esquecer que, sob a perspectiva da teoria de Maslow que serviu como enquadramento teórico preferencial, os últimos estádios de necessidades falam de individualidade e auto-realização, pressupondo nesta fase uma independência de orientações externas. A Política Social pode desenvolver formas de intervenção que amparem o percurso dos indivíduos por várias necessidades, transformando o foco da sua actuação em etapas diferentes. Enquanto que em casos de pobreza e doença se assume como uma fonte de amparo determinante, em situações de necessidades superiores terá como papel mais útil proporcionar as ferramentas de auto-realização.

5.4 Limitações e direcções futuras

Este trabalho foi caracterizado por uma opção clara de revisão de literatura e reflexão crítica abrangente, pretendendo-se uma leitura crítica do paradigma de intervenção em Política Social. Este posicionamento oferece vantagens e acarreta fraquezas.

Por um lado, o grau de abrangência dos temas abordados permite um panorama amplo e um enquadramento interdisciplinar rico sobre a felicidade e Política Social. Por outro lado, este mesmo grau de amplitude pode implicar pouco aprofundamento de alguns assuntos (e.g., teorias pouco debatidas, demasiadas citações indirectas) devido à variedade de teorias e autores referidos, mapeando a grande maioria das posições existentes.

De referência fundamental são também os benefícios e fraquezas da abordagem evidence-based ou questionamento crítico de base empírica. Concordamos que *“for purposes of providing intelligence for policy-making, an understanding of human and social behavior encompasses the ability both to explain and to predict the behavioral consequences of changes in the values of explanatory variables and constraints, particularly changes in values that are created or influenced by government. Policy research would consist of constructing descriptively accurate models of individual and social behavior, logically deriving the implications of these models and assessing the significance of these implications for policy-making”* (Lynn, 1986). O debate sobre o papel do conhecimento no desenvolvimento de políticas públicas não é novo e não está isento de controvérsia (Cross, 2003; Nowtony, 2003). Existem algumas alegações sobre a falta de relevância da investigação para a Política Social: falta de conclusões generalizáveis (estudos restringem-se a situações específicas com poucas variáveis), utilização de grupos artificiais (descontextualizados da realidade da comunidade) e resultados contraditórios de estudos semelhantes (Pawson & Tilley, 1996).

No entanto, é possível sistematizar alguns princípios basilares que guiem a aplicação e incorporação do conhecimento científico na regulação da sociedade minimizando as

limitações. Reunindo os maiores académicos da Economia e Psicologia com interesse neste tema, o artigo Psychology, Behavioral Economics and Public Policy foi publicado (Amir e tal, 2005) como um manifesto à importância da investigação comportamental empírica no desenvolvimento da acção pública: *“The application to Public Policy of Psychology and Behavioural Economics results is very useful – considering their role in predicting how people will change behaviour as a consequence of policy or incentive. What is less clear is what kind of behavioural science is best suited to inform policy.”*(p.444/ 446). Segundo estes autores, a investigação deve seguir três orientações principais. Primeiro, deve ser aplicada ao contexto específico. Até agora, a investigação responde com respostas correctas e vagas ou respostas precisas pouco seguras aos resultados de uma intervenção. Os investigadores têm de responder de forma contextualizada aos impactos de determinada acção. Segundo, deve transformar os princípios teóricos em directivas práticas. De acordo com a famosa máxima de Kurt Lewin, afirmando que não há nada mais prático que uma boa teoria, os princípios e modelos teóricos têm de ser usados para prescrever políticas concretas. No caso particular da felicidade, o conhecimento sobre a contribuição da educação, saúde, emprego e família devem ser aplicadas a políticas específicas em cada área. Por último, deve recorrer à tecnologia (métodos e instrumentos) adequada. Para a investigação empírica ter utilidade prática, as variáveis usadas na realização dos estudos têm de representar a miríade de factores envolvidos no problema. Embora a validade ecológica completa seja difícil de conseguir pela complexidade da realidade social, uma selecção mais variada de estímulos aumenta a segurança na generalização dos resultados.

Todas estas recomendações pretendem aumentar o grau de relevância e aplicabilidade da investigação à resolução dos problemas práticos da sociedade, defendendo que as políticas realizadas sem a informação da Ciência Comportamental não são menos paternalistas; podem simplesmente ser menos eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahuvia, A. (2002). Individualism/ Collectivism and cultures of happiness: A theoretical conjecture on the relationship between consumption, culture and subjective well-being at the national level. *Journal of Happiness Studies*, 3, 23-36.
- Alber, J. (2006). The European Social Model and the United States. *European Union Politics*, 7(3), 393-419.
- Alesina, A., Glaeser, E., & Sacerdote, B. (2001). Why doesn't the United States have a European style Welfare State? *Brookings Papers on Economic Activity*, 2, 187-254.
- Alesina, A., Di Tella, R., & MacCulloch, R. (2004). Inequality and happiness: Are Europeans and Americans different? *Journal of Public Economics*, 88, 2009-2042.
- Amenta, E. (2001). *What we know about the development of social policy: Comparative and historical research in comparative and historical perspective*. Paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association, São Francisco, 2001.
- Amir, O., Ariely, D., Cooke, A., Dunning, D., Gneezy, N., Koszegi, B., Lichtenstein, D., Mazar, N., Mullainathan, S., Prelec, D., Shafir, E., & Silva, J. (2005). Psychology, Behavioral Economics and Public Policy. *Marketing Letters*, 16 (3-4), 443-454.
- Anand, P., Hunter, G., & Smith, R. (2005). Capabilities and well-being: Evidence based on the Sen-Nussbaum approach to welfare. *Social Indicators Research*, 74, 9-55.
- Anand, P., & van Hees, M. (2006). Capabilities and achievements: An empirical study. *Journal of Socio-Economics*, 35, 268-284.
- Arts, W., & Gelissen, J. (2001). Welfare States, solidarity and justice principles: Does the type really matter? *Acta Sociologica*, 44, 283-299.
- Arts, W. & Gelissen, J. (2002). Three worlds of welfare capitalism or more? A state-of-the-art report. *Journal of European Social Policy*, 12(2), 137-158.

- Averill, J., & More, T. (2000). Happiness. In. M. Lewis & J. Haviland-Jones (Eds.), *Handbook of Emotions*, 663-676. New York: The Guilford Press.
- Baldock, J., Manning, N., & Vickerstaff, S. (2003). *Social Policy*. Oxford: OUP.
- Berman, Y., & Phillips, D. (2000). Indicators of social quality and social exclusion at national and national and community level. *Social Indicators Research*, 50, 329-350.
- Bianchi, M. (2003). A questioning economist: Tibor Scitovsky's attempt to bring joy into economics. *Journal of Economic Psychology*, 24, p. 391-407.
- Blanchflower, D.; & Oswald, A. (2000). Well-being over time in Britain and the USA. Discussion paper, NBER Workshop.
- Blanchflower, D.; & Oswald, A. (2004). Money, sex and happiness: An empirical study. *Scandinavian Journal of Economics*, 106(3), p. 393-415.
- Bruni, L. (2004a). The technology of happiness and the tradition of economic science. *Journal of the History of Economic Thought*, 26(1), p. 19-44.
- Bruni, L. (2004b). The happiness transformation problem in the Cambridge tradition. *Journal of the History of Economic Thought*, 11(3), p. 433-449.
- Byron, K. (2006). A meta-analytic review of work-family conflict and its antecedents. *Journal of Vocational Behavior*, 67(2), 169-198.
- Camerer, C., Issacharoff, S., Loewenstein, G., O'Donoghue, T., & Rabin, M. (2003). Regulation for conservatives: Behavioral Economics and the case for Asymmetric Paternalism. *University of Pennsylvania Law Review*, 151, 1211-1254.
- César das Neves, J. (2003). *O que é a Economia?* Lisboa: Principia.
- Cochrane, A., Clarke, J., & Gewirtz, S. (2001). *Comparing Welfare States*. London: Open University Press.
- Costa Santos, J. (1993). *Bem-estar social e decisão financeira*. Lisboa: Almedina.
- Cross, A. (2003). Guidelines for expert advice. *Science and Public Policy*, 30(3), 189-192.

- Denis, H. (2000). *História do Pensamento Económico*. Lisboa: Horizonte.
- Diener, E., & Lucas, R. (1999). Personality and subjective well-being. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The foundations of Hedonic Psychology*, 213-229. NY: Russell Sage Foundation.
- Diener, E.; & Suh, E. (1999). National differences in subjective well-being. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The Foundations of Hedonic Psychology*, p. 434-452. NY: Russel Sage Foundation.
- Diener, E., & Lucas, R. (2000). Explaining differences in societal levels of happiness: Relative standards, need fulfillment, culture and evaluation theory. *Journal of Happiness Studies*, 1, 41-78.
- Di Tella, R.; MacCulloch, R.; & Oswald, A. (2001a). *The macroeconomics of happiness*. Working paper, Harvard University/ MIT.
- Di Tella, R., MacCulloch, R., & Oswald, A. (2001b). Preferences over inflation and unemployment: Evidence from surveys of happiness. *American Economic Review*, 91(1), 335-341.
- Doyal, L., & Gough, I. (1991). *A Theory of Human Need*. London: Macmillan.
- Drucker, P. (1998). *Sociedade Pós-Capitalista*. Lisboa.
- Duncan, G. (2005). What do we mean by happiness? The relevance of subjective well-being to Social Policy. *Social Policy Journal of New Zealand*, 25, 16-31.
- Easterlin, R. (1974). Does economic growth improve the human a lot? In P. David & M. Reder (Eds.), *Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honor of Moses Abramovitz*. NY: Academic Press.
- Easterlin, R. (1997). The story of a reluctant economist. *American Economist*, 41(2), p. 11-20.
- Easterlin, R. (2001). Income and happiness: Toward a unified theory. *The Economic Journal*, 111, p. 465-484.

- Easterlin, R. (2003). *Building a better theory of well-being*. Working paper n° 742, Department of Economics, University of Southern California.
- Esping-Andersen (1990). *Three worlds of welfare capitalism*. Oxford: Polity Press.
- Esping-Andersen, G. (2000). *A Welfare State for the 21st century*. Summary report to the Portuguese Presidency of the EU, Lisbon Summit, Março 2000.
- European Foundation for the Improvement of Working and Living Conditions (2005). *The First European Quality of Life Survey: Life satisfaction, happiness and sense of belonging*. Dublin, Irlanda.
- Faludi, A., & Waterhoud, B. (2006). Introducing Evidence-Based Planning. *DISP*, 165(2), 4-13.
- Ferrer-i-Carbonell, A.; & Frijters, P. (2004). How important is methodology for the estimates of the determinants of happiness? *The Economic Journal*, 114, p. 641-659.
- Ferrera, M. (1996). The Southern Model of Welfare in Social Europe. *Journal of European Social Policy*, 6(1), 17-37.
- Flora & Alber (1995). History of Welfare State. In P. Flora & A. Heidenheimer Heidenheimer (Eds.), *The development of Welfare States in Europe and America*. London: Transaction Publishers.
- Flora, P.; & Heidenheimer, A. (1995). *The development of Welfare States in Europe and America*. London: Transaction Publishers.
- Frank, R. (1997). The frame of reference as a public good. *The Economic Journal*, 107, p. 1832-1847.
- Frank, R. (2004). How not to buy happiness. *Daedalus (Spring)*.
- Franklin, J. (1998). *Social Policy and Social Justice*. Cambridge: Polity Press.
- Frederick, S.; Loewenstein, G.; & O'Donoghue, T. (2002). Time discounting and time preferences: A critical review. *Journal of Economic Literature*, 40(2), p. 351-401.

- Frey, B.; Stutzer, A. (1999). *Maximizing happiness?* Working paper n° 22, Institute for Empirical Research in Economics, University of Zurich.
- Frey, B.; & Stutzer, A. (2000). Happiness, Economy and institutions. *The Economic Journal*, 110, p. 918-938.
- Frey, B.; Stutzer, A. (2002). What can economists learn from happiness research? *Journal of Economic Literature*.
- Frey, B.; & Stutzer, A. (2003a). *Economic consequences of miscalculating utility*. Discussion paper, Institute for Empirical Research in Economics, University of Zurich.
- Frey, B.; & Stutzer, A. (2003b). *Testing theories of happiness*. Working paper n° 147, Institute for Empirical Research in Economics, University of Zurich.
- Frey, B.; & Stutzer, A. (2004). *Happiness Research: State and prospects*. Working paper n° 190, Institute for Empirical Research in Economics, University of Zurich.
- Frey, B.; Luechinger, S.; & Stutzer, A. (2004). *Valuing public goods: The life satisfaction approach*. Working paper n° 184, Institute for Empirical Research in Economics, University of Zurich.
- Fridja, N. (1999). Emotions and hedonic experience. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The foundations of Hedonic Psychology*, 190-212. NY: Russell Sage Foundation.
- Garfinkel, I., Rainwater, L., & Smeeding, T. (2006). A re-examination of welfare states and inequality in rich nations: how in-kind transfers and indirect taxes change the story. *Journal of Policy Analysis and Management*, 25(4), 897-919.
- Gilbert, D.; Gill, M.; Wilson, T. (2002). The future is now: Temporal correction in affective forecasting. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 88(1), p. 430-444.
- Gilboa, I., & Schmeidler, D. (2001). A cognitive model of individual well-being. *Social Choice & Welfare*, 18, 269-288.

- Glatzer, W. (1991). Quality of life in advanced industrialized countries: The case of West Germany. In Strack, F., Argyle, M., & Schwarz, N. (Eds.), *Subjective well-being: An interdisciplinary perspective*, p. 261-279. NY: Pergamon.
- Gough, I. (1994). Economic institutions and the satisfaction of human needs. *Journal of Economic Issues*, XXVIII (1), 25-66.
- Gough, I. (1999). *The needs of capital and the needs of people: Can the Welfare State reconcile the two?* Inaugural Lesson at the University of Bath.
- Gough, I. (2002). *Lists and thresholds: Comparing our Theory of Human Needs with Nussbaum's Capabilities Approach*. Conference Proceedings of Promoting Women's Capabilities: Examining Nussbaum's Capabilities Approach, 9-10 September, St. Edmund's College, Cambridge, UK.
- Graham, C.; Eggers, A.; & Sukhtankar, S. (2004). Does happiness pay? An exploration based on panel data from Russia. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 55, p.319-342.
- Hagerty, M. (1999). Testing Maslow's hierarchy of needs: National quality of life across time. *Social indicators Research*, 46, 249-271.
- Hagerty, M., Cummins, R., Ferriss, A., Michalos, A., Peterson, M., Sharpe, A., Sirgy, J., & Vogel, J. (2001). Quality of life indicators for national policy: Review and agenda for research. *Social Indicators Research*, 55, 1-96.
- Hattie, J., Myers, J., & Sweeney, T. (2004). A factor structure of wellness: Theory, Assessment, Analysis and Practice. *Journal of Counseling and Development*, 82, 354-364.
- Haybron, D. (2000). Two philosophical problems in the study of happiness. *Journal of Happiness Studies*, 1, 207-225.
- Helliwell, J. (2001). *Combining individual and national variables to explain subjective well-being*. Working paper, Department of Economics, University of British Columbia.

- Hollander, H. (2001). On the validity of utility statements: Standard theory versus Duesenberry's. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 45, p. 227-249.
- Kahneman, D. (1999). Objective happiness. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The foundations of Hedonic Psychology*, 3-25. NY: Russell Sage Foundation.
- Kahneman, D.; Wakker, P.; Sarin, R. (1997). Back to Bentham? Explorations of experienced utility. *Quarterly Journal of Economics*, 112(2), p. 375-405.
- Kahneman, D., & Sudgen, R. (2005). Experienced utility as a standard of policy evaluation. *Environmental & Resources Economics*, 32, 161-181.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (2000). *Choices, Values and Frames*. Cambridge: Russell Sage Foundation.
- Kaun, D. (2005). Income and happiness: earning and spending as sources of discontent. *Journal of Socio-Economics*, 34, p. 161-177.
- Keyes, C. (1998). Social well-being. *Social Psychology Quarterly*, 61 (2), 121-140.
- Keyes, C., Ryff, C., & Schmotkin, D. (2002). Optimizing well-being: The empirical encounter of two traditions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 1007-1022.
- Kim-Prieto, C., & Eid, M. (2004). Norms for experiencing emotions in Sub-Saharan Africa. *Journal of Happiness Studies*, 5, 241-268.
- Korpi, W. & Palme, J. (1998). The paradox of redistribution and strategies of equality: Welfare State institutions, inequality and poverty in the Western countries. *American Sociological Review*, 63(5), 661-687.
- Kubovy, M. (1999). On the pleasures of the mind. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The foundations of Hedonic Psychology*, 134-154. NY: Russell Sage Foundation.

- Ladaique, M. (2005). *L'évolution des inégalités de revenus en France et dans les pays OCDE*. Revenus des ménages et territoires. Orléans: Conseil régional du Centre,
- Lalive, R.; & Stutzer, A. (2004). *Approval of equal rights and gender differences in well-being*. Working paper n° 194, Institute for Empirical Research in Economics, University of Zurich.
- Langan, M. (1998). The contested concept of need. In M. Langan (Ed.), *Welfare: Needs, Rights and Risks*, pp. 4-31. London: The Open University.
- Layard, R. (1980). Human satisfaction and public policy. *The Economic Journal*, 90, p.737-750.
- Layard, R. (2004). *Happiness*. Oxford: OUP.
- Le Grand, J. (1997). Knights, Knaves or Pawns? Human Behaviour and Social Policy. *Journal of Social Policy*, 2, 149-169.
- Lewin, S. (1996). Economics and Psychology: Lessons for our own day from the early 20th century. *Journal of Economic Literature*, XXXIV, 1293-1323.
- Lu, L., & Gilmore, R. (2004). Culture and conceptions of happiness: Individual oriented and social oriented SWB. *Journal of Happiness Studies*, 5, 269-291.
- Lucas, R.; Clark, A.; Georgellis, Y.; & Diener, e. (2004). Unemployment alters the set point of life satisfaction. *Psychological Science*, 15(1), p. 8-13.
- Lynn, L. (1986). The behavioral foundations of Public Policy-Making. *Journal of Business*, 59(4), 379-384.
- Maslow, A. (1970). *Motivation and Personality*. NY: Harper & Row.
- Mill, J. S. (2005). *Utilitarismo* (Tradução do original de 1871). Lisboa: Gradiva.
- Ng, Y. K. (1978). Economic growth and social welfare: The need for a complete study of happiness. *Kyklos*, 31(4), p.575-587.
- Ng, Y. K. (1997). A case for happiness, cardinalism and interpersonal comparability. *Economic Journal*, 107, p. 1848-1858.

- Ng, Y. K. (1998). *Efficiency, equality and happiness: On the ethical foundations of public-policy*. Working paper, Monash University, Australia.
- Ng, Y.K. (2003). Policy implications of Behavioral Economics: Special reference to the optimal level of public spending. *Australian Economic Review*.
- Nowtony, H. (2003). Dilemma of expertise. *Science and Public Policy*, 30(3), 151-156.
- Nussbaum, M. (2003). Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. *Feminist Economics*, 9(2-3), 33-59.
- Ormel, J., Lindenberg, S., Tseverink, & Verbrugge, L. (1999). Subjective well-being and social production functions. *Social Indicators Research*, 46, 61-90.
- Oswald, A. (1997). Happiness and economic performance. *The Economic Journal*, 7, p. 1-28.
- Ovaska, T.; & Takashima, R. (2006). Economic policy and the level of self-perceived well-being: An international comparison. *The Journal of Socio-Economics*, 35, p. 308-325.
- Pawson, R., & Tilley, N. (1996). How (and how not) to design research to inform Policy-Making. In S. Samson & N. South (Eds.), *The social construction of Social Policy*, pp. 35-53. London: MacMillan Press.
- Peterson, C., Park, N., & Seligman, M. (2005). Orientations to happiness and life satisfaction: The full life versus the empty life. *Journal of Happiness Studies*, 6, 25-41.
- Peiró, A. (2006). Happiness, satisfaction and socio-economic conditions: Some international evidence. *The Journal of Socio-Economics*, 35, p. 348-365.
- Pierson, P. (2000). Three worlds of welfare research. *Comparative Political Studies*, 6-7, 791-821.
- Pugno, M. (2005). *The happiness paradox: A formal explanation from psycho-economics*. Discussion paper n° 1, Dipartimento di Economia, Università degli studi di Trento.
- Radcliff, B. (2001). Politics, markets and life satisfaction: The Political Economy of Human Happiness. *American Political Science Review*, 95(4), 939-952.

- Ravallion, M., & Lokshin, M. (2000). *Subjective economic welfare*. Development Research Group, World Bank.
- Ryff, C., & Reyes, C. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(4), 719-727.
- Ryan, R., & Deci, E. (2001). On happiness and human potentials: A review of Research on hedonic and Eudaemonic well-being. *Annual Review of Psychology*, 52, 141-166.
- Robeyns, I. (2005). The capability approach: A theoretical survey. *Journal of Human Development*, 6(1), 93-114.
- Rosner, P. (2003). *The Economics of Social Policy*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- Royo, M. G. (2003). *Happiness through consumption: Towards a theoretical approach based on human needs satisfaction*. Discussion paper, Department of Economics, University of Milano-Bicocca.
- Scharpf, F. (2000). *Globalization and the Welfare State: Constraints, challenges and vulnerabilities*. Paper presented at the 2000 International Research Conference on Social Security, Helsinki, 25-27 Setembro 2000.
- Schimmack, U., Oishi, S., Radhakrishnan, P., Dzokoto, V., & Ahadi, S. (2002). Culture, personality and subjective well-being: Integrating process models of life satisfaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(4), 582-593.
- Schwarz, N.; & Strack, F. (1999). Reports of subjective well-being: Judgmental processes and their methodological implications. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The Foundations of Hedonic Psychology*, p. 61-84. NY: Russel Sage Foundation.
- Scitovsky, T. (1992). *The Joyless Economy: The Psychology of Human Satisfaction* (Tradução do original de 1976). Oxford: Oxford University Press.

- Schwarz, N., & Strack, F. (1999). Reports of subjective well-being: Judgmental processes and their methodological implications. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The foundations of Hedonic Psychology*, 40-60. NY: Russell Sage Foundation.
- Sirgy, J. (1986). A quality of life theory derived from Maslow's developmental perspective: Quality is related to progressive satisfaction of a hierarchy of needs, lower order and higher. *American Journal of Economics and Sociology*, 45(3), 329-342.
- Sirgy, J. (1998). Materialism and quality of life. *Social Indicators Research*, 43, 227-260.
- Skocpol, T. (1995). *Social Policy in the United States: Future possibilities in historical perspectives*. NJ: Princeton University Press.
- Smith, A. (1759). *Theory of Moral Sentiments* (Ed. 2002). Cambridge: CUP.
- Smith, A. (1796). *Wealth of Nations* (Ed. 1993). London: Penguin Classics.
- Solesbury, W. (2002). The Ascendancy of Evidence. *Planning Theory & Practice*, 3(1), 89-104.
- Spiker, P. (1995). *Social Policy: Themes and approaches*. London: Prentice Hall.
- Stutzer, A. (2003). The role of income aspirations in individual happiness. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 10.
- Thaler, R. (1994). *The winner's curse: Paradoxes and anomalies of economic life*. Princeton: Princeton University Press.
- Tiberius, V. (2004). Cultural differences and philosophical accounts of well-being. *Journal of Happiness Studies*, 5, 293-314.
- Uchida, Y., Norasakkunkit, V., & Kitayama, S., (2004). Cultural constructions of happiness: Theory and empirical evidence. *Journal of Happiness Studies*, 5, 223-239.
- Van Praag, B.; Frijters, P. (1999). The measurement of welfare and well-being: The Leyden approach. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The Foundations of Hedonic Psychology*, p. 413-433. NY: Russel Sage Foundation.

- Van Praag, B.; Frijters, P.; & Ferrer-i-Carbonell, A. (2003). The anatomy of subjective well-being. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 51, p. 29-49.
- Vala, J., Villaverde Cabral, M., & Ramos, A. (2003). *Valores sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. ICS: Lisboa.
- Valerius, J. (2004). Objective explanations of individual well-being. *Journal of Happiness Studies*, 5, 73-91.
- Veenhoven, R. (1994). Is happiness a trait? Test of the theory that a better society doesn't make people any happier. *Social Indicators Research*, 32, 101-160.
- Veenhoven, R. (1995). The cross-national pattern of happiness: Test of predictions implied in three theories of happiness. *Social Indicators Research*, 34, 33-68.
- Veenhoven, R. (2000). Well-being in the Welfare State: Level not higher, distribution not more equitable. *Journal of Comparative Policy Analysis*, 2, 91-125.
- Veenhoven, R. (2004). The greatest happiness principle: Happiness as an aim in public policy. In A. Linley & S. Joseph (Eds.), *Positive Psychology in Practice* (chapter 39). NJ: John Wiley & Sons.
- Veenhoven, R., (2005). *Trend Average Happiness in Nations 1946-2004: How much people like the life they live*. World Database of Happiness: Trend Report 2005. Internet address: <http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl>
- Waterman, A.. (1993). Two conceptions of happiness: Contrasts of personal expressiveness (eudemonia) and hedonic enjoyment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64(4), 678-691.